

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**TECENDO UM CAMPO: OS ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NO BRASIL
(2017-2024)**

Lhais Isla Dantas Leite

São Cristóvão
Sergipe, Brasil
2026

LHAIS ISLA DANTAS LEITE

**TECENDO UM CAMPO: OS ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NO BRASIL
(2017-2024)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Sergipe como
requisito obrigatório para qualificação.

Orientador: Prof. Dr. José Petrônio Domingues.

São Cristóvão

Sergipe, Brasil

2025

FICHA CATALOGRÁFICA INCLUÍDA PELA BIBLIOTECA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L533t Leite, Lhais Isla Dantas.
Tecendo um campo: os estudos sobre a branquitude no Brasil
(2017-2024) / Lhais Isla Dantas Leite; orientador José Petrônio
Domingues. - São Cristóvão, SE, 2026.
128 f.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de
Sergipe, 2026.

1. Historiografia - Brasil. 2. Branqueamento. 3. Pesquisa. 4.
Entrevistas. I. Domingues, José Petrônio, orient. II. Título.

CDU 930.2(81)

1 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**
2 **PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**
3 **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PROHIS**



1
2 **Ata de Defesa da Dissertação de**
3 **Mestrado do aluno LHAIS ISLA**
4 **DANTAS LEITE em 24 de abril de**
5 **2026.**

6
7
8 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas,
9 realizou-se, por meio plataforma virtual Google Meet, nos termos da Portaria no 413 de
10 27/05/2020, a sessão de defesa de Dissertação: **“TECENDO UM CAMPO: OS**
11 **ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NO BRASIL (2017-2024)”** apresentada pela
12 aluna **LHAIS ISLA DANTAS LEITE**, que concluiu os créditos exigidos para
13 obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA**, segundo encaminhamento do Prof.
14 Dr. José Vieira da Cruz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da
15 Universidade Federal de Sergipe. A Banca Examinadora foi composta pelo Prof. Dr.
16 Petrônio José Domingues (PROHIS/UFS), orientador da candidata e Presidente da
17 Banca Examinadora, Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (PROHIS/UFS),
18 Examinador Interno, e Profª. Dra. Lia Vainer Schucman (UFSC), Examinadora
19 Externa. Declarada aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra a candidata para
20 que fizesse a apresentação de sua Dissertação. Ao término da apresentação, o presidente
21 passou a palavra aos membros da Banca Examinadora que iniciaram a arguição. Ao
22 término de cada arguição, o Presidente da Banca Examinadora concedeu a palavra a
23 candidata para que respondesse a arguição feita pelos membros da Banca Examinadora.
24 Encerrados os trabalhos de arguição, o Senhor Presidente, juntamente com os membros
25 da Banca Examinadora e na ausência da candidata, deu início à avaliação e redação do
26 parecer final, tendo sido atribuída a candidata a seguinte menção: (X) APROVADA ou
27 () REPROVADA. Em seguida, a banca emitiu um breve parecer sobre a avaliação geral
28 do trabalho da aluna **LHAIS ISLA DANTAS LEITE**, a saber: o trabalho contribui para
o campo dos estudos críticos da branquitude, estabelecendo um diálogo com a
historiografia brasileira. Diante disso, a banca o indica para publicação.

29
30
31
32
33
34 O Presidente da banca examinadora proclamou o resultado a candidata **LHAIS ISLA**
35 **DANTAS LEITE, MESTRE EM HISTÓRIA**. Não havendo mais nada, o Presidente
36 encerrou a sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, José Vieira da
37 Cruz, secretário *ad hoc* do PROHIS, a qual assino juntamente com os membros da
38 Banca Examinadora. Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 24 de abril
39 de 2026.

40
41
42
43
44

6 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**
7 **PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**
8 **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PROHIS**



10  **JOSE VIEIRA DA CRUZ**
45 Data: 05/05/2020 12:23:57-0300
46 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

47 **José Vieira da Cruz**
48 **Secretário *ad hoc* do PROHIS**

49  **PETRONIO JOSE DOMINGUES**
50 Data: 05/05/2020 18:37:58-0300
51 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

52 **Prof. Dr. Petrônio José Domingues**
53 **Presidente da Banca Examinadora**

54  **CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS**
55 Data: 04/05/2020 18:36:22-0300
56 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

57 **Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias**

58  **Examinador Interno**
59 **Lia Vainer Schucman**
60 Data: 04/05/2020 14:27:39-0300
61 CPF: ***.835.299-**
62 Verifique as assinaturas em <https://icubc.br>

63 **Profa. Dra. Lia Vainer Schucman**

64  **LHAIS ISLA DANTAS LEITE**
65 Data: 05/05/2020 11:10:41-0300
66 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

67 **Lhais Isla Dantas Leite**
Mestranda

Agradecimentos

Agradeço todos aqueles que tornaram esse caminho árduo o menos difícil possível.

Em parte, essa dissertação foi escrita entre Aracaju – SE e Recife – Pernambuco. Agradeço ambos os espaços por me oferecerem pouso e suporte para crescer as minhas ideias e experiências. Fruto do meu descontentamento frente ao mundo, o tema dessa pesquisa permeia toda a minha vida. Graças também a minha mãe, Edilene, que me deu o espírito questionador do mundo desde cedo.

Agradeço toda minha família que me ajudou de perto e de longe a construir essas páginas. Minha irmã, Lorena, pelo cuidado diário e atencioso. Meu bem, Rafaella, que lidou com muito mais que achávamos que conseguiríamos lidar; porto seguro que me ajudou sobreviver. E meu pai, Pedro, que mesmo de longe ainda sigo seus passos.

Agradeço meu orientador, Petrônio, pela orientação cuidadosa, esse trabalho não seria o que foi sem ele. Como também toda equipe do ProHis, muito obrigada!

Toda minha família de amigos e parentes que estiveram presentes. Minha avó, tias e primas que estiveram ao meu lado. Obrigada aos amigos da universidade e aos amigos que a cidade do Recife me trouxe nesse processo.

Agradeço aos entrevistados que me concederam seu tempo e disponibilidade para a entrevista, espero que eu tenha sido respeitosa com o seu conhecimento.

Resumo

Esse trabalho versa sobre as produções nacionais sobre a branquitude produzidas entre os anos de 2017 e 2024, sendo que o foco principal de análise são os trabalhos historiográficos. Desse modo, objetivo é apresentar e discutir de que maneira está ocorrendo o estudo sobre a branquitude no Brasil nos últimos anos. Para isso, buscou-se analisar dissertações e teses que foram defendidas em programas de pós-graduação em História nas universidades brasileiras durante o período já citado, a partir desse procedimento rastreamos de que modo os pesquisadores estão fazendo uso do tema, como também entendemos como está sendo feita a aplicabilidade do tema ao campo da História. Também buscamos entrevistar os principais pesquisadores do campo, de maneira que fosse possível reconstituir o cenário atual da produção, para isso foram entrevistados os pesquisadores: Lia Vainer Schucman, Lilia M. Schwarcz, Lourenço Cardoso, Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Willian Luiz da Conceição. Concluimos que o campo está em expansão, adquirindo mais espaço e credibilidade dentro da universidade; como também, que dentro do campo historiográfico o interesse sobre o tema é recente e tardio, e que podemos apontar um conservadorismo do campo, assim como desconfortos e tensos a partir do avanço da pesquisa sobre branquitude dentro da historiografia.

Palavras-chave: Branquitude; Historiografia; Produção acadêmica; Entrevista; Quantitativa; Qualitativa.

Abstract

This work addresses national productions on whiteness produced between 2017 and 2024, with the main focus of analysis being historiographical works. Thus, the objective is to present and discuss how the study of whiteness in Brazil has been occurring in recent years. To this end, we analyzed dissertations and theses defended in postgraduate programs in History at Brazilian universities during the aforementioned period. From this procedure, we traced how researchers are using the theme, as well as understanding how the theme is being applied to the field of History. We also sought to interview the main researchers in the field, in order to reconstruct the current scenario of production. For this purpose, we interviewed the researchers: Lia Vainer Schucman, Lilia M. Schwarcz, Lourenço Cardoso, Marcus Vinicius de Freitas Rosa, and Willian Luiz da Conceição. We conclude that the field is expanding, acquiring more space and credibility within the university. Furthermore, within the historiographical field, interest in the topic is recent and belated, and we can point to a conservatism within the field, as well as discomfort and tension arising from the advancement of research on whiteness within historiography.

Keywords: Whiteness; Historiography; Academic production; Interview; Quantitative; Qualitative.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. CAPÍTULO 1 - DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE	10
1.1 BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DA PRODUÇÃO ESTADUNIDENSE	10
1.2 ESTUDOS DA BRANQUITUDE NO BRASIL	18
1.2.1 <i>Pioneirismo de Guerreiro Ramos</i>	19
1.2.2 <i>Primeiros trabalhos (décadas de 1990 a 2000)</i>	23
1.2.3 <i>Produções da década 1990 a 2017</i>	26
1.2.4 <i>Lourenço Cardoso</i>	27
1.2.5 <i>Liv Sovik</i>	28
1.2.6 <i>Lia Vainer Schucman</i>	29
1.2.7 <i>Willian Luiz da Conceição</i>	29
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
2. CAPÍTULO 2 - DAS DISSERTAÇÕES E TESES	31
2.1 METODOLOGIA, RESULTADOS GERAIS E RESULTADOS HISTORIOGRÁFICOS	31
2.1.1 <i>Metodologia</i>	31
2.1.2 <i>Resultados Gerais</i>	32
2.1.3 <i>Resultados historiográficos</i>	42
2.2 ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES	44
2.3 ANÁLISE DAS TESES	55
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
3. CAPÍTULO 3 - DAS ENTREVISTAS	64
3.1 METODOLOGIA	65
3.2 LOURENÇO CARDOSO	66
3.3 LIA VAINER SCHUCMAN	73
3.4 WILLIAN LUIZ DA CONCEIÇÃO	86
3.5 LILIA M. SCHWARCZ	97
3.6 MARCUS VINÍCIUS FREITAS ROSA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTES:	117
REFERÊNCIAS	118
ANEXO	121

Introdução

Este presente trabalho possui o intuito de averiguar o desenvolvimento do campo de estudos sobre a branquitude no Brasil. Foi com essa missão em mente que buscamos caminhos para compreender de que modo está acontecendo a pesquisa sobre a branquitude nas universidades brasileiras. O nosso foco são as produções historiográficas, isto é, teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História nas universidades nacionais entre os anos de 2017 e 2024.

Enquanto ia para o trabalho, em junho desse ano de 2025, no metrô lotado e sucateado de Recife, que produz as situações mais desumanizantes possíveis, observei uma pessoa lendo o livro de Cida Bento *O Pacto da branquitude* (2022), eram 7 horas da manhã, mais ou menos. Um fato corriqueiro do dia a dia diz muito sobre como o tema está se disseminando há nossa volta, se tornando em algo comum. Além de mim, outras pessoas devem ter notado com atenção essa pessoa lendo, não apenas pelo título, que foi o que chamou a minha atenção, mas pelo fato de ser uma pessoa lendo em um metrô lotado logo cedo pela manhã, enquanto o comum é estar vendo algo em alguma rede social, mergulhado na tela do celular.

Apesar de ser uma pessoa que possui costume de ler em transporte público, tive dificuldade de realizar esse hábito em Recife, pois o metrô dessa cidade, meio utilizado por uma larga parcela da população, produz situações desumanizantes todos os dias, adjetivo que ouvi ser dito por outros usuários. Veículo fechado, sem janelas, que frequentemente é deixado sem ar-condicionado, e corriqueiramente quebra ou se incendeia, sendo o risco a vida de todos que são dependentes de seu funcionamento¹. Sinto um quase pavor em pensar o quanto a vida de todos que o utilizam é vista como de tão pouco valor, como minha vida e daquela pessoa lendo é de tão pouco valor. Então, acho que ler nesse ambiente é desafiador para mim, mas tem se tornado possível.

Porém, é preciso acreditar que a vida possui valor. Foi necessário observar aquela pessoa, um jovem negro que deveria possuir entre seus vinte e trinta anos, a caminho do seu trabalho, lendo o livro de Cida Bento, e pensar que essa pesquisa possui uma demanda que não é apenas minha, mas uma necessidade geral. Nunca foi tão necessário falar sobre

1

<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2025/06/10/incendio-atinge-linha-ferrea-do-metro-do-recife-e-assusta-passageiros-video.ghtml>, acesso em 15/06/2025.

<https://www.folhape.com.br/noticias/passageiros-saltam-de-vagoes-e-caminham-por-trilhos-apos-trem-do-metro/415741/>, acesso em 15/06/2025.

<https://www.folhape.com.br/noticias/metro-do-recife-passageiros-andam-sobre-trilhos-apos-trem-parar-por/413935/>, acesso em 15/06/2025.

branquitude, como será afirmado por uma de nossas entrevistadas, Lia Vainer, durante a sua fala apresentada no capítulo 3.

Sinto a necessidade de me aprofundar na justificativa desse trabalho, partindo de uma perspectiva pessoal. A pesquisa sobre branquitude provoca tensões onde ela é evocada, seja por provocar desconfiança, seja por produzir desconfortos. Logo, o posicionamento dentro do debate é uma requisição básica dentro desse campo, isto é, é preciso que seja dito a intenção do pesquisador ao se dispor a estudar a branquitude. Eu, como pesquisadora, parto da inconformidade em relação ao mundo e a necessidade de entendê-lo; parto também, da perspectiva de uma pessoa branca que compreende a necessidade de se aprofundar na compreensão das relações raciais de um polo que não possui a suficiente inquisição sobre. O campo das relações raciais possui o histórico de estudar apenas os polos não brancos, ignorando a parte de “relações”, e focando em racializar apenas aqueles nomeados não brancos; intencionalmente moldando o sujeito branco como universal. Para uma verdadeira mudança baseada no antirracismo no contexto nacional é preciso que seja compreendido os mecanismos de funcionamento da branquitude.

Assim, a justificativa desse presente trabalho se pauta em dois itens: a crescente demanda acadêmica e social do tema branquitude, e a necessidade de aprofundamento do campo das relações raciais em uma perspectiva baseada no antirracismo. Desse modo, pensamos que há uma necessidade da compreensão da branquitude para que seja possível a construção de futuros diferentes do nosso presente.

A aproximação com o tema se deu em 2020, durante a pandemia, quando assisti um programa apresentado por Linn da Quebrada e Jup do Bairro, no canal Brasil, na entrevista a Erica Malunguinho, na época, deputada estadual de São Paulo², quando a entrevistada apresenta a tese de Cida Bento. Assim, o pontapé inicial dessa pesquisa se deu com o trabalho de Bento, especificamente sua tese de doutorado *Pactos Narcísicos da Branquitude* (2002a), que produz uma virada epistemológica nos seus leitores. Houve uma intenção de pesquisar o tema no TCC, porém, em virtude da disponibilidade arquivística e do tempo delimitado não foi possível produzir um trabalho dentro desse campo de estudos sobre a branquitude, mas a intenção de pesquisar o tema continuou. Nesse mestrado, branquitude é o tema central.

O objetivo central desse trabalho é entender de como está acontecendo a introdução do tema branquitude dentro do campo da historiografia (o gerúndio se torna necessário por entendermos que há um processo ainda em andamento). Assim, como objetivos específicos temos a compreensão quantitativa do campo de estudos sobre a branquitude nas produções

² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-cSFEL2to0I>, Acesso em 15/06/2025.

acadêmicas entre 2017 e 2024; a aplicabilidade do tema de pesquisa da branquitude para os trabalhos historiográficos, como uso de fontes e delimitação do tema historiográfico; a compreensão dos principais pesquisadores do tema sobre a pesquisa sobre os estudos sobre a branquitude no presente, com ênfase na perspectiva histórica.

Como fonte principal temos das dissertações e teses defendidas no período de 2017 a 2024 nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, que possuísem “branquitude” no título, resumo e palavras-chave. Como também, a base de dados Capes (Catálogo de Teses e Dissertações) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), de modo a rastrear as produções nacionais que versam sobre a branquitude ou possuem a palavra “branquitude” nos seus trabalhos. E por fim, as entrevistas concedidas para mim entre o final do ano de 2024 ao começo do ano de 2025 pelos pesquisadores/pesquisadoras: Lia Vainer Schucman, Lilia M. Schwarcz, Lourenço Cardoso, Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Willian Luiz da Conceição.

A principal teoria que buscamos trabalhar serão as produções nacionais sobre os estudos sobre a branquitude, perpassando as obras de Ramos (1957), Bento (2002a, 2002b, 2022), Piza (2002), Cardoso (2008, 2014) e Schucman (2012); outras obras são utilizadas de modo pontual, de modo a explorar a construção do pensamento sobre o tema no Brasil. Outros trabalhos tiveram um papel importante na compreensão e leitura das fontes, tais como Thompson (1981) e Ginzburg (1989), daquele tomo como empréstimo as noções de experiência e processo, e deste a busca pelos indícios. As ideias desses autores nos orientam no processo de aproximação e leitura do tema e das fontes.

Como também, outros trabalhos são vitais na produção desse texto, cujas ideias estão imbricadas na construção textual, como a tese de Sueli Carneiro (2005) *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, o dispositivo de racialidade elaborado pela autora influenciou o modo como as produções sobre a branquitude eram lidas, de modo que a compreensão da branquitude como para além dela foi possível, isto é, pensar que a construção da ideia de quem possui o direito de ser nomeado como humano (*ser*) é feita a partir da construção do outro como não humano (*não-ser*), assim, o branco se constrói como parâmetro de humanidade a partir da desumanização dos não-brancos. Aliado a essa obra, a perspectiva foucaultiana produz um impacto no modo como esse trabalho foi tecido, assim como nos pesquisadores da branquitude como um todo, como iremos destrinchar nos próximos capítulos; como também, *O contrato racial* de Charles Mills (2023).

O trabalho se divide em três capítulos, o primeiro capítulo aborda as produções anteriores a 2017 e que influenciaram as produções seguintes. Desse modo, esse capítulo

possui como objetivo apresentar o campo, seus principais autores e seus percussores. São abordados os estudos críticos da branquitude nos Estados Unidos, de que modo deu a inserção dessa produção nos trabalhos nacionais sobre a branquitude, e daremos um destaque para a produção historiográfica estadunidense. Em seguida, abordaremos as produções nacionais, iniciando com o trabalho pioneiro de Guerreiro Ramos (1957) sobre a “patologia do branco”, e após, as produções até meados da década de 2000, com os trabalhos de Bento (2002a, 2002b) e Piza (2002). Logo após, será apresentado brevemente as produções até meados da década de 2010, com Cardoso (2008, 2014), Schucman (2012), Sovik (2004, 2009) e Conceição (2017); esses trabalhos são utilizados como base nas teses e dissertações historiográficas.

Será no segundo capítulo que analisaremos as produções historiográficas. Nesse capítulo iremos expor o resultado quantitativo nas bases de dados consultadas, apresentando o quantitativo geral, como também o específico para o campo da historiografia. No primeiro segmento do capítulo estará a apresentação quantitativa geral e historiográfica, no segundo segmento está presente a análise das dissertações que versam sobre a branquitude, e no terceiro e último segmento, está a análise das teses. Pretendemos assim, compor o quadro das produções nacionais sobre a branquitude e apresentar o crescimento exponencial que o campo de pesquisa sobre a branquitude se encontra. Como também, apresentar que a História não possui protagonismo, como está adentrando ao campo de maneira lenta.

No terceiro e último capítulo, será exposto as entrevistas que foram realizadas com os intelectuais que estão estudando a branquitude no tempo presente, e que possuem protagonismo nessa produção. Assim, serão analisadas as entrevistas concedidas por Lia Vainer Schucman, Lilia M. Schwarcz, Lourenço Cardoso, Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Willian Luiz da Conceição.

Por fim, pretendemos com esse trabalho expor o campo de estudos sobre a branquitude no Brasil.

1. Capítulo 1 - Do campo de estudos sobre a branquitude

A construção de um campo acadêmico não se dá de modo espontâneo. É necessário que haja precedentes, contextos e agentes históricos envolvidos nessa produção. Tendo isso em vista, para compreender como se elaborou a produção intelectual brasileira sobre branquitude, é preciso entender o surgimento dessa temática e as questões derivadas desta produção.

Conceitos têm uma trilha imbricada na sua composição. Não buscamos realizar uma arqueologia das produções acadêmicas mundiais sobre branquitude, pois isso extrapolaria as pretensões espaciais/temporais deste trabalho. Pretendemos, contudo, explorar de que modo as produções estadunidenses sobre branquitude foram produzidas e sobre o que elas versaram. A escolha de tratar das produções acadêmicas dos Estudos Críticos da Branquitude (*Critical Whiteness Studies*) se justifica pelo fato de serem eles os mais citados por autores brasileiros.³ Esses estudos deram o pontapé inicial das produções que versam sobre o que hoje é considerado como a “branquitude”.

A metodologia deste capítulo será a apresentação de balanços historiográficos já feitos sobre o tema. Isto é, artigos e capítulos de livros que abordam de que modo se deu a produção acadêmica sobre branquitude (Ware, 2004; Roediger, 2004; Rachleff, 2004; Frankenberg, 2004; Twine; Gallagher, 2007; 2017). Além disso, iremos focar em estudos historiográficos, haja vista que o nosso interesse principal é avaliar a maneira como a historiografia se apropriou do conceito e produziu o campo dos estudos da branquitude.

Desse modo, pretendemos esboçar um breve mapeamento das produções acadêmicas nos Estados Unidos, focalizando aqueles trabalhos que foram, e seguem sendo, os mais influentes no campo. A mensuração dessa influência tomou como critério o quanto esses autores são mencionados, e citados como tal, nos balanços bibliográficos. Em seguida, iremos abordar a produção sobre branquitude no Brasil, começando com o seu precursor, Guerreiro Ramos, e abordando, em seguida, as contribuições ao campo a partir dos anos 1990.

1.1 Balanço bibliográfico da produção estadunidense

Um ponto de partida interessante é o livro *Branquidade* (2004), organizado por Vron Ware, que inclui textos escritos por pesquisadores de diversas nacionalidades cujo principal intuito é apresentar ao leitor brasileiro teóricos que versavam sobre o tema. Logo, trata-se de

³ Aqui podemos citar os trabalhos de Lia Vainer Schucman (2012), Lourenço Cardoso (2008; 2014), Willian Luis da Conceição (2017), Lília Moritz Schwarcz (2024).

uma coletânea traduzida com o intuito de ampliar o conhecimento acerca do assunto no Brasil, e de demonstrar as diversas possibilidades para se examinar a branquitude.⁴ Assim, olharemos com maior atenção para a introdução e três artigos da coletânea que nos interessam em particular, pois versam sobre a cronologia da produção acadêmica estadunidense.

A introdução foi escrita por Vron Ware, escritora e fotógrafa britânica branca, com reputação internacional por seu trabalho sobre raça, gênero, paz, militarismo e ecologia.⁵ Na introdução, a autora discorre a respeito das produções em língua inglesa sobre a branquitude (*Critical Whiteness Studies*) no campo de estudos da crítica pós-colonial, sendo os Estados Unidos considerados centro de relevante importância para o desenvolvimento do campo a partir da década de 1990 (Ware, 2004, p. 8-11). Há uma ressalva interessante que a autora coloca: a impressão da hegemonia estadunidense no campo, tendo em vista sua presença dominante nos debates sobre branquitude.⁶

Há duas menções importantes no texto de Ware, referentes à cronologia da produção intelectual sobre a branquitude. A primeira é do livro de David R. Roediger, *The Wages of Whiteness*⁷ (1991), considerado o texto fundador da nova leva de escritos da branquitude. A segunda menção faz referência ao livro de Ruth Frankenberg, *White Women, Race Matters*⁸ (1993) como um dos textos mais citados no campo. Em seguida, Vron Ware apresenta as disputas e conflitos inerentes à produção das pesquisas: ressalta que, em um dos textos da coletânea, Frankenberg fará uma crítica ao livro *Black on White* de Roediger (1998). Assim, a introdução nos apresenta o começo dos anos 90 como um período frutífero para as produções estadunidenses no campo dos estudos sobre branquitude.

No artigo intitulado “Branquidade: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos”, Peter Rachleff (2004), historiador estadunidense branco, oferece uma cronologia para entendermos como o conceito de branquitude foi empregado por historiadores. O autor enfatiza a já citada obra de David Roediger como desencadeadora dos estudos sobre o tema e se aprofunda em alguns elementos dela. Um dos pontos que podemos utilizar para compreender a trilha de construção do livro de Roediger é apontado por Rachleff, ao sintetizar uma longa lista dos antecedentes acadêmicos do autor. Entre eles, produções da

⁴ Em relação ao debate sobre o termo “branquitude” e o termo “branquidade”, indicamos a leitura de Cardoso (2014) e Moreira (2014). Dez anos passados desse debate, a recorrência do termo “branquitude” evidencia seu uso vigente pela intelectualidade atual. Lourenço Cardoso (2014) comenta, inclusive, a produção do livro citado.

⁵ VROWARE. Vron Ware. Disponível em: <http://vronware.org/>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

⁶ Essa hegemonia será debatida nas próximas páginas, haja vista que estamos abordando um trabalho de dez anos atrás, desse modo muitas mudanças aconteceram na produção do campo de estudos sobre a branquitude.

⁷ ROEDIGER, David R. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. Londres: Nova York: Verso, 1991.

⁸ FRANKENBERG, Ruth. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.

crítica literária (Morrison, 1992; Ellison, 1972; Baldwin, 1975) e a intransponível referência ao filósofo e historiador W. E. B. Du Bois ([1935] 1977), que abordaremos com mais detalhes. Para além dessas contribuições de outras áreas, tem-se referência de trabalhos historiográficos, como o de Alexander Saxton (1971; 1990), o de Theodore W. Allen (1994; 1997), entre outros.

Rachleff alinha-se a Roediger na medida em que se apoia no projeto deste intelectual de buscar a abolição da branquitude. O alinhamento desses autores foi posteriormente problematizado por Lourenço Cardoso, em dissertação produzida no ano de 2008, fato que demonstra como as ideias do livro circularam no meio acadêmico. Cardoso, sociólogo brasileiro negro, aponta uma diferença entre a abordagem de Ware e a de Roediger: enquanto aquela aponta a possibilidade da supressão dos traços supremacista da identidade branca, este argumenta que é necessária a abolição da identidade racial branca. Assim, podemos observar que o campo tem construção dinâmica, na qual as ideias circulam e auxiliam a moldar conceitos. E para Cardoso (2008, p. 174-175), importante ressaltar, para ele o que importa é a supressão do racismo.

Outra contribuição do artigo do Rachleff para compreender o cenário da produção acadêmica estadunidense é a menção ao simpósio sobre branquitude realizado pelo periódico *Internacional Labor and Working-Class History* 60⁹, no outono de 2001. Nesse simpósio, pôde-se observar críticas, contradições e oposições que estavam em voga há mais de vinte anos no campo de estudo da branquitude no cenário intelectual dos Estados Unidos. Aqui, evidencia-se como pista do debate acirrado a produção de Eric Arnesen, sobretudo no artigo “Branquitude e a imaginação dos historiadores”¹⁰, em que o autor tece duras críticas ao campo de produção intelectual. Entre elas, à ausência de um consenso sobre a conceituação da branquitude, à apropriação da teorização de Du Bois e à própria viabilidade de se utilizar o conceito de branquitude na historiografia.

David Roediger (2004), historiador estadunidense branco, no artigo intitulado “Sobre autobiografia e teoria: uma introdução”¹¹ refletiu sobre como o tema da branquitude se impôs na sua trajetória pessoal. A partir disso, busca responder em suas pesquisas uma indagação íntima: por que, aos dezoito anos, ele não queria ser branco, mas seus amigos sim. Além

⁹ INTERNATIONAL LABOR AND WORKING-CLASS HISTORY, n. 60, 2001. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i27672729>. Acesso em: 19 de nov. 2024.

¹⁰ ARNESEN, Eric. Whiteness and the Historians’ Imagination. *International Labor and Working-Class History*, n. 60, 2001, pp. 3–32. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27672732>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

¹¹ Trata-se da tradução do primeiro capítulo da introdução do seu livro *The wages of whiteness* (Os salários da branquitude). ROEDIGER, David R. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. Londres: Nova York: Verso, 1991.

disso, o autor teoriza o campo de produção da branquitude dentro das produções marxistas. Antes de realizar esse levantamento, afirma que intelectuais negros que já apontavam que a raça não era um problema do negro, mas dos brancos — exemplos como W. E. B. Du Bois, James Baldwin, Ralph Ellison e Toni Morrison são citados (Roediger, 2004, p. 45-46).

Roediger (2004, p. 46-47) afirma que boa parte dos textos produzidos por intelectuais brancos e marxistas naturalizou a branquitude e simplificou em excesso a raça, com a justificativa de que, enquanto a classe possuía materialidade, considerada por isso mais fundamental e importante, a raça seria uma construção apenas ideológica e histórica. Desse modo, uma revolução de classes resolveria todos os conflitos raciais. Porém, o que o autor pretende argumentar em seu livro é que a formação da classe trabalhadora branca nos Estados Unidos se deu, *pari passu*, com a elaboração do sentimento de branquitude. Assim, os primeiros 65 anos do século XIX constituíram, segundo o autor, o período formador da branquitude da classe trabalhadora.

O historiador define um segmento do seu artigo para debater a importância e influência dos escritos de Du Bois no seu livro. Para Roediger, Du Bois produziu um trabalho excepcional que mesclou raça e classe na análise dos trabalhadores e habilmente conseguiu apresentar o modo como trabalhadores brancos foram favorecidos, senão por salários altos, mas com salário públicos e psicológicos. Isto é, os status e os privilégios legados pela branquitude funcionavam como um “salário” para os trabalhadores brancos (Roediger, 2004, p. 53). A principal consequência que o autor aponta na produção de Du Bois é a aversão pelo trabalho árduo, a busca de prazer fora do emprego e a tentativa constante de fugir da exploração, mesmo que fosse à custa da manutenção da exploração de outros.

Ruth Frankenberg, socióloga estadunidense branca, apresenta no texto “A miragem de uma branquidade não-marcada” (2004) o dilema acerca de uma característica debatida entre teóricos da branquitude sobre a sua visibilidade ou invisibilidade. A autora argumenta que é apenas por meios de se tornar hegemônica que a branquitude se aproxima da invisibilidade. Isto é, tornando seu poder supremo em todas as instâncias da vida social, a branquitude se reveste de uma camada inteligível, haja vista que tudo se resume na sua própria condição. Para justificar esse argumento, a autora procede com algumas operações: primeiro pelo viés histórico, que localiza tanto a raça quanto a classificação racial a partir da colonização. E, em seguida, expõe a construção assimétrica em favor da branquitude, que nos legou a constituição da humanidade enquanto a branquitude (Frankenberg, 2004, p. 310-311). Assim, para a autora torna-se compreensível que para alguns brancos a sua racialidade seja uma normalização tão grande que é sinônimo de ser humano.

Para abordar a transitoriedade que ocorre na vida de alguns sujeitos brancos, a autora irá utilizar como exemplo o estudo de caso elaborado por David Roediger¹², numa coletânea organizada por ele, intitulada *Negros sobre brancos: Escritores negros falam o que significa ser branco* (1998). Nele, podemos observar com mais cuidado as especificidades da construção do campo de estudos da branquitude nos Estados Unidos.

As reflexões de Frankenberg sobre a temática da branquitude tiveram impacto considerável na produção intelectual brasileira a respeito do tema, que serão exploradas nos próximos capítulos. A socióloga (2004, p. 312) elenca oito elementos que contribuem para marcar a branquitude, os quais são:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificamente raciais.
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteiras da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esses outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.

Esse formato de identificação da branquitude em oito pontos, será reproduzido em diversos trabalhos brasileiros. E aqui destacamos o foco desta dissertação, ou seja, o de observar nas produções historiográficas brasileiras quão recorrente é o uso dessa marcação, feita pela pesquisadora, que auxiliou a popularizar o seu texto, assim como as ideias nele contidas.

Frankenberg irá escrutinar, ainda, a parte inicial da mencionada introdução de Roediger. Segundo a autora, Roediger produz o próprio apagamento que a coletânea quer confrontar e questionar. O autor convida os leitores a imaginar uma cena ambientada no período da escravidão e a pensar sobre o que uma escravizada estaria pensando sobre aqueles

¹² ROEDIGER, David R. *Black on White: Black Writers on What It Means to Be White*. Nova York: Schocken, 1998. (Tradução livre)

que a estavam vendendo. Com isso, Frankenberg (2004, p. 314-319) irá expor que essa linha de pensamento consolidada está relacionada ao modo de construção da própria branquitude enquanto norma e universalidade. Pois, quando o autor questiona os leitores sobre a anormalidade de questionar o *status quo*, esse mesmo autor presume que seus leitores sejam pessoas brancas não acostumadas a lidar com as consequências da organização estrutural do mundo.

Desse modo, a autora nos convida a refletir sobre a construção do campo da branquitude, mostrando suas deficiências teórico-metodológicas. Ela admite o respeito pelo reconhecimento do autor, enquanto um dos melhores críticos contemporâneos da branquitude, porém, ressalta que isso não o torna isento de críticas. O que também se apresenta como exemplo da branquitude enquanto invisível para uns, e visível para outros. Enquanto para Roediger o esforço imaginativo poderia ser apenas um exercício intelectual para posicionar a branquitude não visualizada, para outros pode-se tratar de um exercício de normatividade e universalidade da branquitude.

Frankenberg também alerta para os perigos que existem dentro da própria constituição do pensamento da branquitude, como podemos observar num caso que a autora descreve em seguida. A autora aborda o perigo que a centralização do tema da branquitude pode ter, como efeito reverso de uma conscientização racial coletiva em prol da constituição e aproximação com discursos de supremacia branca. Para analisar o tema, Frankenberg (2004, p. 323-334) aborda a 95ª Reunião Anual da Associação Norte-Americana de Sociologia (ASA). Neste evento, ocorrido em agosto de 2000, a branquitude se constituía, segundo a autora, tema da agenda da ASA, o que se demonstra no fato de ter havido durante o evento pelo menos uma sessão sobre branquitude. O tema aparece problematizado: tanto em relação à sua centralidade em diversos segmentos da sociedade, quanto à sua necessidade para a compreensão das relações raciais.

Porém, a autora encerrou seu artigo apresentando um problema que surgiu enquanto ela estava no evento. A partir da participação em uma mesa do evento, ela percebeu a conclusão comum dos estudos apresentados. Os pesquisadores estavam concluindo percepções semelhantes a partir das suas pesquisas: que, para os entrevistados brancos, aquele momento de formatação racial parecia injusta para eles. Essa percepção implicava na constatação de que esses sujeitos eram conscientes de que viviam em um mundo racializado, e que eles mesmos eram sujeitos racializados. No entanto, a constatação não os levou a adotar uma posição antirracista. Mas o que se notou, ao contrário, foi uma postura negativa em relação aos projetos de ação afirmativa e o reforço do discurso de esforço e talento pessoal.

Apesar de ser um texto produzido há mais de vinte anos, não podemos deixar de perceber a atualidade dessa conclusão.

Seguindo com a exploração da produção bibliográfica sobre a branquitude, partimos para o artigo de France Winddance Twine, socióloga estadunidense negra, e Charles Gallagher, sociólogo estadunidense branco, intitulado “O futuro da branquitude: um mapa da “terceira onda””.¹³ Os autores apresentam dados que demonstram que os estudos sobre a branquitude não são parte de um modismo intelectual e que sua produção empírica está consolidada em uma terceira geração de intelectuais pesquisadores.

A primeira onda da branquitude é atrelada às produções do historiador estadunidense negro William Edward Burrghardt, “W. E. B.” Du Bois, tanto nos escritos já citados, como também em *As Almas do povo negro* (1903) e *O Negro da Filadelfia* (1899).¹⁴ Segundo Twine e Gallagher, Du Bois produziu uma leitura dos Estados Unidos de fins do século XIX, quando os trabalhadores brancos preferiam identificar-se com a identidade racial de grupos dominantes a adotar uma solidariedade de classe com os escravizados recém libertos. O historiador produziu, ainda, a leitura dos modos como a branquitude manteve a supremacia por meio de sua relativa invisibilidade. O que se pode notar, portanto, é que, já nos anos de 1970, Du Bois aparecia como precursor de um dos temas atuais de debate. Além disso, o autor também definiu branquitude como categoria não monolítica, não designadora de uma identidade racial uniforme.

A segunda onda da branquitude produziu-se igualmente nos Estados Unidos, durante fins do século XX, dado que se alinha com os outros estudos apresentados. Porém, abrangeu outras áreas além da História. Os sociólogos destacaram-se como produtores no campo da teoria crítica racial, a exemplo de James Baldwin e Ralph Elisso. Toni Morrison irá abordar o impacto de práticas discursivas na transformação da branquitude em algo invisível, de maneira que dizer-se estadunidense só pode significar ser-branco. É também dentro da segunda onda que Twine e Gallagher situam a produção historiográfica estadunidense sobre o tema, a exemplo das reflexões de Roediger (1991, 2005), Theodore Allen (1994) e Matthew Jacobson (1998).

¹³ TWINE, France Winddance; GALLAGHER, Charles. The future of whiteness: a map of the third wave. *Ethnic and Racial Studies*, v. 31, n. 1, pp. 4-24, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870701538836> 5. Acesso em: 20 de nov. 2024. Tradução livre do título.

¹⁴ DU BOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. Kolkata: Signet Press, 2012 [1903]. _____. *As almas do povo negro*. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo: Editora Veneta, 2021. *The Philadelphia Negro: A Social Study*, New York: Schocken Books, 1970 [1899]. _____. *O negro da Filadélfia: um estudo social*. Tradução de Cristina Patriota de Moura. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

A terceira onda da branquitude é diferenciada das anteriores, por alguns motivos. O primeiro refere-se às metodologias inovadoras de pesquisa, incluindo como recurso e fonte, por exemplo, sites de internet. O segundo motivo centra-se no interesse por práticas culturais e pelas estratégias discursivas empregadas pela branquitude na tentativa de reestruturar sua supremacia — o que se apresenta com as leituras finais de Ruth Frankenberg no seu congresso da ASA em 2000. E, por fim, o terceiro motivo tem a ver com a mudança de foco, deslocada dos Estados Unidos para outras regiões, de objetos de estudo e locais de produção.

Em outro artigo, os mesmos autores buscaram atualizar suas reflexões sobre as ondas do campo. Em “Da onda para o tsunami: o crescimento da terceira onda da branquitude”¹⁵, Twine e Gallagher concluíram que o campo da branquitude não só cresceu exponencialmente, mas se tornou um subcampo dentro da ampla categoria dos estudos críticos raciais e das relações raciais. Apesar dessa afirmação, os autores também concluem que o número de disciplinas no ensino superior diminuiu após o crescimento extensivo do campo, no começo da década de 1990, ao mesmo tempo em que as pesquisas vinculadas a ele foram ampliadas. Além disso, notaram que a conceituação da branquitude ainda permanece como um problema, que os autores buscam abordar a partir da multidisciplinaridade daqueles que estudam o tema. Segundo Twine e Gallagher, o que há em comum entre esses pesquisadores é o foco em apreender como a branquitude opera dentro do sistema de estratificação racial e de que modo ela se apresenta como normatizada pelas práticas culturais.

É importante contextualizar a produção desse artigo de 2017. Ele foi uma resposta a críticas feitas por Steve Garner, sociólogo britânico branco, publicada na mesma edição da revista *Ethnic and Racial Studies*, volume 40. O artigo de Garner foi aceito em outubro de 2016, e de Twine e Gallagher em março de 2017. Podemos, assim, compreender o espaço temporal da produção dos artigos. Garner é um sociólogo branco vinculado, atualmente, à Universidade de Birmingham. Concluiu o doutorado em 1995, na Universidade de Sorbonne, em sociologia. France Winddance Twine é socióloga negra vinculada atualmente à Universidade da Califórnia, na qual fez mestrado e doutorado, e em sua dissertação abordou a supremacia branca no Brasil. Charles Gallagher é sociólogo branco vinculado à Universidade de Yale, com doutorado e mestrado pela Universidade de Temple.¹⁶

¹⁵ TWINE, France Winddance; GALLAGHER, Charles. From wave to tsunami: the growth of third wave whiteness. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 9, pp. 1598-160, 2017. Disponível em: 10.1080/01419870.2017.1308535. Acesso em 20 de nov. 2024. Tradução livre do título.

¹⁶ ORCID. Perfil de Daniel C. Morrison. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-1047-6080>. Acesso em 20 de nov. 2024. TWINE, France Winddance. *France Winddance Twine - Sociologist, Ethnographer, Visual Researcher*. Disponível em: <https://www.francewinddancetwine.net>. Acesso em 20 de nov. 2024. GALLAGHER, Charles "Chip". *Charles "Chip" Gallagher, Ph.D. - La Salle University*. Disponível em: <https://www.lasalle.edu/people/charles-chip-gallagher-ph-d/>. Acesso em 20 de nov. 2024.

Garner questiona até que ponto é possível afirmar que existe algo chamado “estudos da branquitude”, pois, para o autor, a linha que divide os estudos da branquitude dos estudos sobre o racismo é tênue. Dito de outra forma, para o autor não é possível observar a branquitude como um *locus* de produção autocontido o suficiente para ser considerado um campo. Nesse ponto da argumentação, Garner (2017, p. 1584-1585), afirma que o engajamento em estudos sobre a branquitude é essencialmente função de um ativista cujo propósito é desconstruir a supremacia branca. Assim, se os estudos não auxiliam nesse projeto, então a justificativa do porquê de sua existência se torna nula. Por fim, o autor questiona o problema da conceituação, surgida inclusive no seu próprio trabalho empírico.

Garner levanta questionamentos importantes em relação ao trabalho dos estudiosos da branquitude que devemos levar em consideração, sobretudo pensando o atual desenvolvimento das produções nacionais. Mas, antes disso, é preciso levar em conta o quanto os rumos da escrita intelectual mudaram com o passar do tempo. Ruth Frankenberg (2004, p. 327) remeteu ao curso de pós-graduação que lecionou, intitulado “Abordagens Interdisciplinares dos Estudos Críticos da Branquidade”, em que teve de justificar, debater e explicar o que seria a branquitude no ano de 1998. O tema permaneceu válido, porém as problematizações mudaram: o desconhecimento da palavra já não parece ser uma questão, ao mesmo tempo que um consenso acerca da sua conceituação tampouco parece estar próximo.

Os desafios para a pesquisa do tema da branquitude são inúmeros. Um deles, que gostaríamos de abordar de forma abrangente e não exaustiva, trata-se dos diferentes modos de conceituação da “branquitude”, variado a partir de diferenças locais. Um ponto importante que Ware (2004) destaca é o perigo representado pela produção majoritária nos Estados Unidos, entre eles, a pressuposição de que o resto mundo é igual a esse país. De modo que ressaltamos que esse é um perigo a se atentar nos estudos da branquitude no Brasil. Isto é, tomar de empréstimo aquilo que um estrangeirismo que se não feitas as adequadas adaptações seria apenas um emprego teórico para uma situação sem praticidade real.

1.2 Estudos da branquitude no Brasil

Para a análise dos estudos da branquitude no Brasil, analisaremos o campo em dois momentos. O primeiro, que se inicia por volta da década de 1990 e se estende até meados dos anos 2000, é marcado pela participação de Cida Bento e Edith Piza. O segundo momento é marcado principalmente pelo esforço intelectual de Lourenço Cardoso, Liv Sovik, Lia Vainer Schucman e Willian Luiz da Conceição. Inicia-se em meados da década de 2000 e permanece

em voga até o presente momento. Entretanto, o pioneirismo no campo é atribuído a Guerreiro Ramos, o primeiro intelectual que quebrou o silêncio acerca do problema do branco.¹⁷

A princípio, vale destacar, houve uma certa disputa na tradução do termo *whiteness* no Brasil. Assim como em todos os campos do conhecimento criados, moldados e expandidos por pessoas, há no campo da branquitude disputas para que certas verdades sejam ecoadas em detrimento de outras. Um grupo de intelectuais se apropriou do termo “branquidade”, enquanto outros se apropriaram do termo “branquitude”. Um terceiro grupo optou pelo termo “brancura”.¹⁸ Buscaremos explicitar, adiante, quais usos foram feitos dos termos e de que modo se deu a apropriação pelas gerações seguintes à primeira, responsável por cunhar e popularizar o termo “branquitude”.

1.2.1 *Pioneirismo de Guerreiro Ramos*

Em 1957, Guerreiro Ramos, sociólogo negro, criticou a sociologia e a antropologia da sua época, afirmando que elas pouco contribuíam para o campo das relações raciais (Ramos, 1957, p. 216). Será nessa ocasião que o autor irá propor uma virada epistemológica dentro do campo de pesquisa que se dava por estabelecido. Assim, examinaremos como o raciocínio de Guerreiro Ramos, de fins da década de 1950, representou o primórdio de uma reflexão acerca da branquitude no Brasil.

O texto “Patologia social do ‘branco’ brasileiro” foi publicado em 1957 e republicado no livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1997), como parte da seção nomeada “Documentos de uma Sociologia Militante”. Alberto Guerreiro Ramos era baiano, negro, advindo de classe popular e dono de uma formação intelectual diversa. Para que possamos compreender o texto do autor, precisamos entender a trajetória de seu raciocínio em toda a sua pluralidade. O momento em que o texto foi escrito tem pouca relação com os primeiros escritos do autor, e nenhuma relação com os escritos posteriores. É preciso entender que a história não é feita de teleologias e determinismos, ela é vivida enquanto processo, isto é, enquanto vida.

Ramos atuou como professor, servidor público e em outras funções ao longo da vida. Porém, na década de 60, devido às aproximações com o Partido Trabalhista Brasileiro

¹⁷ Guerreiro Ramos será o primeiro intelectual que irá propor a virada epistemológica de pensar as relações raciais a partir do branco, problematizando esse sujeito.

¹⁸ No decorrer do trabalho iremos explorar como houve uma mudança dos usos das palavras “brancura”, “branquidade” e “branquitude”, e também, um constante aprimoramento do conceito de modo que ele buscou cada vez mais atender a realidade.

(PTB)¹⁹, ele foi obrigado a se exilar nos EUA onde veio a falecer, em 1982, aos 66 anos (Carvalho, 2008, p. 119; Brigagão, 1997, 10). A carreira de profissionalização e os rumos tomados por Ramos impactaram o processo de pensar o campo intelectual brasileiro, assim como as aproximações com a militância negra, via Teatro Experimental do Negro (TEN) (Maio, 1997, p. 270).

Pelo fato de Guerreiro Ramos ter sido um intelectual plural, estudiosos buscaram compreender seus pensamentos e textos por meio de classificações e temporizações. Concordamos com a periodização adotada por Layla Daniele P. de Carvalho (2008)²⁰, que insere o texto “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” de Ramos na última fase de produção, sendo o último texto elaborado pelo autor que versou sobre relações raciais.

Layla Carvalho insere o texto na terceira fase intelectual de dissensão e afirmação da negritude, momento que Ramos apresenta uma ruptura com as ciências sociais, a autoafirmação do negro, o *niger sum* e a negação da brancura. Essa fase foi marcada pelos eventos do Estudos da Unesco no Brasil, assim como pelo conflito entre Ramos e o sociólogo baiano branco Luis Aguiar da Costa Pinto no 1º Congresso do Negro Brasileiro.²¹ Durante o evento, houve uma mesa em que se buscou responder à questão da existência de um problema do negro no Brasil. A interrogação obteve duas respostas, fornecidas em declarações dadas por dois grupos. A resposta produzida pelos membros do TEN afirmava que os problemas do negro brasileiro estavam relacionados com a temática racial e social. Além disso, condenava a discriminação de cor e o uso da raça como critério de hierarquização social. Por sua vez, a resposta fornecida pelo grupo dos Cientistas (composto por Carlos Galvão Krebs, Costa Pinto e Edison Carneiro), como Carvalho os nomeia, denunciou um “racismo às avessas” e a redução dos problemas sociais unicamente à questão racial, sendo assinada por diversos intelectuais (a exemplo de Darcy Ribeiro, Costa Pinto, Joaquim Ribeiro e Padre Pedro Schoomakker). Na ocasião, Ramos assinou as duas declarações. Com isso, abriu o caminho para debater a afirmação da negritude e a negação da “brancura” (Carvalho, 2008, p. 144-145).

Podemos observar, então, que Ramos estava inserido em um amplo debate que buscava responder se haveria ou não o problema do negro no Brasil. Foi ecoando essas

¹⁹ Ramos assumiu como Deputado Federal suplente pelo Rio de Janeiro de Brizola, quando ele se tornou governador no Rio Grande do Sul (Carvalho, 2008, p. 119).

²⁰ RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995; CARVALHO, Layla Daniele P.de. *O equilíbrio de antagonismos e o niger sum: relações raciais em Gilberto Freyre e Guerreiro Ramos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008; SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 19-29.

²¹ Para maior aprofundamento, ver Carvalho (2008) e Maio (1997).

questões que o autor produziu seus textos nos cinco anos seguintes ao Congresso, até 1955. Tanto para Carvalho (2008, p. 147) quanto para Maio (1997, p. 194), nesse momento, Ramos produziu uma ruptura com a produção vigente nas Ciências Sociais, ao criticá-la e denunciá-la por ter como padrão o estudo do negro enquanto objeto de pesquisa, sem pensar em possibilidades de transformação da realidade.

A virada epistemológica de Ramos se insere na resposta dada ao problema do negro. O autor inverteu a ordem e colocou o branco enquanto resposta: argumentou que o “problema” do negro não é ele próprio, mas o branco. Maio (1997, p. 194) afirma que a resposta de Ramos comporta duas vertentes, a da “ideologia da brancura” e da “patologia social do branco brasileiro”. Assim, para Ramos, a lacuna gerada ao lidar com a questão do negro residiu no fato de que pesquisadores sociais tentaram responder aos problemas brasileiros fazendo uso de uma literatura estrangeira que não cabe nos moldes nacionais. E isto aconteceu em virtude da colonização, de modo que já em 1945, o autor denunciava a necessidade de descolonização do conhecimento (Barbosa, 2023, p. 7), o que nos leva a ressaltar a influência do existencialismo e do movimento de negritude francesa (Carvalho, 2008, p. 127), bem como as aproximações de referências teóricas próximas às de Frantz Fanon, como Hegel, os escritos de juventude de Marx e a filosofia fenomenológica (Barbosa, 2023, p. 20).

Desse modo, quando Ramos afirma que há uma ideologia da brancura, ele está dizendo que há uma cultura que afirma que o branco é a norma e que, ao mesmo tempo, produz o negro como anormalidade. Neste processo, porém, quem tem o poder de nomear a norma é o sujeito branco. Assim, a valorização da brancura produz aquilo que o autor detalhou em “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”.

Para compor suas reflexões, Ramos se apropriou do conceito durkeniano de patologia para afirmar que o branco brasileiro sofre da patologia da brancura, isto é, que almeja ser “branco” quando, na realidade, é um mestiço. O autor faz uso de aspas para se referir ao branco brasileiro, principalmente aquele das regiões Norte e Nordeste, pois estes fazem “um protesto contra a si próprios, contra sua própria condição étnica objetiva” (Ramos, 1995, p. 177). Guerreiro Ramos atrelou, então, a patologia da brancura à ideologia da brancura quando afirma que esse fenômeno ocorre em virtude da desvalorização histórica dos negros, haja vista que, durante o processo histórico de formação do Brasil, esse grupo ocupou os estratos mais inferiores da sociedade. Para embasar seu raciocínio, o autor fez uso de dados do IBGE de 1940 que informam a maior concentração da população negra no Sul do país, em comparação ao Nordeste.

Em razão de o “branco” brasileiro não ter uma identidade enobrecedora, criada a partir dos seus moldes verdadeiros, isto é, da sua história, ele teve de mirar na história europeia e criar sua identidade a partir de moldes alheios. A sua história, ao contrário, é depreciativa. Ao colocar o problema do negro em voga nas suas pesquisas, segundo o autor, o que ele estaria fazendo é colocando em voga o problema na identidade do ‘branco’. O branco não olha para si, ele olha para o europeu e procura-se dentro dessa imagem.

Assim, há pontes que podem ser feitas entre a teorização de Ramos com aquela que será produzida posteriormente pelos intelectuais da branquitude. João Feres Junior, no artigo “A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquidade e nação” (2015), fez aproximações entre a teoria tecida por Ramos e o que estava sendo produzido, sobre a chamada “branquidade”²². A partir do texto de Steve Garner (2007)²³ e de outros teóricos, o autor conecta a teorização de Ramos aos textos citados, a terceira parte do livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1997[1957]). De acordo com Feres Junior, quando Ramos denunciou a teorização de intelectuais brancos e nordestinos, ele criticou as confissões de crença na supremacia branca. O autor também identifica que a conceituação da “patologia do branco” seria uma aplicação da teoria da branquidade ao caso brasileiro, assim como a teorização da “ideologia da brancura”. Logo, pode-se concluir que Guerreiro Ramos já estaria preocupado com o lugar da enunciação do discurso científico acerca da raça, quando afirmou que o problema do negro não estava no negro, mas sim na patologia de “brancos” nordestinos letrados que escreveram sobre questões raciais.

Contudo, é preciso ressaltar que a concepção de raça defendida por Ramos se encontra superada dentro do campo dos estudos das relações raciais. Pode-se percorrer o caminho de mudança da concepção de raça em outros estudos²⁴, porém, destacamos que existe uma maior recorrência em pensar raça no Brasil e a leitura racial dos indivíduos a partir daquilo que foi referenciado por Oracy Nogueira (2006). Deste modo, quando Guerreiro Ramos ponderou que não se poderia afirmar a existência de brancos no Nordeste brasileiro, devido aos processos de miscigenação decorridos dos séculos de colonização e escravidão, é perceptível a compreensão da raça, pelo autor, a partir de atributos físicos, mais do que por filiações parentais.

²² Será argumentado que branquidade será substituído por branquitude, a qual assumirá maior preponderância. Logo, será mantido a nomeação de branquidade como é feita pelo autor, porém, argumentaremos que a tradução que recebeu mais reproduções da palavra “Whiteness” no Brasil é branquitude.

²³ GARNER, Steve. *Whiteness: an introduction*. London: New York: Routledge, 2007.

²⁴ Como postulado por Hofbauer (2006), há um debate em torno de duas escolas que tentaram firmar os seus pontos de vista acerca da raça, a culturalista e a socialista, esta última que obteve mais sucesso em ecoar seu discurso, representada por Florestan Fernandes e Carlos Hanselbalg.

Em suma, é possível tecer aproximações entre a teoria de Guerreiro Ramos e as reflexões produzidas posteriormente no campo de estudos da branquitude. A virada epistemológica do autor abriu os caminhos para que outros autores refletissem sobre a temática das relações raciais, de maneira a inserir os sujeitos brancos na questão. Abordaremos no próximo tópico o desenvolvimento da primeira geração dos estudos da branquitude.

1.2.2 *Primeiros trabalhos (décadas de 1990 a 2000)*

Após o trabalho de Guerreiro Ramos, seguiu-se um enorme hiato na preocupação intelectual sobre o “problema do branco”. Podemos falar que o campo das relações raciais se constituiu, sem grandes impeditivos, centrado unicamente no “problema do negro”. A cronologia do giro epistemológico teve início com os estudos de Cida Bento, que utilizaremos aqui como ponto de partida.

Cida Bento é conselheira e uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Atuou como professora da rede básica de ensino, como recrutadora, chefe de seleção e executiva de Recursos Humanos. A pesquisadora escreveu dezenas de artigos acadêmicos e organizou diversos livros sobre questões raciais, além de ser autora da primeira tese sobre branquitude realizada no Brasil. É esse trabalho que tomaremos como objeto de análise mais detalhada. Em *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (2002a), Cida Bento buscou entender como pessoas negras são preteridas no Brasil em virtude da sua cor, e como pessoas brancas são favorecidas pelo sistema através do pacto narcísico da branquitude, termo cunhado por ela neste trabalho. Os “pactos narcísicos da branquitude” são conceituados como alianças intergrupais entre brancos, caracterizadas pela “ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social” (Bento, 2002a, p. 7). Assim, a autora alia à teoria estudos empíricos a respeito do mercado de trabalho, valendo-se de material coletado em entrevistas.

Cida Bento trata da branquitude como racialidade branca, que provoca sintomas nesses indivíduos e, por isso, se constituiria uma espécie de enfermidade (Bento, 2002a, p. 12; p. 37). Entre os sintomas estaria o reconhecimento da desigualdade sem qualquer conexão com a discriminação existente no presente. Ao apresentar autores clássicos da sociologia, mostra como eles, apesar de denunciarem a desigualdade, alegaram uma explicação para ela baseada no despreparo dos negros para o mercado de trabalho do capitalismo por causa da escravidão.

É interessante notar a aproximação dessa crítica com a feita por Ramos, segundo a qual existem questionamentos para o sujeito negro, mas não uma investigação sobre os efeitos da escravidão sobre o sujeito branco.

Cida Bento é autora de outros três textos produzidos na mesma época, dois capítulos presentes no livro *Psicologia social do racismo: branquitude e branqueamento no Brasil* (2002b)²⁵ e um trabalho apresentado em simpósio, nomeado “Branquitude e poder — a questão das cotas para negros” (2005), sendo os primeiros textos mais citados pelos autores da segunda geração. A autora escreveu outros trabalhos após a década de 2000, como o livro *O pacto da branquitude* (2022) publicado pela Companhia das Letras. Duas décadas após a defesa da tese, a autora revisitou o conceito e o apresentou de forma didática para letramento do público geral.

No livro, o artigo “Branqueamento e Branquitude no Brasil” produz aproximações interessantes com o pioneirismo de Ramos, assim como oferece pontes para as reflexões que virão acerca da branquitude. Nesse texto, Cida Bento pretendeu articular a ideia de branquitude ao processo de branqueamento ocorrido no Brasil, afirmando que a falta de reflexão sobre o papel do branco nesse fenômeno ajudou a confirmar as desigualdades raciais como um problema exclusivamente relativo aos negros. Seguindo essa linha de raciocínio, a autora destacou o vínculo havido entre o branqueamento e construção da identidade nacional, citando e dando continuidade ao pensamento de Guerreiro Ramos.

Invertendo a leitura sobre branqueamento no Brasil, Cida Bento afirmou que o desejo de embranquecer, que seria um desejo de “europeização”, denuncia o próprio desconforto dos brancos brasileiros com eles mesmos, haja vista que não se aceitam enquanto brasileiros, se perdendo no Outro — seja o Outro europeu, seja estadunidense (Bento, 2016[2002], p. 57). Assim, como Ramos, a autora apontou que a questão da raça trata-se de um problema nacional, de todos os brasileiros, não apenas dos negros. Contudo, não negou os efeitos do processo de embranquecimento para a população negra; ao contrário, denuncia os efeitos estruturais e os danosos efeitos psicológicos desse fenômeno. Em paralelo, enfatizou a participação ativa das elites brancas na invenção do mesmo, utilizando como embasamento para essa reflexão a teorização de Célia M. Marinho de Azevedo (1987).

O Pacto da branquitude (Bento, 2022) é uma síntese exemplar dos conceitos abordados pela autora ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional e que tem como fio

²⁵ Segundo a própria autora Cida Bento (2005; 2016) em outros textos ela cita utilizando como referência o ano de 2002 e em outro texto ela utiliza usando o ano de 2003. Como o livro possui 6 edições atualmente, sendo a última de 2017, não foi possível rastrear o ano exato da produção da primeira edição, inclusive no site da editora Vozes.

condutor a sua experiência pessoal como pesquisadora e executiva de RH. Ao mesmo tempo, explana com objetividade os principais teóricos e conceitos da teoria crítica da branquitude. A autora busca ser didática, esclarecedora e atrativa ao compor o texto, em observação à intenção de fazer uma apresentação introdutória sobre o tema da branquitude. Além disso, o livro representou a efervescência do campo de estudo, já que a edição foi publicada por uma das maiores editoras nacionais e contou com grande recepção do público — provada pelo fato de se encontrar no topo da lista de livros mais vendidos da Amazon na sessão de estudos culturais²⁶ e de estar na sexta reimpressão.

Portanto, Cida Bento cumpre o objetivo pretendido: apresentar o fenômeno da branquitude e seus pactos narcísicos. A autora perpassa por instâncias nas quais a branquitude se apresenta ou se correlaciona, tais quais nas estruturas das instituições, na organização das relações econômicas, culturais e políticas. Bento realiza tal feito por meio de exemplos retirados da própria vivência enquanto pesquisadora e executiva de RH, assim como de falas e situações cotidianas. Por isso, há indícios de a obra ser uma introdução para pesquisadores que buscam adentrar o tema da branquitude, bem como é perceptível o esforço da autora de produzir um livro que possa ser consumido pelo público mais amplo que quer aprender sobre as relações raciais, haja vista a mudança do comportamento cada vez maior de segmentos da população negra que adquirem letramento racial e a popularização do termo branquitude nas redes sociais.

Edith Piza, psicóloga branca, produziu três escritos sobre a branquitude. Os dois primeiros estão inseridos na coletânea citada, *Psicologia social do racismo* (2002), sendo um deles escrito em parceria com Fúlvia Rosemberg. No primeiro artigo, “Porta de vidro: entrada para a branquitude”, a autora pretendeu apresentar as discussões gerais que foram feitas em um relatório final de pesquisa sobre como se deu a percepção de mulheres negras por mulheres brancas em Itapetininga, com a finalidade de produzir uma sondagem sistemática sobre o sentido de ser branco no Brasil. Assim, seguindo a mesma linha que Bento, Piza cita os estudos críticos da branquitude estadunidenses e autores como Ruth Frankenberg, W. E. B. Du Bois e David Roediger.

Desse texto é importante destacar a metáfora da autora para a identidade racial branca: uma porta de vidro que pretende ser transparente/neutra, mas possui materialidade e meios que permitem decifrá-la, nem que seja por meio das frestas. Neste ponto está colocada a discussão acerca da neutralidade ou da identidade racial não-marcada da branquitude, que

²⁶ *O pacto da branquitude*. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/pacto-branquitude-Cida-Bento/dp/6559212327>. Acesso em 26 maio 2025.

outros autores irão debater.²⁷ Analisando depoimentos de mulheres brancas, a autora chega à conclusão de que a negação ou o silêncio a respeito da própria identidade branca faz exacerbar a racialidade do outro, e, mais, coloca o sujeito branco como único, geral, imutável, de modo que não há uma construção da alteridade, haja vista que não se procura enxergar o Outro (Piza, 2020, p. 92-94).

O segundo artigo, “Cor nos censos brasileiros”, refletiu sobre a produção da categoria “cor” nos censos brasileiros, considerando os primeiros censos até o mais recente à época. Interessante apresentar que as autoras ressaltaram que, a depender do indivíduo que produz a classificação do outro, caso este seja branco (é o caso analisado pelas autoras) parece haver uma tentativa de embranquecer o conjunto dos indivíduos classificados (Piza; Rosenberg, 2002, p. 115).

O terceiro texto foi apresentado em simpósio e apresenta mudanças no pensamento da autora que repercutiram em outros autores. Em “Adolescência e racismo: uma breve reflexão”, Piza inicia sua apresentação se colocando como pessoa branca (em 2005!) e refletindo sobre o modo como a identidade racial afeta o processo de desenvolvimento de adolescentes, centrando a discussão especialmente na identidade branca. A autora traçou a divisão entre branquidade e branquitude, que aparecerá em outros autores como Cardoso (2008; 2014) e em Moreira de Jesus (2012). Insere-se como continuidade da tradição de Vron Ware e conceitua a branquidade como uma identidade social e cultural do sujeito branco, não delimitada, que possui traços de racismo; aproxima, com isso, o conceito de branquidade ao de “negritude”.

Apesar da teorização de Piza ter tido algumas reproduções, podemos afirmar que ela se encontra ultrapassada pelos principais estudiosos da branquitude. Ou seja, os autores que hoje influenciam o campo (principalmente, Cardoso e Schucman) reproduzem o termo branquitude como um conjunto de elementos para caracterizar o campo, tendo o termo “branquidade” caído em desuso.

1.2.3 *Produções da década 1990 a 2017*

O mais recente marco dos estudos da branquitude tem início com a dissertação de mestrado do sociólogo negro Lourenço Cardoso, defendida em 2008 e intitulada *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)*, na qual o autor se insere no campo como herdeiro

²⁷ Ruth Frankenberg (2004) discute essa pretensa invisibilidade autores brasileiros aprofundam a discussão, como Cardoso (2008; 2014).

das ideias de Bento. Nesse trabalho, Cardoso mapeia o que havia no campo de produção da branquitude até aquele momento, e o classifica como um campo em emergência. No doutorado, continuou os estudos sobre a branquitude e redigiu a tese *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil* (2014). Após o primeiro trabalho de Lourenço Cardoso, temos a produção de Liv Sovik (2009), pesquisadora branca e cujo principal ensaio “Aqui ninguém é branco”, refletiu sobre aspectos da cultura brasileira para pensar a branquitude. Quatro anos após a produção de Sovik e dois anos antes da tese de Cardoso, publicou-se a tese de Lia Vainer Schucman (2012), psicóloga branca, com o título de *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Por fim, finalizamos a análise da segunda geração mencionando a dissertação de Willian Luiz da Conceição (2017), antropólogo negro e autor de *Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate*.

Esses autores foram selecionados com base em dois critérios. Primeiro, pela atuação como divulgadores dos estudos da branquitude (Schucman, 2012; Cardoso, 2008, 2014; Conceição, 2017), e, segundo, pelo fato de serem as únicas produções que versaram sobre branquitude na época (Sovik, 2009). É importante enfatizar que está excluído do presente trabalho aquelas que se propuseram a adotar o termo “branquidade” ou “brancura”, haja vista que o termo que possui maior preponderância é “branquitude”, como já foi afirmado. Contudo, o trabalho organizado por Vron Ware, *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo* (2004), compôs-se de importantes textos traduzidos de autores estrangeiros que impactaram intelectuais do presente, principalmente o texto de Ruth Frankenberg, como ressaltamos anteriormente.

No segmento a seguir, pretendemos expor o conteúdo dos trabalhos dos autores mencionados e o modo como eles propiciaram a criação do campo da branquitude no Brasil. O intuito de proceder essa breve apresentação se justifica pelo fato de que esses trabalhos serão explorados no terceiro capítulo, quando analisaremos entrevistas dos intelectuais — com exceção de Liv Sovik. Mas haja vista que esses autores são basilares para as reflexões historiográficas do próximo capítulo, iremos abordá-los para criar uma linha do tempo do campo, de modo que o processo de produção do pensamento acerca da branquitude possa ser apreendido em seu quadro mais amplo.

1.2.4 Lourenço Cardoso

Nos dois trabalhos do autor é possível notar a preocupação em rastrear os antecedentes da construção de um campo de estudo sobre a branquitude no Brasil e o que seria a

branquitude. Na dissertação de mestrado, Cardoso (2008, p. 15) se debruçou sobre o campo da branquitude no Brasil e o apresentou em emergência, com destaque importante para o papel da mobilização do movimento negro em torno do tema. O autor referenciou Cida Bento para pensar o que seria a branquitude e atribuiu importância aos estudos produzidos nos EUA. Também é neste trabalho em que Cardoso cunhou os termos “branquitude crítica” e “branquitude acrítica”, marco importante para os estudos da branquitude.

Na tese, Cardoso (2014, p. 11) buscou analisar os indivíduos brancos que se ocuparam de estudar o negro, tentando entender a ausência de reflexão sobre a branquitude. Enquanto no primeiro trabalho ele realizou uma pesquisa quantitativa acerca da produção de teses e dissertações sobre a branquitude, no segundo trabalho foi feito um empreendimento qualitativo utilizando como fontes entrevistas com acadêmicos. Em cinco capítulos, o autor reflete sobre a historicidade do branco brasileiro, o entendimento do branco brasileiro a partir da comparação com o negro brasileiro e a compreensão do branco-pesquisador.

1.2.5 *Liv Sovik*

A autora possui dois textos importantes que a inserem na primeira geração e que, inclusive, ajudam a entender a instauração da preponderância do termo “branquitude”. O primeiro texto está na coletânea organizada por Vron Ware (2004), nomeado “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e média no Brasil”; o segundo é um ensaio publicado em 2009, intitulado “Aqui ninguém é branco”²⁸.

No primeiro texto a autora utiliza o termo “branquidade” para referir-se à categoria de análise a partir da qual se compreende os sujeitos brancos, fazendo uso, em partes, do conceito de Frankenberg e de Ware (Sovik, 2004, p. 364). É interessante notar que ela (ou a edição do livro) inclusive altera o nome do livro publicado dois anos antes por Bento e Piza, em *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, aparece escrito “branquidade” sem estar em itálico. O que podemos entender como sinal do jogo de interesses para se ter um conceito mais aceito. Apesar dessa mudança, não parece haver grandes alterações em relação à compreensão do termo, pois há um conjunto de teóricos citados em comum. Nesse mesmo texto, a autora afirmou o pioneirismo de Ramos, ressaltando de que modo o autor se encontrava ultrapassado e como, a partir do seu estudo, deu-se continuidade ao campo com outros autores; de todo modo, afirma que o autor segue atual por ter pensado a branquitude enquanto uma questão de imagem e não de genética.

²⁸ Para um maior aprofundamento na obra, indico o trabalho aqui citado de Conceição (2017).

No livro, a autora utiliza “branquitude” para se referir ao mesmo conceito que, cinco anos antes, tinha outro nome — alteração que indica uma substituição confirmada pelo mercado editorial.

1.2.6 *Lia Vainer Schucman*

Em *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (2012), Schucman utilizou o conceito de branquitude para compreender de que modo ele foi apropriado e operacionalizado pelos sujeitos brancos da cidade de São Paulo. A metodologia da autora vale-se de uma abordagem conceitual dos estudos da branquitude e de pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com sujeitos que se autoidentificaram brancos. Com base nesses procedimentos a autora concluiu a respeito da permanência de discursos hierarquizantes de raça, no sentido biológico e cultural, e da presença do racismo como parte da identidade racial branca (Schucman, 2012, p. 7).

A tese é dividida em seis capítulos nos quais a autora refletiu sobre a teorização da branquitude, a conceituação de raça e do racismo, e sobre a construção da identidade racial branca na cidade de São Paulo apontando, por fim, como essa construção engendrou fronteiras e hierarquias dentro da própria branquitude (com distinções entre o branco, o branquíssimo e o encardido). Ressaltamos a inserção da produção da autora nos trilhos dos estudos da branquitude, ela reflete a partir dos estudos da branquitude nos EUA, além de refletir sobre os trabalhos anteriormente publicados de Bentos, Piza, Cardoso e Sovik.

1.2.7 *Willian Luiz da Conceição*

Em *Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate* (2014), Conceição realizou uma pesquisa bibliográfica que buscou entender a existência da branquitude enquanto temática de estudo no Brasil. Para isso ele analisou trabalhos do século XIX até os mais contemporâneos. O autor conclui que a temática tem se mostrado um assunto persistente desde a formação sócio-histórica do país (Conceição, 2017, p. 13). É relevante ressaltar que este é o segundo trabalho de Conceição no qual ele aborda o tema da branquitude, o primeiro foi o seu TCC.

A principal preocupação do autor foi evidenciar o fenômeno da branquitude nos trabalhos levantados, sem o conceituar. O seu raciocínio é interessante para pensarmos em que pé os estudos da branquitude se encontravam em 2017. Ele apresenta que a escolha por branquidade, brancura ou branquitude se deu porque o termo mais recorrente é branquitude

nos estudos por ele levantados, não por se sentir convencido pela conceituação e definição que havia nesses trabalhos.

Para realizar seu exercício de reflexão, Conceição abordou o trabalho de quatro autores do século XIX: Carl Friedrich von Martius, Joseph Arthur de Gobineau, Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues, afirmando se tratar de uma revisão bibliográfica da produção destes autores. Além disso, escolheu quatro autores do século XXI, Lourenço Cardoso, Cida Bento, Liv Sovik e Lia Vainer Schucman, tendo como critério para essa escolha a influência e inserção deles no cenário intelectual nacional, especialmente no que diz respeito ao campo de estudos da branquitude.

1.3 Considerações finais

Podemos observar nesses autores o uso da branquitude como algo para além da identidade branca, ou seja, a branquitude não é resumida ao ser branco no Brasil. O conceito agrega mais do que isso, e possui uma pluralidade de possibilidades para a sua empregabilidade. Como também, observamos a preponderância da psicologia nos estudos iniciais (Cida Bento e Edith Piza), e uma continuidade com a produção de Schucman. Guerreiro Ramos possui papel essencial para o desenvolvimento dos estudos sobre a branquitude no Brasil, proporcionando uma virada epistemológica já na década de 50, com seu trabalho inovador ele abre os caminhos para os estudos posteriores. Bento e Piza são duas intelectuais com papel destacado nesse momento, sendo importante destacar o protagonismo de Bento no processo mais atual de propagação do tema.

É também possível destacar a importante contribuição para o campo dos estudos críticos da branquitude estadunidenses, que impactaram no modo como esse tema é compreendido. Sendo importante destaca o papel do livro *Branquidade* (2004) como ponto irradiador do conceito, assim como o papel fundamental do texto de Frankenberg, que estrategicamente reúne a conceituação de branquitude em oito pontos, os quais serão repetidos fielmente em outros textos acadêmicos posteriores. Logo, é importante destacar o papel de Cardoso (2008, 2014) no processo de legitimação da palavra “branquitude” e sua sobreposição ao uso da palavra “branquidade”.

Podemos concluir que os intelectuais aqui citados são utilizados como parâmetros para os estudos posteriores, como iremos abordar no próximo capítulo.

2. Capítulo 2 - Das dissertações e teses

O objetivo deste capítulo é apresentar em que estado se encontra a pesquisa sobre branquitude no Brasil entre os anos de 2017 até 2024. Seguiremos com maior enfoque em analisar as produções historiográficas, limitando como variável as teses e dissertações escritas por historiadores e defendidas em programas nacionais de pós-graduação em História. Pretendemos apreender a condição em que se encontra a produção intelectual no Brasil de modo geral, isto é, em todas as áreas do conhecimento; também discutiremos de que modo está acontecendo a integração da branquitude ao campo da historiografia no Brasil.

Ressaltamos que o foco da pesquisa é a produção historiográfica, sendo a revisão sistemática para outras áreas feita com caráter exploratório e não aprofundado, haja vista os limites deste trabalho. O que implicou deixar de lado certas particularidades do modo como o campo de estudo sobre a branquitude no Brasil está sendo constituída, porém, em contrapartida, ilumina um campo que não tem reflexões desse tipo: a História. Desse modo, pretende-se que este trabalho auxilie a sistematizar o atual cenário do campo de estudos sobre a branquitude para os intelectuais brasileiros, assim como apresente e discuta a inserção dos estudos sobre a branquitude na História.

2.1 Metodologia, resultados gerais e resultados historiográficos

2.1.1 *Metodologia*

Foi utilizado como mecanismo de busca das produções brasileiras sobre branquitude a base de dados Capes (Catálogo de Teses e Dissertações) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Rastreamos as produções publicadas entre 2017 e 2024. Um primeiro levantamento foi feito em março de 2024 e uma segunda busca em maio de 2025, de modo a assegurar que todas as produções de 2024 fossem encontradas. O alvo da averiguação foram teses e dissertações que possuísem “branquitude” nos critérios “título”, “resumo” e “palavras-chave”. Com os dados foram produzidas tabelas para listar as produções, o ano em que ocorreram, a área de concentração, nome e gênero do autor, tipo de

produção, título e instituição de produção. Assim, foi possível a construção dos gráficos e tabelas que serão apresentados na próxima seção.

Ambos os repositórios consultados permitem a exploração do ano de produção, do tipo de trabalho, autor, orientador, programa de pós-graduação e instituição de defesa. A base de dados Capes possibilita um olhar mais aprofundado, haja vista que contém ainda as informações sobre integrantes das bancas — o que esclarece um pouco sobre como o campo está sendo constituído. Em relação à base de dados BDTD, trataremos com dados de dois resultados de busca: aqueles que incluíram branquitude nas palavras-chave, resumo e título, e aqueles resultados que incluíram branquitude nas palavras-chave, resumo ou título. Na base de dados Capes não é possível realizar tal separação, feita posterior e manualmente no aplicativo “Planilhas” do Google. A separação serve para entendermos como está se dando o crescimento da pesquisa sobre o tema. A diferença indica que trabalhos que apresentam “branquitude” no título, nas palavras-chave e no resumo têm o tema como central na pesquisa, enquanto aqueles que referenciam o termo em apenas uma ou mais dessas categorias são indicadores, para nós, do crescimento e da popularização do tema entre os intelectuais.

O mesmo procedimento foi realizado para a pesquisa com as produções historiográficas. Em adição, as dissertações e teses foram lidas e analisadas comparativamente em relação a seu conteúdo. Para proceder com a análise comparativa foi elaborado um roteiro de leitura, no qual temos como foco analisar:

- Ficha catalográfica (nome do autor, autoidentificação racial, universidade e programa, orientador, data da defesa, o grau do trabalho, composição da banca);
- Tema do trabalho;
- Objetivo do trabalho;
- Recorte historiográfico (temporal e espacial);
- Fontes utilizadas;
- Metodologia e teoria;
- Debate com autores que não são historiadores;
- Uso do conceito da branquitude, e
- Autores do campo da branquitude que constam nas referências.

A seguir apresentaremos os resultados gerais e os resultados historiográficos. Após a apresentação, iremos comparar os resultados encontrados com os estudos que foram realizados anteriormente (Cardoso, 2008; Conceição, 2017). Assim, poderemos partir para a

análise das dissertações e teses historiográficas tendo em mente a composição do cenário nacional.

2.1.2 Resultados Gerais

A busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em maio de 2025, de produções que tivessem “branquitude” no título, nas palavras-chave e no resumo, indicou o resultado de 71 trabalhos²⁹, dos quais 48 são dissertações e 23 são teses. Entre as dissertações, há um maior número de produções na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com seis trabalhos; em segundo lugar, empatadas com cinco produções, localiza-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade do Estado de Minas Gerais. Entre as teses, o maior número de produções situa-se na Universidade de São Paulo (USP), com seis teses; em segundo lugar, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), com cinco teses; e em terceiro lugar na UFRGS com duas produções, empatada com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Abaixo temos um gráfico com a distribuição dos resultados por região:

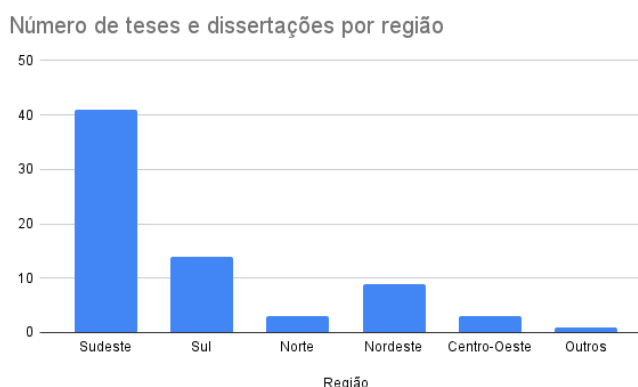


Figura 1 - Gráfico do número de dissertações e teses por região

A partir da leitura do gráfico é possível observar a preponderância da região Sudeste nas produções especializadas sobre branquitude, isto é, que toma a branquitude como tema central da pesquisa. Dado que não destoa da predominância geral dessa região em outros assuntos, haja vista a concentração histórica de investimentos nas instituições situadas no Sudeste. Assim, tanto a região Sudeste como a região Sul são favorecidas por circunstâncias e

²⁹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. *Busca por teses e dissertações sobre "Branquitude" (2017–2024)*. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

atores sociais que as priorizaram, proporcionando uma maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros (Sidone, Haddad, Mena-Chalco, 2016).³⁰

Na busca por “branquitude” em quaisquer critérios, foram encontrados 501 resultados em maio de 2025³¹: 320 dissertações e 181 teses. Nos gráficos abaixo apresenta-se a distribuição dos trabalhos segundo as principais instituições de produção, e em seguida por região:



Figura 2 – gráfico com número de teses e dissertações por universidades

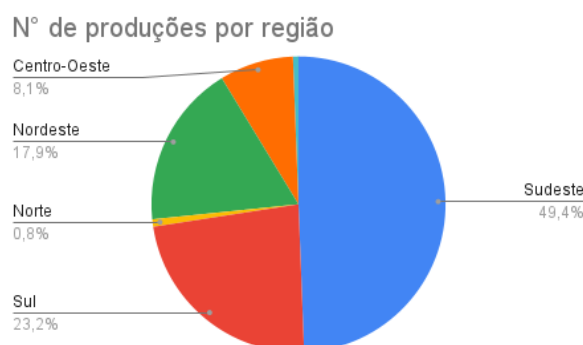


Figura 3 – gráfico com número de produções por região

A partir desses dois gráficos podemos observar a predominância das produções das universidades públicas da região Sudeste. Porém, é interessante ressaltar o crescimento da produção na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que publicou 48 pesquisas entre os anos de 2017 e 2024. Ou seja, assim como as pesquisas especializadas em branquitude, as pesquisas que têm alguma relação com o tema também estão espacialmente concentradas na região Sudeste, seguida da região Sul. Importante destacar o crescimento das produções na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assim como o papel da UFRGS na

³⁰ SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15–32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>. Acesso em: 12 maio 2025.

³¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. *Busca por teses e dissertações com o termo “Branquitude” (2017–2024)*. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

produção sobre o tema. Sobre o crescimento da UFRRJ, há um importante aspecto a ser pontuado: apenas duas pesquisas apresentam “branquitude” em resumos e/ou palavras-chave, o restante das produções apresenta “branquitude” dentro do corpo do trabalho.

Ainda sobre a UFRRJ³², vale mencionar que o programa que mais possui produções (29) é o Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, seguido do Programa de Pós-Graduação em História (6). Como este é, para nós, de maior interesse, podemos olhá-lo com mais atenção. Dos seis trabalhos indicados, dois deles utilizam Schucman (2014) para abordar o tema da branquitude³³, dois utilizam Miskolci (2012)³⁴, um utiliza Weinstein (2022)³⁵ e um utiliza diversos autores como Cardoso (2010), Schucman (2012), Piza (2014 [2002]) e Bento (2014[2002]).³⁶ O uso de Barbara Weinstein (2022) está diretamente conectado com a temática da tese nomeada *A Revolta de 1924 em São Paulo: para além dos tenentes*, havendo apenas uma conexão com a formação da identidade paulistana.

No gráfico abaixo, temos o crescimento das produções no decorrer dos anos:

³² Após a qualificação, será avaliado a viabilidade de analisar esses trabalhos fruto da UFRRJ, haja vista a extensão do trabalho e a necessidade para a compreensão do campo.

³³ PAES, Érica de Aquino. *Violências contra mulheres em uma delegacia de mulheres do Rio de Janeiro: uma análise histórica da hipossuficiência feminina nos anos 1980-1990*. 2018. 238 f.. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018; MIRANDA, Tatiane de Medeiros. *Do vale do Paraíba à cidade do Rio de Janeiro: migrações negras e suas trajetórias (1920-1940)*. 2023. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

³⁴ CUNHA, Wagner Perrotta. *Entre Estácios, Jorges, Vicentes e Raymundos: as figurações de masculinidades nos romances Helena e Yayá Garcia, de Machado de Assis*. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.; SILVA, Natanael de Freitas. *DZI croquettes: invenções, experiências e práticas de si - masculinidades e feminilidades vigiadas*. 2017. [164 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

³⁵ CASTRO, Maria Clara Spada de. *A Revolta de 1924 em São Paulo: para além dos tenentes*. 2022. 317 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2022.

³⁶ SILVA, Leonardo Ângelo da. *Volta Redonda em preto e branco: trabalho, desenvolvimentismo e relações raciais (1946-1988)*. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

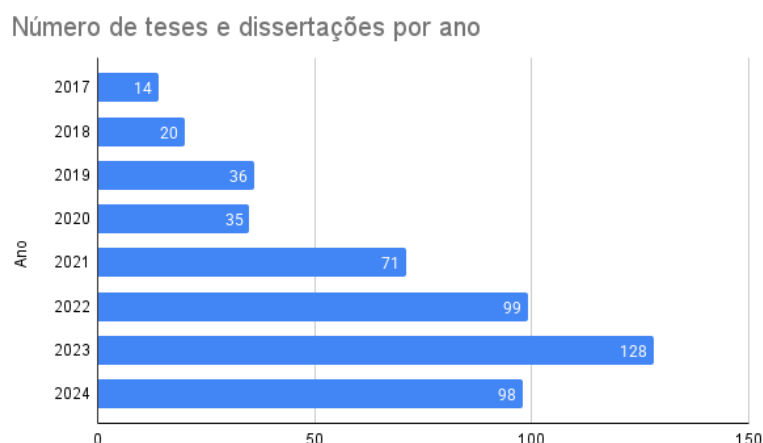


Figura 4 - gráfico com produções por ano

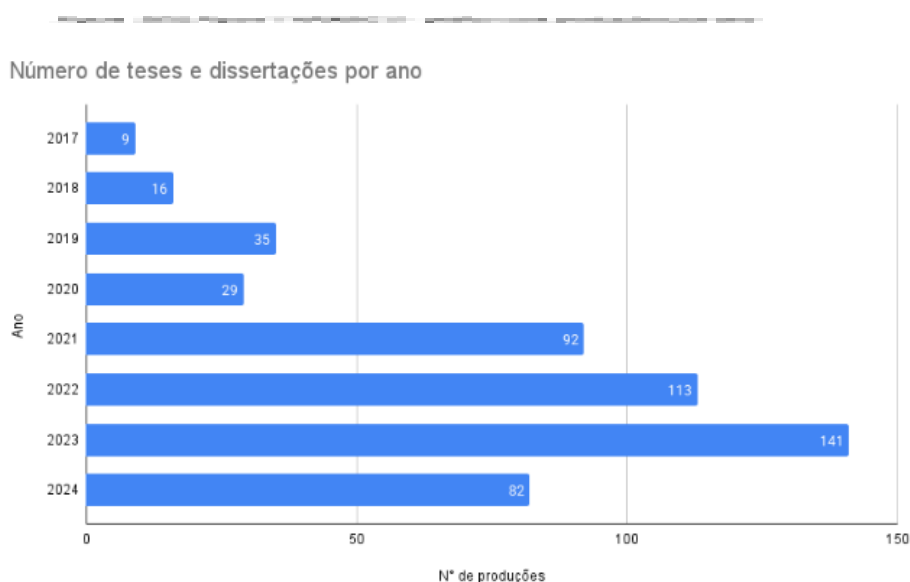
Analizando o gráfico acima, podemos observar o crescimento exponencial das produções que têm a branquitude como tema inserido dentro de suas pesquisas. Após 2020 tem-se o *boom* do crescimento das pesquisas, tendo como pico o ano de 2023 com 128 produções. Apesar da queda percebida entre 2023 e 2024, não é possível afirmar que os estudos sobre a branquitude estejam em decadência. Para afirmar isso, seria preciso observar os resultados por mais três anos, no mínimo.

A separação entre pesquisas especializadas e pesquisas mais gerais que não possuem branquitude como tema central, foi elaborada com o intuito demonstrar a dissipação do tema entre os acadêmicos brasileiros, que estão escrevendo cada vez mais sobre a branquitude e que devem tratar dessa temática com recorrência no cotidiano.

Agora iremos abordar os resultados encontrados na base de dados Capes. Haja vista que encontramos resultados diferentes nesta base de dados, abordaremos comparativamente os dois repositórios, bem como a viabilidade de obter maiores informações a partir da base de dados Capes.

Na base de dados Capes., ao pesquisar “branquitude” encontramos 517 resultados, dos quais são separados em 284 dissertações e 127 teses³⁷ publicadas entre os anos de 2017 e 2024. No gráfico abaixo está a distribuição das produções por anos:

³⁷ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Busca por teses e dissertações com o termo “branquitude” (2017–2024)*. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2025.



Em comparação aos dados obtidos do repositório BDTD, podemos observar aqui o crescimento exponencial das produções que versam sobre a branquitude já a partir de 2019. Há a coincidência de 2023 como o ano com maior número de trabalhos publicados, com 141 teses e dissertações. Convergem também os dados sobre a queda em 2024. Neste momento, após ter exposto o resultado dos dois repositórios, podemos compará-lo com o obtido por Loureço Cardoso em 2008³⁸;

Antes de abordar os dados espaciais a respeito da distribuição das produções, é importante ressaltar um aspecto do funcionamento da base de dados Capes. O número discriminado para cada trabalho separado por universidade é diferente do número total de

³⁸ Após a qualificação, gostaríamos de aprofundar a conexão com a dissertação de Lourenço Cardoso.

teses e dissertações encontradas; o que nos leva a indicar que algumas produções, por motivos de configurações da própria plataforma, não foram inseridas. Assim, quando somado o resultado temos o valor de 430 produções, o que difere em 87 trabalhos que ficaram de fora. Em anexo (anexo 01) consta uma tabela com a distribuição completa de produções por instituições de ensino superior.

Deste modo, é preciso ressaltar o limite dos repositórios em relação à acuracidade dos dados. Porém, como esses dois repositórios são os únicos que dispomos como plataformas que reúnem os dados de todas as universidades brasileiras, temos que os utilizar pelo menos como parâmetro para entender o cenário nacional de produção intelectual. Feita a ressalva, podemos analisar os dados que nos auxiliam a compreender o modo como está ocorrendo a produção sobre branquitude no Brasil.

A partir dos dados do repositório de teses e dissertações do Capes podemos reconstruir a distribuição espacial das produções nacionais sobre branquitude. Abaixo temos um gráfico com a distribuição das produções pelas instituições que publicaram mais de 10 trabalhos entre os anos de 2017 e 2014:

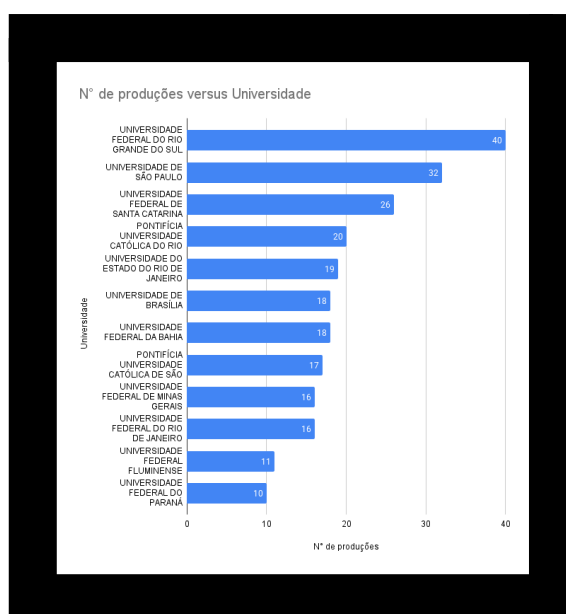


Figura 6 - gráfico com produções por universidade

Em ordem decrescente, observamos a UFRGS com quarenta produções, seguida da USP, com 32, e da UFSC com 26 produções. Ou seja, concordando com os resultados obtidos via BDTD, há um protagonismo importante sendo exercido pela UFRGS e pela USP. Há diferenças de resultados em comparação ao BDTD, notadas na ausência da UFRRJ no ranking e nos valores diferentes para a UFRGS (13 a mais para o BDTD), USP (1 a menos para o BDTD), UFSC (3 a menos para o BDTD), UFBA (28 a mais para o BDTD), por exemplo. Em

vitudo da disparidade de dados, isto é, não serem a maioria com valores diferentes em relação de um repositório com outro, não podemos criar uma hipótese para esse funcionamento. Porém, há em comum nos repositórios o protagonismo das produções na região Sudeste e Sul, como indica o gráfico abaixo acerca do repositório Capes:

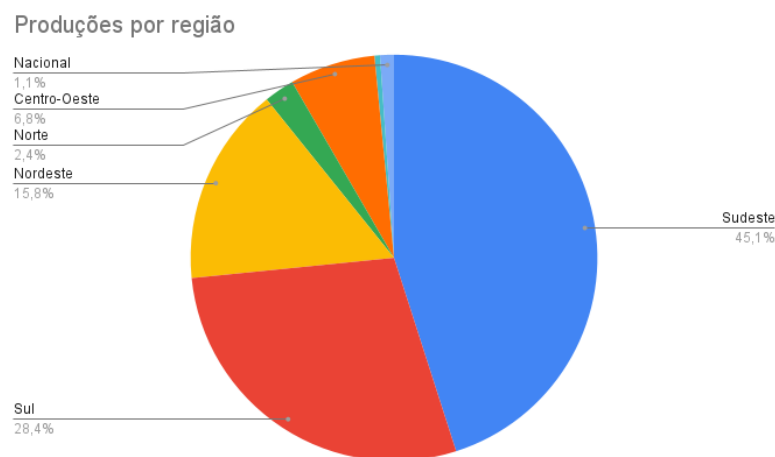


Figura 7 - gráfico com produções por região

Comparando os dados da distribuição por região, observamos que as regiões Sul e Sudeste ocupam mais da metade das produções (73,5% no caso do banco de dados do Capes e 72,6% no caso do bando de dados BDTD). Apesar das disparidades, as regiões continuam ocupando o papel de protagonismo nos estudos sobre a branquitude no Brasil. Menção que merece destaque nos resultados do Capes é a UFRGS. No decorrer do trabalho esboçaremos algumas hipóteses para explicar o porquê desse protagonismo.

Ainda analisando os resultados obtidos no repositório Capes, trataremos da composição das bancas. Por meio desse repositório, é possível consultar quem estava presente durante as bancas de defesas dos trabalhos analisados. Com 21 participações em bancas de trabalhos que versam sobre a branquitude esteve Lia Vainer Schucman. Seguida de Lourenço Cardoso, que participou de 13 bancas, e Liv Sovik, com 6 participações. Os números indicam que os autores são reputados autoridades no tema, isto é, figuras que, graças à trajetória acadêmica, têm a imagem consolidada enquanto especialista sobre o tema da branquitude. Indicam também que os autores têm um papel ativo na discussão do tema, haja vista que estão dispostos a participar de bancas que versam sobre a branquitude.

Os dados do Capes foram coletados em dezembro de 2024, e foram posteriormente catalogados. A partir dessa catalogação iremos abordá-los. O primeiro tratamento realizado foi a separação entre trabalhos que continham “branquitude” no título e aqueles que não o continham. Dessa separação, obtivemos 139 trabalhos com “branquitude” no título e 128

sem. Será o primeiro conjunto que analisaremos para compreender a produção especializada em branquitude. Dos 139 trabalhos, 101 são dissertações e 36 são teses. A seguir temos a distribuição dos trabalhos por ano:

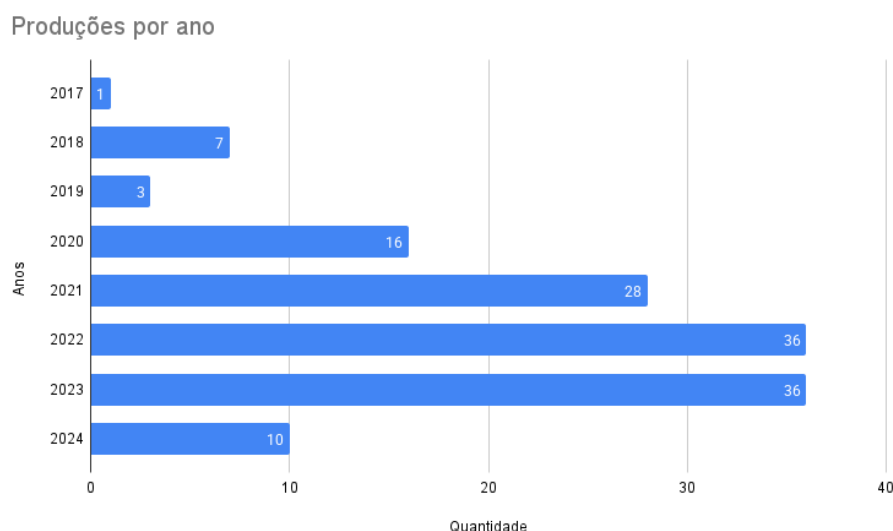


Figura 8 - gráfico com produções por ano

Seguindo o mesmo padrão anteriormente exposto, observamos o crescimento a partir de 2020, um pico de produções nos anos 2022-2023 e uma queda em 2024. Ao longo do trabalho iremos esboçar algumas hipóteses a respeito do crescimento durante esse período. Dos trabalhos produzidos, 99 foram escritos por pessoas do gênero feminino e 30 por pessoas do gênero masculino.³⁹ 43,5% foram produzidos na região Sudeste, 30,4% na região Sul, 15,9% na região Nordeste, 4,3% na região Centro-Oeste, 3,6% na região Norte e 2,2% nacional (fruto de universidades que possuem polos em múltiplas localidades do Brasil). Deste modo, podemos concluir que a maior parte dos trabalhos escritos sobre branquitude foi produzida por mulheres nas regiões Sudeste e Sul.

Por meio dos gráficos abaixo, podemos observar a divisão dos trabalhos por grande área e por área⁴⁰:

³⁹ Haja vista a limitação espacial desse trabalho, não foi possível analisar trabalho por trabalho para identificar que a identidade de gênero correspondia ao nome do autor, sendo essa divisão feita inclusivamente a partir dos nomes dos autores.

⁴⁰ Foi utilizado a divisão por áreas feita pelo CNPq. BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. *Árvore do conhecimento: áreas do conhecimento*. Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>. Acesso em: 14 maio 2025.

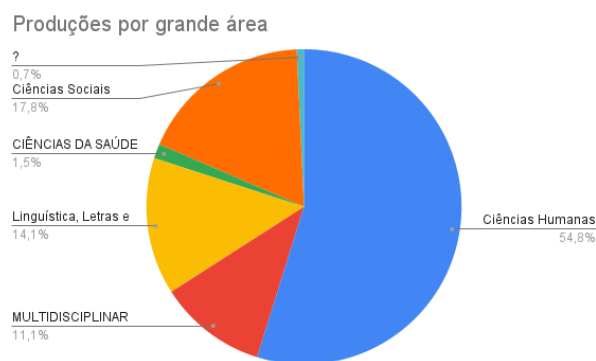


Figura 9 - gráfico com produções por grande área

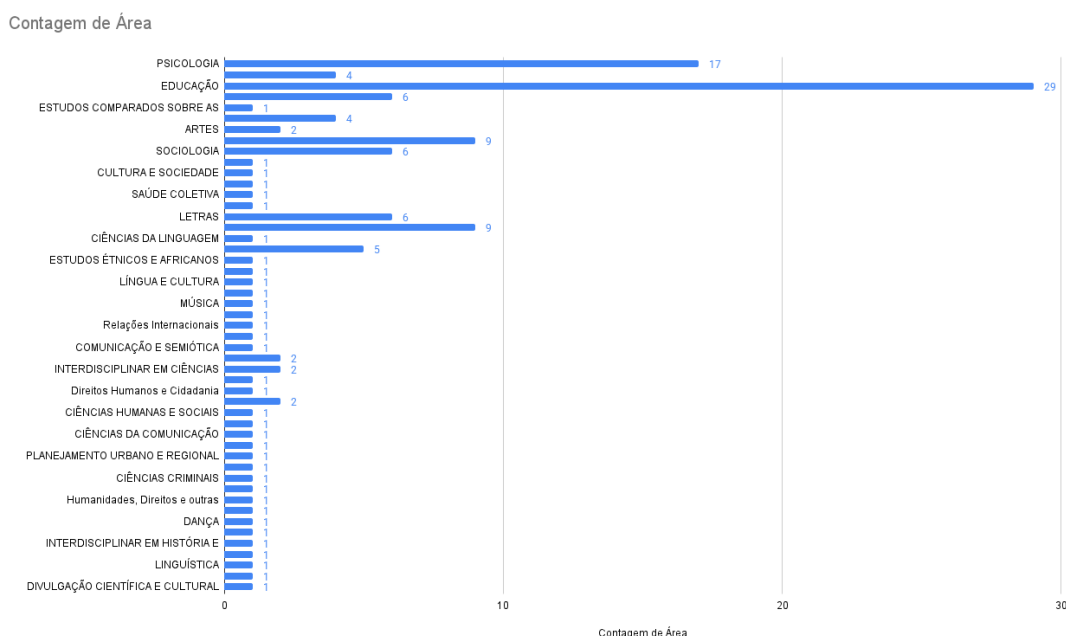


Figura 10 - produções por área

No primeiro gráfico, nota-se a predominância da grande área das Ciências Humanas com 54,8%, seguida das produções nas Ciências Sociais (17,8%) e da Linguística, Letras e Artes (14,1%). As áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias não possuem nenhum trabalho que versam sobre a branquitude entre os anos de 2017 e 2024. Assim, podemos concluir que a preocupação de estudar a branquitude aparece como evidente para os pesquisadores das Ciências Humanas.

Sobre a distribuição por área, podemos notar o protagonismo da área da Educação, com 29 produções, sendo seguida da Psicologia com 17 produções. Empatadas com nove produções estão as áreas da História e do Direito, e com seis produções as áreas de Relações Étnico-Raciais, Sociologia e Letras. Historicamente, observa-se no campo de produções sobre

a branquitude no Brasil a liderança das pesquisas na área da Psicologia; porém, nos últimos anos, a área da Educação assumiu o protagonismo e está estabelecida como a área que mais produz sobre a branquitude no Brasil.

A partir da análise dos dados por área, conclui-se que há uma crescente preocupação das Ciências Humanas em entender e estudar a branquitude nos últimos oito anos. O que indica que a pesquisa especializada sobre branquitude está crescendo na área. Dito de outra forma, não apenas está se falando e se discutindo mais sobre branquitude em todas as partes do país, como também estão sendo feitas mais pesquisas especializadas que têm a branquitude como tema.

2.1.3 Resultados historiográficos

A partir do tratamento dos dados obtidos no segundo levantamento em dezembro de 2024, foram selecionadas teses e dissertações elaboradas em programas de pós-graduação em História e que trouxessem “branquitude” nos títulos. Partindo desse processo de filtração, foram obtidos nove trabalhos historiográficos que trataram da branquitude entre 2017 e 2024. Desses, seis são dissertações e três são teses. Organizamos, abaixo, um quadro elencando os trabalhos:

Quadro 1: Teses e dissertações historiográficas_quadro 01_autora: Lhais Isla Dantas Leite

Ano	Tipo	Autor	Título	Instituição
2020	Dissertação	LEÃO, Cleber Teixeira	Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de Ensino de História.	UFRGS
2020	Dissertação	SOARES, Orson	“A bondade do Branco”: Olhar da branquitude sobre a questão racial no filme Também somos Irmãos	UFRGS
2021	Dissertação	FONSECA NETO, Syllas Moreira da	A cor do ensino de história no Brasil: reflexões sobre relações étnico-raciais e branquitude nos livros didáticos	UEM
2022	Dissertação	GOLEMBIEWSKI, Fernanda de Amorim	Ensino de História, educação das relações étnico-raciais e branquitude: proposições para	UFRGS

			os currículos dos anos finais do Ensino Fundamental.	
2022	Dissertação	RODRIGUES, Iralton Brabo	Branquitude na escola: percepções, relações, poder e resistências	UFPA
2023	Dissertação	QUEIROZ, João Luiz Damasceno de	Entre imagem e narrativa: a branquitude representada no livro didático de história do 9º ano da coleção Araribá Mais (MARABÁ-PA)	UNIFESSPA
2020	Tese	DIAS, Fabiana Rodrigues	A retórica racista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)	PUC-RIO
2020	Tese	FREITAS, Larissa Viegas de Mello	Experiências Feministas no Espaço Virtual: Debates sobre Interseccionalidade, Colonialidade e Branquitude em Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas (2010-2019)	UDESC
2023	Tese	DIENSTMANN, Gabriel	Branquitude e Racismo nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS	UFRGS

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso: 30/12/24

Essas serão as teses e dissertações analisadas na próxima seção do capítulo. É importante ressaltar que, por causa da decisão de selecionar apenas produções que tivessem “branquitude” no título, ficaram de fora algumas produções historiográficas que utilizam o termo no resumo ou nas palavras-chave. Essa decisão foi tomada por alguns motivos: primeiro, considerando a duração do mestrado; segundo, a decisão de priorizar trabalhos que tenham a branquitude como tema central da pesquisa. Todavia, iremos apresentar em anexo (Anexo 2) os trabalhos excluídos da amostra, pois servem de consulta para próximas pesquisas. Desse modo, daremos prosseguimento na análise das dissertações e finalizaremos o capítulo com a análise das teses e um breve balanço geral dessas produções historiográficas.

2.2 Análise das dissertações

Entre 2017 a 2024 foram encontradas seis dissertações, como estão apresentadas no último quadro. Duas publicadas no ano de 2020, uma no ano de 2021, duas no ano de 2022 e uma última em 2023. Ou seja, não foram produzidas dissertações no campo da História que tivessem a branquitude como tema central de pesquisa nos anos de 2017 a 2019, o que segue o padrão de distribuição nacional da produção sobre branquitude — tendo o pico das produções começado a partir de 2020. Das seis produções, cinco são advindas do mestrado profissional em História, e apenas uma do mestrado acadêmico, a dissertação de Orson Soares (2020).

Sobre o perfil dos autores, cinco são homens e uma mulher, Fernanda de Amorim Golembiewski. Apesar de não coincidir com o padrão das produções nacionais, é preciso levar em conta que estamos abordando uma pequena amostra. Sobre o perfil racial (quando houve a autoidentificação do autor/autora), temos dois pesquisadores brancos (Golembiewski e Fonseca Neto), três pesquisadores negros (Soares, Leão e Rodrigues) e um que não se autoidentifica (Queiroz). Não é comum o processo de autoidentificação racial nas produções acadêmicas, o que representa um aspecto interessante dos estudos sobre a branquitude e do modo como eles estão se desenvolvendo.

Dos cinco autores que se racializaram, quatro deles fizeram isto na introdução e Golembiewski (2022, p. 84) na conclusão. Os autores fizeram tais declarações para relacionar a pesquisa com suas trajetórias pessoais ou para justificar as repercussões do trabalho no cotidiano e na trajetória profissional. Para além disso, tem-se um questionamento acerca do local de produção de conhecimento imbricado nas reflexões sobre a construção da própria identidade racial dentro da estrutura de relações raciais moldadas pela presença da branquitude. Podemos observar isso nas citações abaixo:

“Neste país a pessoa negra tem duas certidões de nascimento: uma oficial lavrada em cartório; a outra quando se entra em contado com o mundo branco, lavrada na alma de quem sofre com o preconceito derivado do racismo estrutural do país.” (Soares, 2020, p. 19)

“O que é descrito pela autora foi exatamente o que aconteceu comigo. Fui classificado como um “não preto, quase branco” bem antes de me reconhecer, me auto identificar como negro. Na escola, não via negros sendo retratados como protagonista de algo. A exceção era a escravidão, fato histórico segundo o qual no qual a personagem principal era uma princesa branca.” (Rodrigues, 2022, p. 12)

Os autores atrelam suas realidades pessoais à necessidade da pesquisa. Em adição, Leão (2020, p. 17) faz uso da teoria do “lugar de fala” (Ribeiro, 2017) para expor a localidade, a vivência e como estas moldam a sua pesquisa. Isto é, o autor afirma que fala

tanto do lugar de um homem preto, advindo de periferia, quanto de um professor-pesquisador que busca a branquitude como abordagem não convencional para lidar com a realidade do racismo. Assim como Leão, Fonseca Neto (2021, p. 12) empreende a tarefa de, por meio dos estudos sobre a branquitude, “discutir o racismo como problema do branco” e refletir sobre sua prática docente.

Assim, podemos observar que a racialização para esses autores tem o intuito de localizá-los dentro do debate dos estudos sobre a branquitude. Haja vista que a construção da branquitude enquanto um operador universalizante, isto é, que se constitui como norma é uma das denúncias do seu mecanismo de funcionamento para manutenção das desigualdades. Desse modo, quando os autores e autora buscam se identificar racialmente, eles estão quebrando com esse pacto de não se comprometer racialmente, como normalmente é feito. Argumentamos que esses autores estão tomando responsabilidade da sua própria branquitude. E os autores negros estão relacionando a sua própria identidade racial e trajetória pessoal com a necessidade de modificar a produção do conhecimento.

Ainda sobre a ficha catalográfica das fontes, temos quatro dissertações da região Sul e duas da região Norte. Esse dado apresenta como o debate sobre branquitude se tornou nacional, sobre o que podemos esboçar algumas explicações. Em relação às três dissertações do RS, gostaríamos de destacar a presença de Marcos Vinícius de Freitas Rosa em duas delas, que colaborou na dissertação de Leão e participou da banca de Golembiewski; e também na de Fonseca Neto, dissertação produzida na estadual de Maringá. Podemos afirmar, com isso, que o pesquisador se consolida como referência na área dos estudos sobre a branquitude na História. Bem como podemos assumir que ele tem um papel de irradiador dessa temática, aspecto a ser aprofundado no próximo capítulo. Na terceira dissertação defendida na UFRGS, gostaríamos de destacar a presença de Lia Vainer Schucman na banca de defesa de Orson Soares. Como pontuamos na sessão anterior, a pesquisadora tem papel preponderante nos estudos sobre a branquitude no Brasil.

Em relação às produções na região Norte, gostaríamos de destacar que Rodrigues (2022, p. 6), reserva um trecho dos agradecimentos para se dirigir a Lourenço Cardoso, o agradecendo pela “pela atenção, pelas conversas e contribuições que espero que continuem”. Um sinal das redes de diálogo formadas no campo da branquitude: isto é, uma pesquisa feita em Ananindeua, no Pará, criou diálogos e angariou contribuições de um professor alocado no Ceará. Novamente, podemos ressaltar a extensão da influência de Cardoso.

Debruçando-se, agora, sobre o conteúdo das dissertações, iremos abordá-lo em algumas instâncias: tema central do trabalho; fonte e metodologia utilizada; diálogo com os

teóricos da branquitude e operacionalização do conceito; e, se necessário, observaremos outros teóricos, para além do campo da branquitude, filiados a outras escolas historiográficas. Há um aspecto que coincide em três das seis dissertações selecionadas: o uso dos livros didáticos como fonte.

A primeira que iremos analisar é de autoria de Cleber Teixeira Leão (2020), intitulada *Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de Ensino de História*, cuja defesa ocorreu em 29 de junho de 2020 foi orientado por José Rivair Macedo, com a colaboração do Marcus Vinícius de Freitas Rosa. Fruto do mestrado profissional em História na UFRGS, conta com 107 páginas e cinco capítulos, sendo o segundo dedicado exclusivamente a discutir o referencial teórico da branquitude. O tema da dissertação busca compreender como o conceito de branquitude se “esconde” no currículo de História, mas também como os estudantes compreendem e localizam esse conceito dentro do currículo e nas questões cotidianas. As fontes utilizadas pelo autor foram os livros didáticos “Vontade de Saber”, da editora FTD, “Projeto Araribá” da editora Moderna (ambos escolhidos pelo Plano Nacional do Livro para o período de 2017 a 2019), e entrevistas com alunos da rede pública do ensino médio do Rio grande do Sul. O recorte temporal do trabalho é de 2017 a 2020 e o recorte espacial é o Rio Grande do Sul, com foco nas escolas em que se realizaram as entrevistas.

Leão, no segundo capítulo, analisa e relaciona as categorias de branquitude, raça, etnia e eurocentrismo. Neste segmento, o autor segue uma trilha clássica da revisão bibliográfica nos estudos sobre a branquitude, e que veremos repetida em outros autores. Inicia referenciando os estudos críticos da branquitude, frutos dos debates nos EUA, e ressaltando precursores estrangeiros (Fanon e Du Bois) e o precursor brasileiro, Guerreiro Ramos. Em seguida, aborda as produções dos anos 2000, dando destaque para Bento (2002) e para Cardoso (2010; 2014; 2018), afirmando que a tese deste último serviu de base para a elaboração de sua dissertação.

É no quarto capítulo em que Leão aplica o conceito de branquitude à interpretação das fontes. O autor centra, na análise das fontes, a busca por elementos que caracterizam a branquitude, seja pela sua pretensa universalidade ou neutralidade. Assim, ressalta a marcação étnica e racial que acontece nos livros didáticos quando se trata de grupos não-brancos, e um silêncio em relação à constituição da identidade racial branca. Leão (Ibid., p. 52-54) assinala ainda a construção, no conteúdo programático do sétimo e oitavo ano do ensino fundamental, do sujeito europeu como figura impulsionadora de mudanças, ações e de movimentações históricas. Deste modo, a figura que se constrói do branco, seja europeu, seja brasileiro, é

aquela caracterização não demarcada — mesmo quando se está sendo discutido conflitos raciais, como é visto na abordagem sobre a Marcha Pelo Direitos Civis nos EUA e sobre as políticas de branqueamento da população brasileira. Apesar de estar subtendido que um certo grupo é privilegiado, não há marcadores raciais para os sujeitos históricos brancos, assim como não há exposição acerca da bonificação material e simbólica que o grupo historicamente recebeu por ser branco.

Podemos afirmar, em termos de análise da produção, que há a intenção pessoal do autor, enquanto professor-pesquisador e homem preto, de buscar novas possibilidades e metodologias para pensar na criação de “novas narrativas históricas” (Ibid., p. 17). Nota-se a intencionalidade de pensar a mudança de paradigmas por meio do uso da branquitude, isto é, fazendo uso político da pesquisa histórica. Também é importante destacar a relação da pesquisa com a prática docente: o autor ressalta o fato de ensinar em periferias e de pensar em mecanismos para ajudar os alunos a entender suas realidades. Mostraremos que esse é um aspecto comum das dissertações produzidas nos mestrados profissionais, sendo muitas vezes o que impulsionou as pesquisas sobre branquitude. Logo, além do caráter político, a pesquisa se reveste de caráter utilitário com foco na prática docente, em um movimento de retroalimentação — isto é, o autor foi impulsionado pelo trabalho como professor e como pessoa negra oriunda da periferia para mudar sua prática docente e de outros professores.

Em adição, é importante pontuar que esta foi uma produção feita na UFRGS. Como apresentado na seção anterior, uma das instituições com maior protagonismo na produção de conhecimento sobre a branquitude. Adiante esboçaremos algumas explicações para este protagonismo, porém, uma delas, que podemos perceber neste trabalho, é o papel do professor Marcus Vinícius de Freitas Rosas como catalisador das discussões acerca da branquitude dentro da universidade. Além disso, podemos utilizar a própria percepção do autor sobre o seu cotidiano como indício da maior produção no estado, visto que ele afirma a importância de pesquisas como a dele “principalmente em um estado como o Rio Grande do Sul, que apresenta constantemente casos de racismo vinculados a grupos como negros e indígenas” (Ibid., p. 17). O autor não apresenta dados para confirmar a constância do racismo no estado, assim como a necessidade enfática do estudo nessa região. Porém, isso não é preciso ser levado em consideração para o nosso estudo, pois a ausência de um dado científico nos oferecer mais informação do que o dado em si.

Como o autor parte de um senso comum que apresenta o estado do RS como palco de frequentes casos de racismo, podemos ponderar que o autor parte de uma perspectiva pessoal, do seu cotidiano enquanto homem negro e enquanto professor de estudantes não brancos e de

periferia. Nesse caso, temos acesso à percepção de mundo que o indivíduo-pesquisador tem da sua realidade e que envolve o cotidiano, as vivências experiências de vida do autor. Além disso, apresenta que o campo de estudos da branquitude se relacionou com uma perspectiva pessoal do autor, ou seja, que possui um vínculo entre prática e teoria.

A segunda pesquisa que faz uso do livro didático como fonte é de João Luiz Damasceno de Queiroz. Utiliza, inclusive, a mesma fonte: o livro “História Araribá Mais”, do 9º ano, adotado nas escolas do município de Marabá, no Pará. A dissertação intitulada *Entre imagem e narrativa: a branquitude representada no livro didático de história do 9º ano da coleção Araribá Mais (MARABÁ-PA)* foi defendida em 18 de janeiro de 2023 no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Instituto do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará com orientação da professora Karla Leandro Rascke, possui 105 páginas e conta com três capítulos. Tem como tema as representações da branquitude presentes em imagens e narrativas da História ensinada nos anos finais do ensino fundamental. Deste modo, enquanto Leão analisou os discursos do livro didático, a proposta de Queiroz é analisar as representações da branquitude dispostas nele.

Queiroz (2023, p. 16; p. 51; p. 70) analisa os “recursos imagéticos” presentes nos livros didáticos, buscando as representações da branquitude que nomeia como “arquétipo imagético da branquitude”. Constatamos, entretanto, que nessa dissertação não há a revisão clássica comum em outros trabalhos. O autor aborda o conceito usando os trabalhos de Cardoso (2014) e de Priscila Elisabete da Silva (2017). Cita, ainda, a obra clássica de Bento (2002) nos estudos sobre a branquitude no Brasil, ao tratar do processo de branqueamento.

Quando o autor implementa a análise das imagens, há uma tentativa de conectar a fonte visual do livro didático com o esforço de teorização. O autor tece críticas ao livro didático e as atrela à teoria sobre a branquitude por meio daquilo que o livro escreve, e não por meio daquilo que o livro didático mostra. Assim, quando Queiroz (2023, p. 72-73) apresenta uma imagem do livro didático, ele não se refere, na sua argumentação, aos aspectos visuais que compõem a imagem, mas faz uma crítica à construção textual do livro e à ausência de abordagem, por exemplo, sobre a origem do samba. Ou, ainda, quando Queiroz (2023, p. 74) faz uso de uma imagem recortada do livro, refere-se à construção de uma noção de trabalhador universal fortalecida pelo processo de branqueamento e de imigração europeia. Novamente, é preciso ressaltar que o autor não aborda os elementos visuais presentes na imagem.

Outro ponto importante a ser avaliado é a integração dos estudos sobre a branquitude aos estudos decoloniais. No trabalho de Queiroz, há um entrelaçamento entre os dois campos⁴¹.

O terceiro autor que faz uso do livro didático como fonte é Fonseca Neto, na dissertação intitulada *A cor do ensino de história no Brasil: reflexões sobre relações étnico-raciais e branquitude nos livros didáticos*, defendida em 16 de julho de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, e contou com a orientação do professor doutor Delton Aparecido Felipe. Na banca de defesa esteve presente o professor Marcus Vinícius de Freitas Rosa. O intuito central do trabalho é tratar da racialidade do Ensino da História no Brasil e refletir sobre a centralidade da branquitude na mesma, especificamente presente nos livros didáticos utilizados pela rede estadual pública do Estado do Paraná. Para realizar a pesquisa, Fonseca Neto utilizou como fonte a quarta edição da coleção “História Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, adotada por todas as instituições públicas estaduais de ensino do Paraná durante o quadriênio 2020/2024.

O autor percorre a revisão clássica dos estudos sobre a branquitude e produz uma revisão detalhada sobre aspectos históricos da construção do conceito. No segundo capítulo da dissertação, faz o debate e o entrelaçamento do conceito de branquitude com o de colonialidade. Ou seja, observamos dois traços em comum com as pesquisas anteriores. O autor atrela o debate sobre o processo de branqueamento com a construção da branquitude por uma ideologia que permeou ações políticas e instruções normativas educacionais. Pautando a construção da educação no contexto republicano, reflete sobre as teorias que moldaram o ensino de história na educação básica no país (Fonseca Neto, 2021, p. 45-57).

Em termos de revisão de literatura, o autor se vale de Fanon, Memmi, Du Bois e cita, sem se aprofundar, outros teóricos da branquitude dos Estados Unidos. Aborda o pioneirismo de Ramos e faz um breve histórico da expressão branquitude, tendo Cardoso (2008) como referência. Em seguida, o historiador detalha a questão branquitude e branquidade, apontando os revisionismos e as disputas ao redor dos termos; explora a conceituação mais debatida citando o texto de Piza (2005) e o contrapõe à teorização de Cardoso (2014) na sua tese. Fonseca Neto, então, afirma sua filiação aos argumentos de Cardoso, quando este concluiu que o termo apropriado para traduzir *whiteness* é “branquitude” e se opôs à conceituação de Piza. A filiação do autor tem fins políticos, pois “toma por base a história de lutas e

⁴¹ Após a qualificação, gostaríamos de buscar um aprofundamento da relação entre estudos da branquitude e os estudos sobre a colonialidade.

resistências da população negra ante as políticas de branqueamento no Brasil” (2021, p. 64). O autor conclui com as produções de Bento, destacando seu pioneirismo, com Schucman, Sovik e Frankenberg (apresentando os oito pontos elaborados por esta última). Utiliza as autoras para discutir sobre a pretensa identidade racial não marcada da branquitude, e conclui que a identidade racial branca não é homogênea, não é estática, mas é fruto de um processo de formação histórica. É importante salientar que Fonseca Neto racializa Cida Bento, enquanto intelectual negra, e o faz unicamente com ela — com isso, perpetua o entendimento da branquitude como uma identidade racial não marcada ou neutra, oposta à identidade racial negra.

Será no terceiro capítulo que o autor aplica a teoria da branquitude à fonte selecionada, o livro didático. Fonseca Neto atrela a leitura de imagens do livro didático à análise das partes que compõem o livro (incluindo o que está disposto no manual do professor), abordando os livros para o sexto, sétimo, oitavo e nono anos. O autor entrelaça a teoria da colonialidade do saber com a da branquitude por meio da interpretação crítica do livro didático de Boulos, buscando demarcar como o eurobrancocentrismo aparece na fonte. Assim, os processos históricos que estruturaram a colonização e construíram o presente são abordados para explicar a interpretação do autor da fonte. A ausência, por exemplo, de referências sobre a localização geográfica do Egito no continente africano é indício da omissão da negritude do mesmo; além disso, observa a perpetuação de conceitos não problematizados, como o “grandes navegações” que desconsidera feitos anteriores de outras civilizações não brancas.

O pesquisador conclui que, apesar dos avanços no livro de Boulos, conquistados graças às leis 10.639/03 e 11.645/08, ainda há uma falta de desenvolvimento do livro didático para uma educação antirracista que tire o foco da produção do conhecimento de uma base eurobrancocêntrica. Isto é, que leve os alunos a perceberem o mundo como uma construção a partir e da Europa e feita por brancos (conceito que o autor se apoia em Maldonado-Torres). Fonseca Neto aponta que, quando Boulos insiste em legar espaço para esse debate apenas no manual do educador, acaba encerrando as chances de trabalhar o tema em sala, haja vista que o que não está no livro do aluno não é objeto de discussão em sala de aula (Fonseca Neto, 2021, p. 122). Mais, aponta ser preciso ressaltar a construção da branquitude para que haja uma mudança no perfil da educação antirracista, pois essa mudança só será possível caso se quebre o paradigma de construção do saber histórico, pautado nos eurobrancocentrismos.

Os outros dois trabalhos, frutos de mestrados acadêmicos, entrelaçam duas ideias que o parágrafo anterior destacou: 1) a conexão entre o debate sobre a branquitude e os estudos sobre a decolonialidade ou colonialidade; 2) a reflexão acerca do papel das leis brasileiras no

ensino da História. Ambos foram defendidos em 2022, o de Fernanda de Amorim Golembiewski defendido em fevereiro, e o de Irailton Brabo Rodrigues em dezembro de 2022, quase em 2023, por isso que o trabalho está com a referência de 2023. Essas dissertações têm pontos em comum, tanto entre si quanto com as demais pesquisas já apresentadas.

A dissertação de Golembiewski, intitulada *Ensino de História, educação das relações étnico-raciais e branquitude: proposições para os currículos dos anos finais do Ensino Fundamental*, teve a orientação de Nilton Mullet Pereira no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É a segunda pesquisa dessa universidade que analisamos e, também, que é marcada pela presença de Marcus Vinícius de Freitas Rosa na banca de defesa. O tema da pesquisa são as proposições curriculares normativas de História para os anos finais do Ensino Fundamental, analisadas a partir do referencial teórico da branquitude, da colonialidade e da educação das relações étnico-raciais. As fontes da autora são as legislações educacionais, com foco para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) e as versões, a preliminar e a final, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História referentes aos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2015; BRASIL, 2018). A autora organiza seu estudo usando o recorte temporal de 2004 a 2018, e tendo como recorte espacial todo o Brasil. Sua metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental.

A lei 10.639/03 aparece nas pesquisas citadas e a dissertação em questão irá se aprofundar e nos oferecer pistas para entender o porquê deste fenômeno. Argumentaremos que a referida lei, que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, auxiliou no despontar de pesquisas sobre branquitude em virtude de ter despertado a necessidade do ensino sobre relações raciais, assim como por ter promovido debates sobre colonialidade. Os trabalhos que iremos abordar apresentarão evidências dessa conexão.

A autora prossegue uma revisão clássica sobre os estudos da branquitude, dando pouca atenção aos precursores internacionais, e apenas citando os estudos críticos da branquitude nos EUA. Utiliza a dissertação de Cardoso como ponto de partida para a avaliação do estado da arte sobre o debate histórico da raça, bem como da construção dos estudos da branquitude no Brasil, destacando o pioneirismo de Ramos e de Bento (Golembiewski, 2022, p.37). A pesquisadora aborda com detalhes o mencionado capítulo de Frankenberg, e reapresenta, assim como outros autores, os oito pontos que a socióloga utilizou para identificar a branquitude.

Nesta dissertação também se atrela a conceituação de branquitude à de colonialidade, por meio da noção de eurocentrismo contida na teoria de Aníbal Quijano.⁴² A autora destaca que os conceitos se entrecruzam na medida em que ambos foram moldados como resposta ao processo histórico de colonização que produziu a modernidade — advindo deste processo o ideal de humanidade atribuído exclusivamente aos brancos, aos quais se atribuiu igualmente a possibilidade de ser um sujeito cognoscente, produtor de conhecimento (Golembiewski, 2022, p. 48). Com esta articulação, a autora vê a obrigatoriedade do ensino das relações raciais como caminho para a educação antirracista, promotora de mudanças com a denúncia da branquitude.

No seu terceiro capítulo, a autora aplica a discussão teórica às fontes. Golembiewski analisa as três versões da BNCC e as vincula a eventos de ampla repercussão, como as críticas feitas pela Anpuh e pelo GT de História da África à primeira versão. Uma das conclusões da autora, sobre a versão final e atual da BNCC, é que essa versão significou um retrocesso na construção do conhecimento histórico para o ensino básico de alunos, haja vista a permanência de um viés marcadamente eurocêntrico. Para provar este ponto, a historiadora apresenta que, a fim de construir a alteridade, segundo a BNCC, deve ser buscado o ensino da história dos “outros” racializados (africanos, negros e indígenas). Assim, mantém-se a história europeia hegemônica, enquanto as outras histórias são construídas como alteridade e à margem.

Na justificativa do trabalho, Golembiewski (2022, p. 14) afirma que a atuação como professora foi o que lhe possibilitou tecer reflexões cotidianas sobre as relações étnico-raciais, haja vista que a maior parte dos seus alunos era composta por estudantes negros em situação de vulnerabilidade. Assim, podemos notar que boa parte dos trabalhos aqui elencados serem fruto de mestrados profissionais não é uma coincidência, assim como a constante citação às leis 10.639/03 e 11.645/08 também não. São frutos do desconforto produzido pela sociedade de silêncios que reproduzem violências cotidianas, são o reflexo da construção epistemológica do campo historiográfico. Dito de outra forma, o contato com os desconfortos raciais oriundos de uma estrutura social racista, os pesquisadores sentiram a necessidade de se aprofundar no debate. Assim, há uma correlação entre a mudança promovida pela lei, a busca pela educação antirracista e a realização dos estudos sobre a branquitude no espaço acadêmico.

⁴² O sociólogo peruano Aníbal Quijano, membro-fundador do grupo Modernidade/Colonialidade — M/C, foi um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial. Golembiewski utiliza: QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

O trabalho de Irailton Brabo Rodrigues, fruto do mestrado profissional e intitulado *Branquitude na escola: percepções, relações, poder e resistências*, defendido na Universidade Federal do Pará, com orientação de Luiz Augusto Pinheiro Leal, aborda as percepções de estudantes e professores sobre a branquitude em uma escola de ensino médio integral, buscando entender como se produzem representações do negro. Como fontes utilizou-se questionários aplicados a professores e estudantes de uma escola estadual do Pará no ano de 2021.

Rodrigues aborda o conceito de branquitude de uma perspectiva diferente das pesquisas até agora analisadas. Apesar de começar por uma revisão clássica sobre a branquitude no Brasil, o autor não se prende aos autores que são apenas enunciados, como a rápida citação à Ramos como o primeiro a propor um estudo sobre o branco no Brasil. O autor sintetiza o que para ele é a origem, o conceito e as características da branquitude, se apoiando em caminhos diferentes dos anteriores (Rodrigues, 2023, p. 46-51). Menciona Silva (2017), em seu capítulo para o livro *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*, para elencar as principais características da branquitude, fazendo uso do *apud*. Os intelectuais Bento, Sovik, Schucman e Cardoso são citados como basilares para a escrita da dissertação, apesar deste último ser o mais citado. As teses Bento e Schucman não são referenciadas. Podemos afirmar que há a adoção de um caminho não ortodoxo pelo autor, além de denotar algumas ausências em comparação aos outros trabalhos.

Em relação à conexão com os trabalhos anteriores, há uma vinculação do tema da branquitude com a teoria decolonial, assim como a correlação dos estudos sobre a branquitude com as leis 10.639/03 e 11.645/08. O autor retrata o processo educacional como um meio de colonizar os educandos via imposição do conhecimento pautado na superioridade do branco, de modo que os estudos decoloniais ajudam a expor esse fato e as leis auxiliam a denunciar esse processo e, além disso, a construir uma educação antirracista (Rodrigues, 2023, p. 40).⁴³

A última dissertação a ser abordada é a de Orson Soares, denominada “*A bondade do Branco*”: *Olhar da branquitude sobre a questão racial no filme Também somos Irmãos*, cuja defesa ocorreu em 18 de agosto de 2020. Fruto do mestrado acadêmico em História seu segundo capítulo é exclusivamente dedicado a discutir o referencial teórico da branquitude, e foi orientado pelo professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Para além deste, estavam presentes na banca os professores Lia Vainer Schucman, Rafael Hansen Quinsani e José Rivair Macedo. A pesquisa foi publicada como livro em 2022, pela Paco Editorial. Optamos

⁴³ Há a intenção de aprofundamento na correlação entre popularização da pesquisa sobre branquitude, colonialidade e o efeito das leis citadas.

por deixá-la para ser analisada por último pelo fato de ser a única pesquisa oriunda do mestrado acadêmico e por usar uma fonte diferente das demais: o filme.

O tema central da dissertação é a análise sobre como a questão racial foi abordada no filme *Também Somos Irmãos*, escrito por Alinor Azevedo e dirigido por José Carlos Burle. Tem como objetivo geral investigar o olhar branco sobre as questões raciais no Brasil do final dos anos 40 e início dos anos 50, sendo este o recorte temporal do trabalho. As fontes do autor são: o filme produzido em 1949 e os debates ocorridos durante a época sobre as relações raciais. Deste modo, o filme é interpretado pelo autor como signo da visão da intelectualidade branca sobre esse debate. Ou seja, do olhar branco sobre as questões raciais.

O autor faz uso de um repertório específico para analisar a fonte visual cinematográfica, recorrendo, para isto, aos teóricos John B. Thompson, Marc Ferro e Rafael Quinsani. No segundo capítulo da dissertação, segue o que chamamos de revisão clássica dos estudos sobre a branquitude no Brasil, com algumas adições. Ele afirma que segue a trilha de revisionismo feita por Lia Vainer Schucman (2012), abordando Du Bois, Fanon, Memmi, Biko e Guerreiro Ramos. Importante ressaltar as aproximações dos trabalhos que versam sobre a branquitude com a temática da decolonialidade ou pós-colonialidade, pois a branquitude é abordada como resultado da estrutura colonialista (Soares, *Ibid.*, p. 77).

Em comparação a outros autores, Soares aprofunda-se nos escritos de Fanon e Ramos; o que está diretamente relacionado à intenção inicial do autor de realizar um diálogo entre os autores por meio do filme. e afirma que precisou decidir entre analisar o filme ou o diálogo (Soares, 2020, p. 18). Assim, em comparação a outros autores precursores do campo, são esses dois que receberam maior atenção.

Orson Soares (2020, p. 89-91) resume brevemente trabalhos que ele considera importantes para os estudos sobre a branquitude nos anos 2000, seguindo, como outros autores, o percurso clássico da revisão sobre os estudos da branquitude. Apresenta o capítulo de Cida Bento no livro *Psicologia do Racismo*; explora a conceituação de o que é ser branco, utilizando uma citação ao trabalho de Sovik, mas ser abordá-lo diretamente. Soares o cita por meio da tese de Schucman, a qual também é citada brevemente em relação às estruturas de poder. E, por fim, termina com Cardoso e sua reflexão sobre branquitude crítica e acrítica. Podemos afirmar que, diferente dos outros autores aqui abordados, Soares dispensou mais atenção aos precursores do que aos autores dos anos 2000.

Em relação ao conceito de branquitude, o autor o apresenta em duas páginas (Soares, 2020, p. 91-92), apoiando-se principalmente em Frankenberg (2004) e nos seus oito elementos caracterizadores da branquitude, afirmando que eles serão percebidos no filme.

Logo, percebe-se a importância da sistematização de Frankenberg para a abordagem teórica do conceito nos estudos da branquitude.

No que compete à aplicação da branquitude à fonte, o autor fará isso brevemente no final do segundo capítulo, ao afirmar que cada personagem branco do filme possui uma característica que o conecta com a branquitude — seja por meio da construção da personagem feminina branca como frágil, inocente, pura e ingênua; ou pela construção do autoritarismo no personagem masculino branco. No terceiro capítulo o autor segue abordando a interpretação da fonte: fazendo uso da teoria de Benedict Anderson, afirma que no filme estão vinculadas ideias de construção de uma nação, de modo que cada personagem encarna uma representação de tempos do Brasil. Assim, o foco do terceiro capítulo debruça-se sobre os personagens principais brancos do filme; enquanto no quarto, será analisado o núcleo de personagens negros do filme.

Para o autor, personagens brancos podem representar as hierarquias raciais. A construção do personagem, suas falas e ações, personificam um ideal de hierarquia racial. Em um exemplo, quando a personagem principal feminina branca se nega a ter um relacionamento amoroso com o personagem negro, temos a representação visual de que o Brasil, mesmo no presente da produção filme, não encontrou os caminhos para superar o racismo, por meio da mestiçagem e do branqueamento, isto é, do casamento interracial.

Convém ressaltar que, com exceção de uma citação à Cardoso (Soares, 2020, p. 116), os autores citados nesses capítulos (terceiro e quarto) não fazem parte dos estudos sobre a branquitude, mesmo quando havia a possibilidade de citá-los — por exemplo, ao abordar o processo de branqueamento, poderia ter sido citado o trabalho de Bento, já trabalhado na dissertação. Especialmente no quarto capítulo, quando focaliza-se nos dois personagens negros, o historiador utiliza como aporte teórico principalmente os dois precursores dos estudos sobre a branquitude, Fanon e Ramos.

2.3 Análise das teses

Nesse segmento analisaremos as teses produzidas sobre a branquitude e defendidas em programas de pós-graduação em História. Abordaremos três produções, a de Fabiana Rodrigues Dias (2020), a de Larissa Viegas de Mello Freitas (2020) e a de Gabriel Dienstmann (2023).

A tese de Fabiana Dias tem o título de *A retórica racialista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)*, e foi defendida no Programa de

Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio em 17 de dezembro de 2020 e orientada pelo professor Marco Antônio Villela Pamplona. Tem como objetivo “pensar sobre o impacto de *retórica racialista da branquitude* ainda na origem da definição do Estado e da subjetividade do país” (Dias, 2020, p. 16). Como recorte temporal designa o Brasil Imperial, especificamente entre 1820 a 1847, e o Rio de Janeiro como recorte espacial. As suas fontes são os escritos de José Bonifácio, Gonçalves de Magalhães, Torres-Homem, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Januário da Cunha Barbosa e K.F.P. von Martius; além de periódicos do Rio de Janeiro da época (Revérbero Constitucional Fluminense).

A tese está inserida no campo da História das Ideias ou História Intelectual, e pretende preencher uma lacuna em relação à constituição da ideia de nação por sujeitos brancos. Isto é, pretende problematizar os textos dos considerados fundadores do Brasil a partir da sua racialidade como brancos e da sua compreensão de superioridade branca. O objetivo da tese é problematizar os sujeitos e seus discursos que definiam a unidade da pátria e como isso estava relacionado a noções racialistas em circulação na época (Dias, 2020, p. 16). Entre os embasamentos teóricos da autora, para além da branquitude, cita-se Francisco Bethencourt (*Racismos: das cruzadas ao século XX*, 2018); Tzvetan Todorov (*Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, 1993); Barbara Weinstein (*Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos Estados Unidos*, artigo no livro *Nacionalismo no Novo Mundo*); Achille Mbembe, (*A crítica da razão negra*, 2018); Reinhart Koselleck (*Estratos do tempo*, 2014; *Futuro Passado*, 2006 e *Uma história dos conceitos*, 2006).

Sobre o embasamento teórico dos estudos sobre a branquitude, a autora segue uma trilha ímpar. Ela referencia *Branquidade* (Ware, 2004), *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”* (Schucman, 2012) e *Psicologia social do racismo* (Bento, 2002b; Carone, 2002); apenas os três últimos trabalhos estão incluídos na referência da tese. O debate teórico sobre branquitude é feito principalmente na introdução (Dias, 2020, p.14-16), em que a branquitude aparece como sinônimo de identidade branca, de modo simplificado, angariando consigo noções de privilégio e superioridade branca sem maiores aprofundamentos. É a partir desse conceito que a autora pretende discutir os efeitos da construção social da identidade branca, que ela nomeia de “retórica racialista da branquitude” (Dias, 2020, p. 16).

A autora atrela a narrativa de momentos históricos a análises dos escritos de políticos e intelectuais influentes da época. De modo que, no primeiro capítulo, a principal base da autora é o livro de Bethencourt e utiliza como fonte principal os escritos de Bonifácio de Andrada. Mencionando um exemplo desse capítulo, há uma citação de Andrada na qual ele defendeu o

fim do comércio escravista, porém com o intuito de pensar no futuro servil dos negros para com os brancos. Por meio dessa citação, a autora afirma que:

a retórica antiescravista de Bonifácio guarda um traço que seria comum a grande parte dos exercícios de escrita efetivados pela *branquitude* letrada disposta a argumentar contra a continuidade da escravidão na primeira metade do século XIX: que a extinção da escravidão não implicasse na alteração das hierarquias. (Dias, 2020, p. 66)

Apesar de refletir sobre o papel do político oitocentista na manutenção do *status quo* da hierarquia racial, a autora não relaciona o texto do autor aos demais processos elucidados por outros autores dos estudos sobre a branquitude. De modo que não há um aprofundamento acerca da relação da construção do pensamento do Outro como apenas uma figura para servir o branco, ou apenas como uma figura que pode ser manipulada a partir da vontade do branco. Em suma, argumentamos que há um contrapasso no modo como a autora utiliza o conceito de branquitude em comparação ao modo como o conceito foi operacionalizado por outros autores.

No segundo capítulo, Dias aborda a construção da identidade literária brasileira a partir dos brasilianistas residentes na França, ressaltando principalmente a produção de Domingos José Gonçalves de Magalhães e de Francisco de Salles Torres-Homem que estavam envolvidos com a publicação da *Nitheroy Revista Brasiliense*. Apresenta também o contexto europeu no qual viviam esses autores, marcado pelo conflito entre a razão iluminista e o surgimento da emoção do romantismo. Termina, por fim, refletindo sobre como o desenrolar desse contexto desaguou na construção da romantização da natureza e dos indígenas do passado enquanto uma posição primeira da escala de evolução. Também é um tópico central do segundo capítulo a construção da identidade negra a partir da ausência de humanidade, no qual a historiadora irá se embasar nos textos de Mbembe (2018), Todorov (1993) e Bethencourt (2018).

No terceiro capítulo, a autora apresenta a produção de Bernardo Pereira de Vasconcelos para situar o autor na construção da visão sobre a escravidão em meados do século XIX. Principalmente no discurso proferido no Legislativo, em 3 de julho de 1827, ocasião em que ele operacionalizou a questão da escravidão, se colocando a favor do fim do tráfico de escravos apenas com o intuito de passar a questão para ser decidida pelo imperador e retirar o peso da questão da Câmara, de modo que os deputados não saíam em negativo nem com os britânicos, nem com os grandes senhores de escravos. A autora indica que a questão da humanidade foi apenas operacionalizada, a nível de discurso, quando útil.

A segunda tese é de Gabriel Dienstmann, com o título de *Branquitude e Racismo nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 13 de dezembro de 2022, com orientação de Carla Simone Rodeghero e co-orientação de José Rivair Macedo (mesmo orientador de Leão). Como destaque na banca de defesa, mencionamos a presença de Lourenço Cardoso. O tema da tese se ocupa das implicações da branquitude e do racismo, a partir do estudo de caso do curso de História na UFRGS. No campo da História Oral, o autor realiza entrevistas com discentes e docentes, brancos e negros, e, além disso, utiliza como fonte do trabalho os projetos pedagógicos atuais, os currículos e os planos de ensino de todas as disciplinas dos cursos de história ministradas em 2020 na UFRGS (Dienstmann, 2023, p. 5).

Neste trabalho, abordaremos a introdução da tese e daremos destaque para o capítulo 6, no qual há um balanço da produção sobre a branquitude; a terceira parte da tese, na qual há a aplicação do conceito branquitude à fonte oral, ou seja, as entrevistas; assim como a quarta parte, na qual há a análise da fonte escrita, os currículos, planos de curso e projetos pedagógicos. Antes de adentrar a tese, é importante ressaltar um comportamento do historiador: a racialização de todos os autores(as) e entrevistados(as) citados na dissertação, o que tem relação com a própria constituição e problematização do campo de estudos sobre a branquitude.

Na introdução, o autor despende parte do seu trabalho para explicar como ele chegou ao tema. Dienstmann ingressou no doutorado em 2017, tendo como tema de pesquisa a Ditadura Militar — e então irá explicar como saiu deste tema para outro sem qualquer ligação. O autor traça a trajetória de quase sete anos (2017-2023) para chegar na explicação do desdobramento do tema. O primeiro momento que o historiador apresenta como virada é o processo que chamaremos de percepção da racialidade do mundo: isto é, a ocasião em que um pesquisador branco, advindo da classe alta e de um meio extremamente branco, entra em contato com diversos núcleos de identidade negra, por meio da convivência direta com pessoas não-brancas, ou por meio da cultura.

Desse modo, o autor relaciona mudanças na sua vida pessoal a mudanças estruturais e institucionais, tais como a instituição das cotas raciais na UFRGS e a mudança do perfil dos discentes, a mudança de governo nacional (o recorte temporal transcorre dos governos de Temer até o de Bolsonaro). Além disso, o autor apresenta a importância de ter sido convocado para assumir o cargo como professor efetivo no município de São Leopoldo e de ter sido lotado em uma área periférica, de modo que a maioria do corpo discente era composto por

alunos negros e/ou indígenas. Ou seja, assim como outros autores brancos aqui já citados, a atuação como professor impactou no processo de percepção racial e de aproximação com o tema.

No capítulo seis, o pesquisador segue a trilha clássica da revisão dos estudos sobre a branquitude, começando com os precursores, Du Bois, Fanon, Memmi e Ramos. Para construir essa etapa, baseia-se em autores como Bento, Schucman e Cardoso. Dienstmann (2023, p. 156), e afirma que o campo de estudo críticos da branquitude se constituiu como campo de estudo na década de 1990, graças aos trabalhos de Piza e de Bento. Nesse sentido, com a conclusão de se tratar de um campo consolidado já em 1990, o pesquisador se coloca como exceção neste ponto, em comparação às afirmações feitas por Cardoso (2008) e Conceição (2017).

O autor sintetiza a definição de branquitude “enquanto um sistema de poder e privilégios raciais brancos estruturais que seguem sendo reproduzido e reconfigurado garantindo a hegemonia dos grupos [...] últimos cinco séculos” (Dienstmann, 2023, p. 159-160). Para ele, a branquitude é estrutural e se relaciona com o racismo estrutural, tendo ainda interrelação com o patriarcado, a colonialidade e o capitalismo hegemônico. Por meio da nomeação da “branquitude estrutural” o pesquisador pretende que ela tome uma compreensão mais abrangente que apenas “identidade racial branca” ou designadora de um comportamento ou posição de privilégio; ele pretende, enfim, que o conceito tome proporção estrutural.

Na terceira parte da tese, o autor constitui o seu embasamento em relação à História Oral. Ele afirma que buscou articular-se com a história engajada, a história pública, e também com o feminismo e a decolonialidade; a fim de romper com as hierarquias coloniais do saber e do poder, e de desafiar a colonialidade das práticas de pesquisas que colocam o entrevistador como portador do saber e o entrevistado como coadjuvante do processo de produção do conhecimento, propôs, desse modo, uma maneira de compartilhar a autoridade (Dienstmann, 2023, p. 179-181). Assim, denotamos, em outro trabalho, as conexões que o campo de estudos sobre a branquitude tem com a teoria da decolonialidade.

No capítulo seis, Dienstmann analisa as entrevistas feitas às discentes negras da graduação e pós-graduação em História na UFRGS. A partir da análise da situação de uma discente negra e da experiência compartilhada, o autor chega à conclusão de como a branquitude se reproduz por meio dos artifícios da academia — seja por meio dos privilégios de serem os alunos brancos melhor avaliados em mais oportunidades de adentrar nos espaços

institucionais, seja em termos de disponibilidade financeira e de tempo, de dispor de tempo e de recursos para aproveitar plenamente a graduação e a pós-graduação.

No capítulo nove o autor analisa as entrevistas dos discentes e docentes brancos. Esse segmento da tese consideramos a parte mais rica para compreender o funcionamento da branquitude de um ângulo muito particular, de dentro dos muros da universidade. É o momento em que é possível compreender como se dá a reprodução do discurso da branquitude via agentes sociais, de maneira intencional ou não. Assim como é possível observar os desconfortos produzidos pelos estudos da branquitude na historiografia, também nos ajuda a tecer uma hipótese acerca da dificuldade do desenvolvimento dos estudos sobre a branquitude na História.

Podemos observar que, enquanto um docente branco assinala que a História é muito conservadora (Dienstmann, 2023, p. 293), outro docente branco afirma um desconforto em relação à transformação atual que a universidade passa e pelas críticas feitas pelo campo da branquitude (Dienstmann, 2023, p. 295). Outra docente branca nos auxilia a teorizar o porquê desse desconforto: muito provavelmente advindo de uma perda de posição de poder consolidada; afinal, um dos pressupostos da branquitude é se colocar como conhecimento universal e neutro (Dienstmann, 2023, p. 295)

Na quarta parte, o autor analisa fontes escritas, os documentos oficiais e pedagógicos das disciplinas ofertadas no curso de graduação em História na UFRGS. Conclui que

apesar dos relativos avanços em relação ao currículo anterior, a supremacia branca, o eurocentrismo, a colonialidade do saber, a branquitude e o racismo epistêmico se tornam evidentes nas análises dos Projetos Pedagógicos, dos currículos e planos de ensino dos cursos de história da universidade analisada. A análise nos levou a constatar, de um lado, a supremacia de pensadores/as brancos/as, do estudo da história do ocidente europeu e do protagonismo de seus descendentes na América; de outro, a desvalorização e/ou exclusão de pensadores/as negros/as e indígenas e marginalização do estudo da história dos povos indígenas, africanos, afro-brasileiros e asiáticos no currículo, sobretudo das disciplinas obrigatórias. (Dienstmann, 2023, p. 441)

Assim, podemos perceber como o autor operacionaliza o conceito de branquitude para compreender o funcionamento da exclusão sistêmica de outros conhecimentos da universidade.

A terceira e última tese a ser analisada é a de Larissa Viegas de Mello Freitas, *Experiências feministas no espaço virtual: debates sobre interseccionalidade, colonialidade e branquitude em blogueiras negras e blogueiras feministas (2010-2019)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina em 03 de março de 2020, sob orientação de Gláucia de Oliveira Assis e co-orientação de Marlene de Fáveri. Apresenta como tema a

expansão de discursos e práticas feministas mediadas na internet entre a década de 2010, período denominado de “primavera feminista”. A principal fonte da pesquisa são textos veiculados nos *blogs*. A autora insere seu trabalho no campo da História do Tempo Presente.

A autora se aprofunda no tópico da branquitude no capítulo cinco “Relações entre feminismo e branquitude em debates no ambiente virtual”. Ela produz um breve apanhado do conceito de branquitude, se apoiando em Cardos (2008; 2010) e em Bento (2002b). Como esse trabalho de Mello Freitas possui um caráter de se aprofundar em uma história pública, os aspectos trazidos pela autora nos servem de grande interesse para a compreensão do estado atual do campo de estudos da branquitude. Ela percebe que os debates sobre branquitude foram amplamente destacados ao longo da década de 2010, e foi compreendido pelos ativistas como uma “estratégia de luta antirracista” (Freitas Mello, 2020, p. 298-299).

A partir da ferramenta Google Trends, a autora observa que a partir de 2010, houve um crescimento de pesquisas sobre a palavra branquitude no Google, sendo que a maior parte das pesquisas partiram de estados do sul e sudeste, com exceção do estado da Bahia. Ela afirma que nesse período houve uma “alternância entre debates mais densos e que reverberaram amplamente e vários outros que foram mais superficiais” (Freitas Mello, 2020, p. 300).

Esse resultado é extremamente importante para essa pesquisa, haja vista que a autora produziu um acervo de consulta sobre o processo de crescimento do interesse sobre a branquitude fora da academia. As pessoas que estavam debatendo esse tema até podiam fazer parte formalmente das instituições de ensino universitárias, mas elas estavam buscando um diálogo para além dos muros da academia. O que convém afirmar que o debate sobre a branquitude ocorreu, a partir de 2010, fora dos muros da academia e a impactou de fora para dentro, feito pelo movimento negro, destacadamente a atuação do feminismo negro.

É interessante um segmento do texto no qual a autora resgata dois acontecimento: um texto publicado no blog “Blogueiras Negras”, no qual Juliana Costa em 2019, questiona uma entrevista dada por Mary Del Priore acerca reflete sobre o cotidiano das mulheres no período colonial, só que essa autora produz um estudo pensando apenas em mulheres brancas, de modo que no primeiro substantivo mulheres dito primeiro, fica subentendido a palavra “brancas”, isto é, a velha concepção de que quando falamos homens e mulheres, estamos falando de homens brancos e mulheres brancas (Freitas Mello, 2020, p. 308-312). O outro acontecimento foi um texto publicado por Erika Takimoto⁴⁴ em 2016 no Facebook, que foi

⁴⁴ Erika Takimoto é mulher, amarela, professora e deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a segunda mulher mais votada nas eleições de 2022, com 95.263 votos contabilizados. Fonte:

republicado em 2017, e após críticas tão intensas, a deputada resolveu apagar o texto e também a sua conta da rede social. Nesse texto, Takimoto reflete sobre a implementação das cotas na instituição que ela atuava, e produz falas que reverberam o racismo institucional e da parte dela, tendo sido denunciada por diversas ativistas sobre esses aspectos na sua fala. Mello Freitas (2020, p. 328) afirma que essa deputada reproduziu seus privilégios de classe e de raça ao colocar em seu texto uma visão de superioridade em relação aos seus alunos, pois mesmo tentando propor avanços ela reproduziu estigmas racistas.

Diante dessas análises, Erika Takimoto se defendeu de todas as acusações e enfaticamente reiterou que não é uma pessoa racista. E insistiu no argumento de que seu texto foi mal interpretado e de que suas intenções eram absolutamente nobres ao escrever aquele relato. (Mello Freitas, 2020, p. 328).

Mello Freitas informa que mesmo com as falas que foram denunciadas por feministas negras não permitiu que fosse gerado um espaço de escuta que possibilitasse a compreensão das indignação que o texto produziu nas mulheres negras, de modo que houve, nesse período de meados de 2017 a 2019, esforços por parte do grupo branco em escutar as demandas que estivessem fora do seu próprio grupo racial.

2.4 Considerações finais

A partir deste capítulo, podemos chegar a algumas conclusões sobre o campo de estudos sobre a branquitude no Brasil. Na produção em geral, podemos observar o protagonismo do campo da educação, como também o protagonismo das regiões sul e sudeste. Também é possível concluir que estamos em um quadro de expansão da pesquisa sobre o tema, de modo que de 2019 para o presente (2024) podemos observar um crescente interesse sobre a branquitude dentro da academia brasileira.

Podemos observar o protagonismo do mestrado profissional em História, o que indica que há um interesse principal entre os historiadores que são professores da educação básica; o motivos que há em comum disto ocorrer é que são esses pesquisadores que mais possuem contato com situações que a questão racial é incontornável, haja vista que os autores utilizam a sua vivência em sala de aula e contato com crianças e adolescentes negros e de periferia como ponto da percepção do tema. Ou seja, parece que a aproximação do tema de pesquisa sobre a branquitude por esses pesquisadores perpassa pela necessidade de percepção daquele construído como o Outro, para então pensar a constituição dos pesquisadores como sujeitos

brancos. Ou no caso dos pesquisadores negros, a necessidade de se aprofundar nos estudos das relações raciais e problematiza outro polo dessa relação que não o negro ou o indígena.

Também é possível destacar o meio de tensão que é provocado pelo tema, seja quando é abordado em sala de aula (Leão, 2020), seja quando abordado no meio acadêmico (Dienstmann, 2023). O tema produz tensão nos alunos brancos do ensino básico por não ser possível para esses jovens observarem os privilégios simbólicos que possuem, assim como não ser fácil para eles admitirem para si que possuem uma parcela de culpa dentro da estrutura produtora de desigualdades⁴⁵. A tensão é observada na academia quando o ego dos pesquisadores brancos é atingindo, em um movimento de choque de percepção do seu papel de perpetuador das desigualdades epistemológicas e propagador dos epistemicídios (Carneiro, 2005).

Assim como é possível destacar o processo de instauração do tema como algo corriqueiro, seja dentro da academia, seja fora dela. É possível observar nesse processo o papel preponderante do ativismo negro, assim como o papel dos pesquisadores da branquitude, Lia Vainer Schucman, Lourenço Cardoso e Cida Bento. Esses intelectuais estão na linha de frente do processo de propagação do tema, seja por meio da participação em bancas de mestrado e de doutorado, seja por meio de aproximações intelectuais de orientação. É importante destacar o papel desempenhado pelo meio virtual, como é destacado por Mello Freitas (2020), de modo que foi por meio da internet que cresceu o interesse pela pesquisa do tema.

No próximo segmento, iremos abordar a perspectiva dos principais intelectuais do estudo sobre a branquitude sobre o campo, assim como os intelectuais da História que estão pesquisando o tema.

⁴⁵ Nesse sentido, concordamos que os sentimentos gerados pela percepção da branquitude em si são diversos e complicados para serem analisados nesse pequeno segmento. Assim como a maneira da sociedade brasileira de lidar com o racismo e a branquitude (Vide, Schucman, 2018). Porém, não achamos que focalizar unicamente nos sentimentos dos brancos poderá ter alguma utilidade transformadora e necessária para a nossa realidade, ou muito menos, uma utilidade política revolucionária.

3. 88Capítulo 3 - Das Entrevistas

Nesse capítulo pretendemos analisar as entrevistas com os principais teóricos que estão estudando a branquitude no tempo presente. O capítulo será dividido em três seções: a primeira apresenta a metodologia das entrevistas, como foram feitas, qual foi o roteiro e como esse foi estruturado. As entrevistas foram divididas em dois grupos, o primeiro reúne intelectuais não-historiadores que estão na linha de frente da pesquisa sobre branquitude e são considerados referências incontornáveis no campo: Lia Vainer Schucman e Lourenço Cardoso. O segundo grupo contempla historiadores que estão escrevendo e estudando a branquitude na atualidade: Lilia M. Schwarcz, Willian Luiz da Conceição e Marcus Vinícius de Freitas Rosa.

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar como os principais expoentes do pensamento sobre a branquitude no cenário nacional se posicionam em relação ao campo. Assim, buscaremos entender como esses sujeitos se colocam no campo e, ao mesmo tempo, o constroem por meio das suas redes de ações e dos mecanismos estratégicos de funcionamento da própria academia. Isto é, como esses intelectuais estão moldando o campo de estudo da branquitude a partir dos seus pensamentos.

A justificativa da escolha dos autores do primeiro grupo reside no fato de serem estudiosos que estão presentes no debate atual sobre branquitude, como pudemos evidenciar no segundo capítulo quando abordamos a presença dos mesmos em diversas bancas de defesa. Além disso, são autores considerados basilares nas pesquisas históricas aqui analisadas, e em diversos outros campos, os constituindo como referências.⁴⁶ Assim, esperamos que por meio da entrevista com esses autores possamos apresentar de que modo o campo de estudos sobre a branquitude está se constituindo.

A justificativa da escolha dos autores do segundo grupo consiste no fato de serem historiadores que estão pesquisando a branquitude. Porém, iremos explicar brevemente a escolha de cada autor, ainda que retomaremos com detalhes nas seções posteriores. Rosa foi selecionado por ser um porta-voz da pesquisa sobre branquitude na área da História no presente, sendo marcada a sua participação em bancas, assim como as suas recentes produções. Conceição é autora das duas últimas produções acerca da branquitude, sendo a mais antiga a dissertação de mestrado; apesar de não ter tido uma formação continuada no campo da História, a sua dissertação tem um caráter de historicidade, como iremos

⁴⁶ Cida Bento é uma referência incontornável do campo, porém não foi possível realizar a entrevista com a intelectual.

argumentar. Schwarcz publicou, em 2023, o livro que tinha como tema central a branquitude; e no seu ativismo digital, branquitude é um tema recorrente.⁴⁷

3.1 Metodologia

As entrevistas ocorreram via *Google Meet*, durante o período de dezembro de 2024 a março de 2025. Elas duraram entre 45 minutos e uma hora e meia, e foram realizadas com questionários estruturados. Os pesquisadores foram informados previamente sobre o teor da pesquisa, o intuito da pesquisa e sobre como a entrevista seria utilizada. Assim, primeiro foi feita a seleção dos intelectuais e em seguida foi iniciado o processo de contato para marcar a entrevista.

O questionário é dividido em três blocos de perguntas e será reproduzido em anexo. O primeiro bloco de perguntas englobou questões acerca do âmbito pessoal dos intelectuais; o segundo bloco de perguntas teve como foco a constituição do campo de estudo sobre a branquitude no Brasil; e o terceiro bloco de perguntas se centraliza no tema das pesquisas sobre a branquitude no campo da História. Foram feitas algumas alterações nos roteiros a partir dos trabalhos e das atuações específicas de cada pesquisador.

A partir das perguntas, traçamos duas intenções sobre o campo de estudo da branquitude: restituir de que modo o campo de estudo da branquitude estava constituído quando esses pesquisadores começaram a adentrar no campo e, simultaneamente, começaram a construí-lo; e descrever a percepção atual sobre o campo que esses autores dispõem no presente. Em relação à nossa intenção com as perguntas sobre as produções historiográficas: 1. Estabelecer a relação entre os estudos da branquitude com a História; 2. Compreender a introdução tardia da História ao campo; 3. Apreender dificuldades metodológicas e do uso da fonte para aplicação do campo de branquitude a História.

Iremos apresentar as entrevistas em dois blocos, primeiro os autores não historiadores e, em seguida, abordaremos os autores que têm formação em História. Entre o primeiro grupo de intelectuais selecionados, pensamos inicialmente em entrevistar Cida Bento, Lia Vainer Schucman e Lourenço Cardoso. A escolha desses autores se justifica pelo fato de serem autores que estão produzindo sobre branquitude recentemente, participando de eventos que discutem a branquitude e de bancas de defesa de trabalhos acadêmicos. Bem como o fato de serem autores considerados basilares, como apresentamos no capítulo anterior. Entre os mencionados, foi possível entrevistar Schucman e Cardoso.

⁴⁷ Por meio de uma rápida checagem podemos observar que o tema das relações raciais é uma constante no perfil da autora. Disponível em: <https://www.instagram.com/liliaschwarcz/?hl=pt>. Acesso em 02 de maio de 2025.

No bloco de entrevistados historiadores optamos por Willian Luiz da Conceição, Marcus Vinícius de Freitas Rosa e Lilia Moritz Schwarcz. Esses autores foram selecionados por terem formação em História e por estarem produzindo recentemente (desde 2020) sobre a branquitude. Além disso, esses autores estão na linha de frente do debate, seja pela sua participação em defesas (caso de Rosa), seja pela sua atuação nas redes sociais e publicação recente (Schwarcz), ou seja, pela sua recém produção e participação em debates e eventos. Todos puderam ser entrevistados.

3.2 Lourenço Cardoso

A entrevista com o intelectual ocorreu no dia cinco de dezembro de 2024, via plataforma *Google Meet*, e teve duração aproximada de 58 minutos. Sobre sua trajetória acadêmica, o autor comenta como foi o processo de se aproximar do tema da branquitude, e, para isso, ele apresenta dois acontecimentos relevantes: o primeiro, o encontro com Cida Bento na casa de Cuti, Luiz Silva, fundador dos Cadernos Negros; o segundo, quando ministrava um curso que versava sobre branqueamento em uma de suas aulas, e um amigo o indicou o artigo de Cida Bento, *Branquitude e Branqueamento* (2001).

A primeira vez que me vem à memória desse tema foi na casa do Cuti, um escritor, fundador dos Cadernos Negros, Luiz Silva, o nome artístico dele é Cuti. Nós estávamos na casa do Cuti discutindo um livro, Frente Negra Brasileira, do autor é Márcio Barbosa, um livro publicado em 1998. Então a gente devia estar lá em 1998. Aí estava a Cida Bento, e a Cida Bento falava do tema branquitude. E ela falava do tema branquitude e a gente ignorava. Os mais velhos... Eu era dos mais novos. Eu era da geração 20 anos mais nova do que o Cuti, uns 20 anos mais novos, eu acho. E o Cuti era o único que dava atenção, que tinha essa sensibilidade. (Lourenço Cardoso).

Ele [Cuti] falou, “Lourenço, muito bom esse curso, mas branqueamento... Já tem uma discussão sobre branquitude e branqueamento que a Cida Bento está colocando. que é daquele livro dela, Psicologia Social do Racismo, Branquitude e Branqueamento. E o artigo dela, Branquitude e Branqueamento, me influenciou. Outro artigo não me influenciou tanto, o artigo da Cida Bento, que eu considero muito bom, é esse, Branquitude e Branqueamento, ainda hoje. (Lourenço Cardoso).

Desse trecho, ressaltamos o ano que o autor coloca como marco para introdução ao conceito de branquitude. Em 1998, isto é, dez anos antes da defesa do seu mestrado, Cardoso teve contato com a pesquisa de Bento, antes mesmo da defesa e publicação dos textos da autora. Assim, podemos concluir, em primeiro lugar, que Cardoso é um pesquisador de longo prazo da branquitude: para além dos anos de produção acadêmica do autor, pois já pensava o tema antes da entrada no mestrado. Desse modo, argumentamos que o trabalho de Cardoso é fruto de quase dez anos de reflexão acerca do tema. Em segundo lugar, observa-se que já em

1998 havia uma discussão sobre a branquitude no movimento negro, ou seja, havia uma disseminação do tema, promovido a partir dos pesquisadores, nomeadamente, a partir da Cida Bento, que consideramos força motriz dos estudos da branquitude. Isto é, a autora movimentou e movimenta o campo de estudo sobre a branquitude a partir dos seus estudos e das suas ações.

É nesse momento da entrevista que o autor se coloca como a primeira pessoa que fez mestrado e doutorado sobre branquitude, o que denota sua consciência de ser uma referência no campo de estudo sobre o tema. Que Cardoso é uma referência para os estudos sobre a branquitude no Brasil está confirmado por esse trabalho, como apresentamos no primeiro e segundo capítulo, e pela recorrência com que esse intelectual aparece em bancas de defesa. Mas a fala do autor nos apresenta que ele tem consciência de ser referência e se coloca como tal.

Sobre o processo de transformar branquitude em tema de pesquisa e a recepção dos seus pares na época em que ele estava produzindo, Cardoso afirmou que:

Esse tema para mim foi você enxergar os óculos. Sabe, os óculos... Você usa óculos, eu também estou usando óculos. Os óculos que está na nossa frente é os óculos. Só que os óculos são aquilo, é algo que faz com que a gente enxergue mais e a gente ignora os óculos. A gente está olhando, eu estou olhando para você e eu estou ignorando os meus óculos. Mas os óculos que eu estou enxergando, a primeira coisa que eu estou enxergando é o meus óculos. É óbvio, era óbvio que, para a questão racial, você tinha que olhar o branco, tinha que pesquisar o branco. (Lourenço Cardoso).

E como é que foi a recepção disso? A recepção disso era totalmente desmotivada. Não, você tem que estudar o negro, por que você vai estudar o branco? Não, você tem que estudar... Então, 99,99% ela, não, você quer estudar o branco? Não, estude o negro. E, às vezes, você vai fazer um trabalho sobre branquitude, aí você vai ver que a proposta é sobre branquitude, e a pessoa acaba falando sobre negro e negritude. Então, era totalmente desmotivado, totalmente desmotivado. Poucas pessoas tinham essa... As pessoas não enxergavam óbvio, e ainda hoje não enxergam, apesar de o estudo de branquitude estar muito mais difundido. Dessas pessoas, uma das primeiras pessoas a enxergar o óbvio foi o Cuti. A Cida Bento produzia, pesquisava, mas fora da Cida Bento, da intelectualidade negra e da militância, da intelectualidade e da militância negra, um dos primeiros a enxergar e ouvir é o Cuti. Então, a recepção é não estude o branco, estude o negro. Fazer o que a gente sempre fez. E estudar branquitude. estudar plenitude faz com que você enxergue melhor também a negritude, você fica mais profundo. Eu não sabia disso, eu soube disso no decorrer do tempo. (Lourenço Cardoso).

É interessante notar a metáfora que o pesquisador utiliza para explicar o processo de compreender a branquitude como tema de pesquisa. O autor afirma que percebeu a temática como perceber o uso dos óculos. O que nos lembra a metáfora da porta de vidro, feita por Edith Piza (2002), como algo que está ali, mas, devido a sua pretensa invisibilidade, não deixa ser visto com facilidade. Contudo, a metáfora da porta de vidro de Piza está relacionada à

construção da alteridade, isto é, à produção de processos cognitivos de comparação, constituição de semelhanças e diferenciação com o outro, que resulta na não percepção da branquitude do outro, haja visto que ele não se percebe, como dito pela autora, que “a não percepção de si é condição para a não percepção do outro” (Piza, 2002, p. 93). Dito de outra forma, como a branquitude não se compreende como identidade racial (mesmo o sendo), o sujeito não consegue produzir uma alteridade com o outro enquanto sujeito racializado.

Atualmente, nos debates feitos no campo de estudos da branquitude, essa discussão sobre a não-percepção de si enquanto sujeito racializado como branco já foi mais debatida, seja pelo próprio Cardoso (2008; 2014) seja por Jesus (2013), conforme debatemos no primeiro capítulo. E aqui colocamos como marco a referência de Piza à Frankenberg na sua produção de 1995. Dois anos após a produção desse texto de Piza (2002), a socióloga estadunidense publicou um texto em que questiona a cegueira branca de si e afirma que esse processo é feito de modo intencional pelas pessoas brancas, que optam por cegar-se a fim de não evidenciar seus privilégios (Frankenberg, 2004). Assim como Frankenberg, Cardoso (2008, p. 198) questiona essa identidade não marcada e insere Bento nessa mesma trilha: isto é, o autor aponta que a branquitude significa privilégios simbólicos e materiais palpáveis.

Apesar de ter certa semelhança com a metáfora de Piza, observamos que a comparação da percepção da branquitude para Lourenço é drasticamente diferente. Para o autor, a branquitude é como se fosse os óculos que não percebemos e esquecemos de sua existência quando o usamos rotineiramente. Isto é, é aquilo que nos possibilita uma visão melhorada, mas que ignoramos. Assim, essa “visão melhorada” que o reconhecimento da branquitude como tema propicia está relacionada ao reconhecimento da profundidade das relações raciais, que permite compreender melhor, inclusive, a negritude. A profundidade a que o autor se refere pode estar relacionada à compreensão dos modos pelos quais a identidade negra foi e é moldada pelos parâmetros da branquitude — e isso pode ser percebido, inclusive, no trabalho do autor.

Outro ponto interessante da fala do autor é o destaque que ele oferece para a obra de Cida Bento e sua ação divulgando o tema. Assim, é importante atrelá-la à produção feita em 2008 pelo autor e a continuidade do modo como ele se expressa e se posiciona no campo, fato que produziu um profundo impacto na maneira como o campo se constituiu. Cardoso (2008, p. 173; 2014, p.182), afirmou, em 2008, que optou pelo termo “branquitude” por seguir a linha de trabalho brasileiros que o adotam, e, em 2014, ele informou que o escolheu especialmente em virtude de Bento.

Em outro segmento da sua dissertação (2008, p. 86; p. 199), o autor refletiu sobre a atuação de Bento no campo de estudos sobre a branquitude e afirmou que ela teve o “vigor para fazer com que a branquitude se tornasse uma emergência nos estudos sobre as relações raciais” e atribuiu a ela um protagonismo intelectual e acadêmico, a colocando como “a pesquisadora mais importante sobre a branquitude no Brasil”. Além disso, e mais importante, Cardoso (2008, p. 7) dedicou sua dissertação à Cida Bento, com carinho e admiração.

Desse modo, podemos concluir que se trata de intelectuais que viviam em círculos comuns de socialização, sendo o movimento negro o principal deles, como destacado pelo autor em diversas ocasiões, e que são intelectuais que compartilhavam uma proximidade afetiva, fato corriqueiro no meio acadêmico. Assim, é importante apontar a construção do pensamento brasileiro sobre a branquitude a partir dos entrelaçamentos das construções teóricas. Por meio de afinidades teóricas e aproximações espaciais entre os pesquisadores, haja vista que eles mantiveram vínculos afetivos e interesses em comum, de modo que circulavam nos mesmos lugares, como é dito na entrevista, é possível trilhar um caminho que mostre o modo como o pensamento sobre branquitude foi constituído.

Como foi dito, o trabalho de Cardoso em 2008 e a sua reafirmação na entrevista apontam para o protagonismo de Cida Bento nos estudos sobre a branquitude. Cardoso tece seus trabalhos tendo o referencial teórico de Bento como basilar, e é, ele próprio, uma referência para os estudos sobre a branquitude: de modo que há, nessa relação, uma trilha da produção do conhecimento que indica a continuidade dos estudos. Além disso, nota-se o papel ativo dos intelectuais no processo de disseminação das suas pesquisas e do tema. Ou seja, foi a partir do vigor de Bento que a pesquisa se popularizou. Cardoso não oferece detalhes desse papel ativo da autora, nem do seu ativismo militante no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), porém, afirma que ele teve papel de protagonismo, o que representa o indício do seu conhecimento, visto de perto, da atuação da psicóloga.

O autor explica que a recepção do tema na época em que estava produzindo seus trabalhos era negativa, afirmando que era desmotivado pelos seus pares, que o questionavam sobre a necessidade de se pesquisar o branco. Os mesmos que o instigavam a pesquisar sobre negritude, em um movimento que o autor descreve como obrigação (“você tem que pesquisar o negro”). Assim, vocaliza a dificuldade para se pesquisar a branquitude, pois, a tendência dos estudos sobre as relações raciais era focalizar a negritude e o negro, de modo que foi difícil fazer as pessoas verem o que o autor julga como óbvio, que é a branquitude.

Sobre a recepção dos seus trabalhos, Cardoso afirma que:

A minha recepção, o que tem de maior recepção é o artigo “Branquitude crítica e acrítica”. Esse é um artigo que tem muita repercussão e talvez porque foi o primeiro artigo sobre branquitude publicado na internet, 2010. Então as pessoas tinham acesso a esse artigo [...] O primeiro artigo sobre branquitude ia ser propagado pela internet, sou eu com o branquitude. Então a recepção do nosso trabalho se dá muito mais por esse artigo. Então as pessoas leem muito esse só que eu escrevi esse artigo em 2007, sendo publicado em 2008 numa dissertação. Aí eu coloco isso em 2010 nesse artigo. Então a recepção do meu trabalho é muito mais forte ainda nesse artigo de 2010. E eu tenho muitos outros trabalhos. (Lourenço Cardoso).

No artigo, o autor trabalha as ideias de branquitude crítica (aquela que reprova o racismo em vias pública e que assume um comportamento antirracista) e a branquitude acrítica (aquela que reproduz a superioridade branca e é publicamente racista, exemplificada pelos grupos neonazistas). O texto aparece no *google acadêmico* como sendo o quarto trabalho mais citado, ficando atrás das três produções de Bento (2022; 2002a; Carone e Bento, 2002)⁴⁸.

E a recepção desse artigo é que as pessoas que têm caminhado apenas para uma mudança subjetiva e pessoal. [...] uma pessoa, ele vai para a mudança individual e subjetiva e não foca na mudança do mundo, que é o que eu tenho tratado no mundo hoje em dia, que é a tendência hegemônica do mundo. Que é a tendência hegemônica da literatura racial, antirracista, é mudança subjetiva, individual, e não fazer a crítica da sociedade de trás, da sociedade localista. E esse meu artigo, também, da maneira como as pessoas leem, elas só ficam nessa ideia. Ah, eu vou deixar de ser racista. Ah, não dá para deixar de ser racista. E não luta para transformar esse mundo que nos transforma em racista, machista, todos os dias. (Lourenço Cardoso).

Nesse trecho, o autor explica o porquê de ele achar que esse artigo obteve maior repercussão que outros trabalhos, o que implica na busca por soluções individualizadas para o problema do racismo no Brasil. Cardoso afirma que isso ocorre por uma tendência hegemônica, e em outros trechos da entrevista ele desenvolve melhor a ideia:

E o estudo da branquitude também tem caminhado no sentido de virar manual para o branco deixar de ser racista. Sabe aquilo que eu falei? Ah, eu quero deixar de ser racista, eu leio um livro sobre branquitude, sigo o manual, sigo a frase tal, vou para outra fase até chegar na fase antirracista. E não muda a sociedade. Então, para ser franco, de maneira hegemônica, os estudos sobre branquitude e sobre negritude não têm esse lado. Os trabalhos hegemônicos, os trabalhos de mais difusão, os trabalhos de maior valor no mercado, de maior vendagem. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).

A concepção individual que o autor aponta, de que os estudos da branquitude estão virando um manual para “o branco deixar de ser racista”, está relacionado com a mudança que ele aponta dentro das suas pesquisas:

*Eu penso que os meus primeiros trabalhos têm um enfoque **foucaultiano**. esse enfoque que eu estava dando, aquele enfoque de branquitude a poder de maneira mais difusa. E agora eu estou enfocando o poder que é o Estado, o poder que é a*

⁴⁸ Fonte: <https://scholar.google.com/scholar?oi=gsb95&q=branquitude&lookup=0&hl=pt-BR> . Acesso em 28 de maior de 2025.

sociedade capitalista. Então, dando um enfoque mais marxista. E eu nunca fui foucaultiano, mas eu vendo os meus trabalhos, eu noto que ele tem um enfoque foucaultiano e a maioria dos trabalhos também estão lutando esse foco, deixando de lado agora um foco marxista, crítica da sociedade capitalista. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).

A citação apresentada indica que o autor registra uma mudança de pensamento em relação ao começo do seu trabalho. A lógica atual, na qual se insere o seu trabalho, é a do pensamento marxista. De modo que muda-se as proposições sobre a branquitude que enfocam uma mudança individual, em vias de alteração de comportamentos, que não chocam a estrutura do racismo e da branquitude da sociedade. O autor afirma que, se os modismos acadêmicos não abalam o *status quo* do funcionamento do racismo, deve haver algo errado nessa construção:

*É o que eu tenho feito mais nos últimos tempos. Tratando de conceitos de revolução, o que não aparecia tanto nos meus trabalhos, tinha uma perspectiva, digamos, também decolonial, que agora eu critico no conceito decolonial. Decolonial? Não estou à vontade com esses conceitos. **Eu não estou à vontade com as modas.** A literatura racial, ela está muito... virou uma moda, uma moda. E isso significa que poucas pessoas estão se aperfeiçoando e uma está repetindo a outra. Uma repetindo a outra e ninguém está aperfeiçoando. Isso estou falando de 90% das pessoas. Estou falando dos acadêmicos, negros e brancos. Estou falando dos autores, estou falando dos mestres, estou criticando os meus colegas. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).*

*Hoje a literatura racial antirracista é moda. É muito moda. É uma criticidade que não abala o status quo. Que o branco empresário se sente feliz. Que o Luciano, rumo com a vida, se sente muito feliz. Então, se você escreve uma literatura científica antirracista, e deixa contente Paulo Leman, dono das americanas, uma das pessoas mais ricas do Brasil, uma pessoa mais rica do Brasil [...] **alguma coisa está errada.** E essa é a literatura antirracista feita por negros e por brancos de maior difusão no Brasil. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).*

Podemos refletir acerca desse ponto que o autor levanta sobre as “repetições”. Tanto a branquitude como o decolonialismo aparecem como demandas atuais que têm rápida e recente emergência dentro da produção intelectual brasileira. Esses “modismos”, como o autor nomeia, gera um desconforto no autor (o qual é compartilhado pela autora dessa dissertação) devido à repetição sem aprofundamento ou questionamento do debate. O que observamos se repete em produções acadêmicas, como foi dito no capítulo anterior sobre as produções historiográficas e a repetição na revisão bibliográfica sobre a branquitude, assim como a conexão quase automática com alguns dos autores do Grupo Modernidade/Colonialidade⁴⁹.

⁴⁹ Luciana Ballestrin (2013) no seu artigo *América Latina e o giro decolonial* reflete sobre a inserção dos autores do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) dentro da academia brasileira e trata de expor como se deu a constituição desse grupo no final dos anos 1990 a partir de uma dissidência com o Grupo de Estudos Subalternos nos EUA. Nesse artigo, a autora apresenta paulatinamente, catalogando os acontecimentos, sobre como se deu a formatação do grupo que reúne autores como Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, etc. Eles partem de uma delimitação diferente da descolonialidade (visto como herança do processo de descolonização pós Segunda Guerra Mundial), dos pós-coloniais (considerados como os autores precursores como Albert Memmi (1947), Aimé Césaire (1950) e Franz Fanon (1961), com destaque posterior para Edward Said (1978)) e o Grupo dos Estudos Subalternos (formado no sul asiático com

O que observamos nas produções sobre a branquitude na historiografia não é um mergulho nas produções decoloniais, nem mesmo um aprofundamento sobre os autores, mas o que ocorre são citações pontuais, principalmente das produções de Quijano e de Mignolo, como foi apontado no capítulo anterior. Portanto, a crítica de Cardoso encontra um eco se observamos as produções historiográficas aqui analisadas. Ao utilizar teorias que surgem como modas, é preciso tomar cuidado para entendermos os seus processos de elaboração e de onde elas surgem: afinal, toda teoria serve a algum propósito e esse intuito precisa estar explícito. No caso das produções decoloniais, é preciso que esse mergulho na sua própria história seja feito por aqueles que querem se autointitular como “decoloniais”, haja visto que saber os procedimentos pelos quais a teoria passa é uma demanda imperativa para se defender os seus ideais.

Além disso, a partir da fala de Cardoso, podemos concluir que apenas por vias estruturais é possível pensar uma mudança real. Concluímos também sobre a percepção de que a criação de tensionamentos é necessária para pensar a produção do pensamento sobre branquitude, pois, quando isso não acontece, segundo o pesquisador, o que ocorre é uma acomodação da estrutura, já que não se criam ameaças para a desigualdade existente:

*Eu não sei se o estudo da branquitude tem tensionado. Eu acho que, no primeiro momento, ele poderia tensionar e até tensionou, mas agora já está todo mundo acomodado, porque os estudos sobre branquitude e sobre negritude **não têm ameaçado o branco, o branco empresário, o branco burguês**. Então, nem os estudos da negritude, nem os estudos da branquitude, de maneira hegemônica, não tem intencionado, porque não ameaça. Não tem ameaçado. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).*

Desse modo, argumentamos que a mudança da perspectiva individual, isto é, aquela que concebe uma mudança subjetiva dos indivíduos para o problema do racismo e da branquitude, impactou o modo como o autor lê as mudanças atuais que estão ocorrendo no campo de estudos sobre a branquitude. Logo, ao se vincular com perspectivas que buscam uma mudança estrutural da sociedade liberal burguesa, o autor reflete sobre a intencionalidade dos trabalhos atuais sobre a branquitude, como também sobre a necessidade de produzir desconfortos a partir da produção de conhecimento, de modo a impulsionar ameaças para o *status quo*.

O autor reflete que o campo mudou em termos de disseminação do conteúdo por causa da internet, porém, atrelada à essa mesma discussão de produção hegemônica; enquanto o autor

destaque para Spivak (1985). Esse grupo de autores do M/C buscou criticar esses outros estudos por ainda reforçarem uma lógica eurocêntrica e buscaram teorizar com as lentes voltadas para a América Latina.

aponta apenas a presença de Guerreiro Ramos, Cida Bento e o livro *Branquidade* como produções bibliográficas existentes na época que ele escreveu sua tese de doutorado e dissertação de mestrado. Sobre o processo de passar de um conceito praticamente desconhecido no mundo acadêmico para um conceito disseminado, o autor apresenta algumas críticas:

A principal mudança é... o conceito ficou muito conhecido por causa da internet. Muito conhecido comparado ao momento em que não era nada conhecido. Quando eu comecei a estudar, não era nada. Então ele passa, e na medida que ele fica conhecido, ele significa tudo. Por exemplo, branquitude, as pessoas têm que utilizar também como privilégio racial, privilégio branco. Se branquitude é privilégio branco, por que precisa do conceito de branquitude, se a gente já tem o conceito de privilégio branco? E eu acho que a principal contribuição é vamos olhar o branco, temos que tratar do branco. Eu acho que essa é a principal contribuição. Mas entra na armadilha que também estão os estudos da negritude, os estudos sobre raça de maneira geral. Os estudos de maneira geral é de não ameaçar o status quo, ou seja, não ameaçar a sociedade do jeito que ela se encontra, capitalista, liberal e burguesa. Esse é o problema. Quais são os estudos que ameaçam? Os estudos que ameaçam são os estudos antirracista de perspectiva revolucionária (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).

Apesar de apontar a importância de colocar o opressor no centro da questão, sendo essa a sua maior contribuição, os estudos sobre a branquitude correm o risco de cair no comodismo de não ameaçar o *status quo*: e essa é, segundo Cardoso, a armadilha que paira nos rumos futuros de produção do campo. Inserido no campo das relações raciais, o autor afirma que:

Sim, uma das contribuições é que fica difícil o branco se esconder quando você usa o conceito de branquitude. Na medida que você usa o conceito de branquitude, você tem que focar o branco. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).

Sobre as perguntas que caracterizam a branquitude, o autor concluiu que: a branquitude adquire caráter político, assim como todos os trabalhos acadêmicos; que o melhor conceito de branquitude é aquele que cabe na realidade prática; que a área que ele acha que há maior preponderância nas produções sobre branquitude, na atualidade, é a área da educação. Sobre o crescimento do campo de estudos, o sociólogo acha que ele é promissor na medida em que os estudos assumem uma perspectiva contra-hegemônica.

Sobre os estudos da branquitude e as aproximações com a historiografia, Cardoso apresenta que a relação que existe entre o campo é:

O estudo da branquitude é você olhar a história visibilizando o branco. Foi o que eu fiz na minha dissertação de mestrado e principalmente na minha tese de doutorado. Você está contando a história do Brasil, por exemplo, está falando trabalhador. Quando está falando trabalhador, você exclui o escravizado e pensa no trabalhador que veio da Europa, que é do sul da Itália, de maior quantidade. Então, trabalhador, você não está falando de todos, você está falando do branco. Imigrante, o termo imigrante você também usa para esconder o branco. Então, a história, o conceito da branquitude serve para a gente visibilizar o branco que se esconde na história.

O branco que escreve a história escreve em uma perspectiva branca. Ele pratica horrores. O que ele escreve? Estou catequizando, estou civilizando, estou desenvolvendo. Então, essa é... É uma das contribuições metodológicas da branquitude. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).

A perspectiva de apresentar o branco enquanto sujeito racializado é uma constante no campo da branquitude, e o autor aponta que, a partir da História, é possível construir uma visibilização do branco no passado e denunciar a perspectiva branca que há na construção deste passado. Entre as dificuldades metodológicas no tratamento das fontes para a história, Cardoso aponta que é preciso buscar a ausência quando não há a nomeação do branco:

*Uma das estratégias é a **própria ausência**. Você encontra o negro? Na fonte, se você encontra o negro, então, se existe o negro, existe o oposto, que é o branco. Aí você usa a estratégia do oposto. Só que essa estratégia não é exata. Se negro é isso, o oposto, o branco é exatamente isso. Então, essa estratégia do contraste tem limites. [...] Então, você procura pela estratégia de ausência e pelo contraste, só que o contraste tem que tomar muito cuidado. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).*

Sobre isso, precisa-se relacionar o fato de que o autor insere a branquitude dentro do campo das relações raciais, logo, um dos caminhos para problematizar o branco dentro da História é por meio da relação do branco com aqueles que ele constrói como Outros.

Por fim, sobre a entrada tardia da História no campo dos estudos sobre a branquitude, Cardoso denuncia:

*É... eu estou na origem dos estudos sobre branquitude, então eu já estou na história. Então eu sou um dos primeiros, então eu já trago isso na história e na sociologia. É... E a minha resposta é... **historiadores são alienados**. É uma alienação. Ali é na ação de eu vejo o negro e não me vejo branco, sendo eu um historiador branco. Mas a história está presente com o Guerreiro Ramos, que é historiador, que é sociólogo, que é um grande pensador, está presente comigo. Eu sou historiador e sociólogo. Minha primeira formação é a história. Então, o estudo da branquitude começa, no Brasil, sociologia e com história. Depois tem a Cida Bento, que vai para a psicologia e vem outros da psicologia. **E porque não tem mais na história, significa que a história está mais alienada do que, por exemplo, a educação, nesse aspecto de pensar e problematizar também o branco. Eu acho que seria isso. (Lourenço Cardoso). (Grifo nosso).***

Cardoso denuncia que a história é alienada: presa à concepção de produzir uma historiografia neutra, que não percebe a própria racialidade dos historiadores brancos e apenas observa o outro.

Realizando um balanço geral da primeira entrevista, destacamos alguns pontos: 1) o questionamento da ausência de tensão nos estudos sobre a branquitude, ao não produzirem um abalo no *status quo*; (2) a necessidade de refletir em que medida os estudos sobre a branquitude podem contribuir com uma mudança estrutural da sociedade e em que medida servem para amenizar o conflito; (3) a História como uma área conservadora e alienada, nas

palavras do entrevistado. O autor nos auxilia a reconstruir a história da introdução do conceito de branquitude no Brasil, refletindo sobre o papel protagonista de Cida Bento e de si mesmo.

3.3 Lia Vainer Schucman

A entrevista com Lia Vainer Schucman ocorreu no dia treze de março de 2025, via *Google Meet* e teve duração aproximada de uma hora. Seguindo o roteiro: a autora se autoidentifica como branca e comentou sobre o processo de aproximação com o campo. Ele refletiu que a questão racial sempre foi uma questão que a deixava atenta, haja visto ser judia e ter sido criada pela mãe junto com a minha avó, sobrevivente de campo de concentração, de modo que havia uma “*transmissão bastante geracional deste trauma racial*.” (Schucman).

No mestrado, a pesquisadora buscou entender o que significava ser judeu:

*E havia uma curiosidade dentro dessa história pessoal: tentar entender por que uma pessoa ela é considerada judia mesmo sem proferir ser pertencente à nenhuma religião judaica. Era uma coisa bastante minha. É eu não sou da religião, não sigo a tradição, mas de qualquer forma as pessoas me chamavam de judia, mesmo quando eu não lembro o que era o que era judia, as pessoas diziam "ah a Lia, que é judia...". A minha pergunta é o que que faz as pessoas serem judias. E no mestrado, tinha muita gente que eu entrevistei que não seguiam o judaísmo, e em algum momento alguém fala que você é. [...], tinham várias categorias na minha análise que o que tornava uma pessoa judia era o **antisemitismo e o olhar do outro**. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso)*

A autora se movimenta por meio desse questionamento, da ausência de possibilidade de se escolher o que se pode ser em alguns grupos, e quem detém o poder de nomear e classificar os grupos. Assim, para o doutorado ela tentou entender quem é esse grupo que pode decidir quem o outro é:

*Eu não sabia o termo **Branquitude**. Eu fiz um projeto de pesquisa que queria entender quem era o grupo de poder que decidia e podia tomar a decisão de classificar o outro. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso)*

É interessante perceber que a autora declarou não saber sobre o termo branquitude quando ingressou no doutorado, em meados de 2008 (mesmo ano que Cardoso defendeu a dissertação dele). Dado que apresenta os movimentos dentro da produção do tema da branquitude, as reverberações que ocorriam durante um certo período, isto é: pensar que em 2008, mesmo buscando aquele grupo que detém o poder de classificar o outro, a branquitude ainda não era a resposta comum.

*Eu queria saber quem é esse que nomeia. E aí estudando para saber quem é esse que nomeia, no projeto tava escrito isto "compreender aquele que classifica o outro". E aí eu cheguei no termo branquitude. Quando eu joguei no google, aqui no Brasil, **tinha 4 citações**, tinha tipo assim, quatro vezes citado a palavra*

"branquitude". não tinha muito. E aí surge o meu projeto, que mudava o termo "quem é esse que decide" para compreender de que forma as pessoas brancas se apropriam dessa categoria raça. Como se constrói a branquitude. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso)

Porém, aqui, a conceituação abre espaço para a discussão de Schucman com outros autores que estavam ou que haviam produzindo sobre o que era branquitude. Mas não necessariamente não havia qualquer tipo de entendimento sobre o grupo que possuía poder suficiente capaz de nomear e delimitar quem eram esses outros. Em debates anteriores, tais como aqueles a que os pesquisadores sobre a branquitude trazem como os precursores dos estudos decoloniais, já havia essa problematização do grupo branco como aqueles que contam com o poder de nomear.

Já havia, de maneira semelhante, discussão sobre a ramificação desse poder. Das produções de Fanon (1952 [2008]) até aquelas que serviram de inspiração para os autores estadunidenses como Du Bois (1935), ou se pensarmos a produção de Ramos (1957), já estava em curso uma discussão sobre como o poder de nomear se adentrava para o poder de vida e o poder de morte, como também, para o poder que estrutura as relações.

Desse modo, a autora concluiu que ela teve um processo diferente de outros pesquisadores que estudam a branquitude haja visto que seu processo de racialização ocorreu de modo distinto que o de outros brancos, que, segundo ela:

Normalmente eles passam por ser os brancos da cultura negra [...] mas a grande maioria dos brancos que estudam branquitude [no Brasil], são brancos que são de alguma forma identificados por aquilo que é nomeado negritude, ou por causa da família ou porque está na cultura negra, ou porque sabe o que é o racismo, mas ele é o branco. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso)

A percepção da autora indica alguns apontamentos acerca do campo e que pode utilizar como meio para analisar o capítulo anterior. A autora, que tem uma larga participação em bancas de defesa, percebe que a maior parte dos pesquisadores brancos que pesquisam a branquitude, o fazem porque têm alguma vinculação com aquilo que é nomeado negritude. Ressaltamos que esse é o caso em específico da autora dessa dissertação, assim como o de vários dos pesquisadores, como apontado no capítulo dois. Isto é, boa parte dos professores-pesquisadores brancos que pesquisaram a branquitude, apresentaram que o fato de estar dando aula para um público composto majoritariamente por pessoas negras os levaram a refletir sobre categorias raciais. Ou seja, na medida em que há uma maior aproximação, instaura-se um cenário de maior propensão a gerar um pensamento crítico acerca das relações raciais.

Sobre o campo de estudo da branquitude, Schucman afirma que, entre os estudos contemporâneos à produção da sua tese, haviam as produções de Luciana Alves e de Lourenço Cardoso. E em termos de pesquisas já feitas, haviam as produções de Edith Piza, Cida Bento e Liv Sovik. Sobre a recepção dos seus trabalhos:

Eu acho que o meu trabalho tem bastante campo, para além da psicologia, que é minha área, as pessoas o conhecem bastante de fora. É porque eu entrevistei pessoas. As pessoas, quando começaram a ler a minha tese, ela materializava nas pessoas a subjetividade branca. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso)

É interessante observar como a autora percebe a recepção do seu trabalho. Segundo ela, o trabalho conseguiu bastante campo em razão de mobilizar como método a entrevista de pessoas e, por meio dessa metodologia, ter sido possível captar a subjetividade branca. Esse é um aspecto importante para compreender o mecanismo com que os estudos da branquitude contam para serem ecoados; há um didatismo em usar pessoas e suas entrevistas, assim como fatos de seus cotidianos, algo comum na tese de Schucman (2012, p. 50). Esse mecanismo, segundo a autora, foi o que possibilitou que sua tese tivesse tanta repercussão. E, inclusive, percebemos o didatismo da autora como intencional, de modo a permitir que seu trabalho alcançasse um público maior.

E grande parte eram trabalhos teóricos. Então, eu acho que teve essa interação. Eu não imaginava, eu achava que a tese ia parar lá na biblioteca. Quando a gente escreve a gente não sabe o que vai acontecer com aquilo que a gente escreveu, né? Então, entreguei a tese, inclusive, entreguei a tese meio deprimida, assim, com a pesquisa, não tive nenhuma ideia que a tese era boa. Tinha a menor ideia, assim, que a tese era inovadora, porque quando a gente está fazendo a coisa, a gente não tem uma noção do todo? O de como que vai acontecer as coisas. Então, eu fiquei bastante surpresa, porque, assim, todo lugar que eu falava, as pessoas ficavam muito chocadas com a pesquisa, todos ficavam “nossa, que pesquisa incrível!” Para mim, eu não tinha essa consciência. Era mais uma tese. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

A autora ficou surpresa com a repercussão que seu trabalho obteve e assume que não era algo que ela esperava, que não era possível antecipar o cenário completo de como seria a recepção. É interessante perceber os estudos da branquitude enquanto processo, sem uma teleologia que condiciona o começo das produções até o seu crescimento exponencial, e a consequente consolidação da autora como referência na sua área. Nos segmentos seguintes da entrevista, a psicóloga ofereceu uma ilustração para como esse caminho foi tortuoso:

Inclusive, o meu grupo de pesquisa, ninguém falava de raça. Não tinha ninguém ainda na UFA, na psicologia, que falava raça. Então, eles ficavam me mandando para a Sociologia, para outro lugar, e eu falava isso interessa para a psicologia, isso constitui o sujeito. E a minha orientadora também não gostava do tema, ela... foi muito difícil, sim. Muito difícil. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

E aí, por mim, foi muito uma surpresa. De repente, eu sou referência numa coisa que foi tão difícil para mim, sabe? A primeira tentativa que o primeiro lugar que eu tentei, o doutorado, a pessoa da banca falou para mim: "isso daí não dá uma tese" Então é isso aí. Obrigada. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

O processo de estar no doutorado, como ela afirmou nesse segmento e em outros, foi bastante problemático e produziu frustrações nela. Dentre vários motivos, o não reconhecimento da problemática como válida, ou seja, a constante deslegitimação do trabalho da pesquisadora. Podemos afirmar que a pesquisa da temática sofreu barreiras institucionais por não parecer um campo temático que não teria conteúdo suficiente para se tornar uma tese. Ou por se considerar que não haveria lugar para o estudo da branquitude na psicologia, nem no programa e no seu grupo de pesquisa. Desse modo, podemos perceber que não há linearidade no processo de produção do conhecimento: que Lia Vainer passou por muitos percalços que explicam o processo de consolidação do tema enquanto temática legitimada dentro da academia. E, aqui, argumentamos que esse processo de legitimação está em um *continuum* nesse momento, no presente, e ainda nesse segmento iremos nos aprofundar a respeito disso.

*Mas ela é, porque ela vendeu muitos livros. Então, a primeira foi a tese. Só que é interessante **que no mercado editorial ela não foi aceita**. Eu fiquei tentando a publicar o livro muitas vezes. Muitos, muitos, muitos negaram, falavam que não era um tema de interesse. E é muito isso em 2010, que não era um tema de interesse. Inclusive a **primeira publicação, eu paguei para publicar**. Não tinha uma abertura. Tem uma mudança, eu acho, bastante grande. E aí, para mim, foi sendo um espanto, de repente, aquilo que era muito rejeitado. **Porque o meu processo foi muito difícil no doutorado**. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

A autora mostra os bastidores dessa produção. Ela informa as dificuldades para publicar a tese como livro, advertindo sobre as mudanças que passou o campo de estudos da branquitude. Se Schucman relata dificuldades para publicar seu trabalho, que não era “um tema de interesse” naquele momento, fato relacionado com o mercado editorial voltando para o campo acadêmico, atualmente não é possível observar o mesmo comportamento.

Ao contrário, as evidências mostram que a branquitude é um tema de interesse do mercado editorial: citamos, como exemplo, duas publicações recentes de uma das maiores editoras do Brasil, a Companhia das Letras, das produções de Bento (2022) e de Schwarcz (2023). Destacamos também a produção de Soares (2022), publicada apenas dois anos depois da sua defesa, e a tradução recente do livro de Barbara Weinstein (2022), originalmente publicado em 2015, que leva o termo branquitude no título, inexistente no original. Esses são apenas alguns exemplos que nos ajudam a ilustrar a mudança de comportamento do público em

relação aos estudos sobre a branquitude, fato também apontado por Cardoso em sua entrevista.

No segmento seguinte, Schucman argumenta sobre o porquê da mudança e da branquitude passar a ser um tema de interesse:

*Olha, tem uma coisa muito interessante. Até mais ou menos em 2020 ou em 2019, todas as pessoas que tinham me chamado, professores que me chamavam para dar palestra, empresa que me chamava para dar palestra, era pessoa negra, era professor negro. Vai ver que, né? **Então, assim, até 2019, eu só tinha sido chamada para falar com pessoas negras.** Quando acontece, assim, o **George Floyd**, aí começa uma onda de brancos também pensarem na **antirracismo**, dá uma virada completa. Começa a pessoas brancas também a me chamarem. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Aí, então, a minha recepção foi, e eu sou muito grata aos **pesquisadores coletivos, movimentos sociais negros, pois essas pessoas abraçaram minha pesquisa muito rápido.** Foram pessoas que, quando eu falava, as pessoas falavam, “ela é uma contribuição”. **Enquanto tinha uma rejeição muito grande por pesquisadores brancos, muito, muito grande.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*E isso muda em 2020. E tanto que se você vai ver no google scholar eu vou sendo citada bem pouco, o gráfico [faz sinal de que vai aumentando], e de repente em 2020 faz assim. Eu fiz a pesquisa em 2008. Além do 2008, **o ano que mais teve venda foi em 2020, ou seja, 12 anos depois.** Então, acho que tem uma virada muito grande, né? E na época, eu falava “branquitude” e falavam: “que palavra é esse”. **E hoje as pessoas sabem.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Lia Vainer observa que, até 2019, ela só era convidada para participar de eventos por pessoas negras. Assim como Cardoso, aponta que os movimentos sociais negros tiveram papel de protagonismo no processo de consolidação do tema da branquitude dentro da academia. O trabalho de Larissa Viegas de Mello Freitas (2020) e de Gabriel Dienstmann (2023) apontam o protagonismo de pessoas que participavam de coletivos no processo de fomentação das discussões sobre branquitude na academia. De um lado, Freitas (2020) explora o papel dos intelectuais dentro das redes sociais e outros veículos da internet para popularizar o termo; de outro, Dienstmann mostra esse impacto principalmente a partir da implementação das cotas raciais dentro dos programas de pós-graduação.

Importante ressaltar o recorte racial que Schucman fez. Até 2019, os pesquisadores brancos rejeitavam a sua produção, enquanto os pesquisadores negros o avaliavam como uma grande contribuição para os estudos. Em 2020, isso muda. A autora cita eventos globais que impactaram a mudança, como o assassinato de George Floyd em maio de 2020.⁵⁰ A rejeição dos pesquisadores pode ser entendida a partir da experiência que Dienstmann (2023) mostra no seu trabalho com entrevistas de docentes da UFRGS, isto é, o medo de perder privilégios criou a reação de deslegitimar os trabalhos que os denunciavam.

⁵⁰ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 31/05/2025.

Porém, agora, o que a autora recebe são convites de pessoas brancas para falar sobre antirracismo, o que mostra indícios de uma mudança no comportamento do público. Percepção reforçada pela informação que a autora apresenta sobre a venda do seu livro, que obteve o maior número de vendas em 2020, doze anos depois do começo da sua pesquisa. Ou seja, é perceptível o interesse do mercado editorial no tema da branquitude.

Ainda sobre o processo de realização da pesquisa e a sua percepção atual, Schucman nos informa que:

*Parece que quando eu escrevi o livro em 2012, **eu não tinha entendido nada** (risos), hoje eu fico pensando, por mais que tinha sido uma tese inovadora, eu não tinha entendido **o grau** desse pacto. Essa parte que não é individual do sujeito, mas como é um grupo de brancos. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

É possível observar que a pesquisadora mudou a sua percepção sobre o campo. O pensamento se alterou na medida em que ela o aliou à uma concepção mais estrutural dos problemas que são basilares no Brasil. Podemos notar, nesse momento, uma aproximação com a entrevista dado por Cardoso: é a percepção de que os problemas sobre a branquitude são estruturais (Dienstmann, 2023) e de que saídas individuais como o letramento racial (apesar de serem importantes), não irão alterar o país na sua raiz.

*Isso eu só fui entender quando eu fui convidada por brancos para consultoria de trabalhos em instituições, empresas, que foi um trabalho que eu fiz muito com a Cida Bento, para a inclusão. Porque qualquer tentativa de incluir o negro era muito racista. **Além de ser uma virada para entender como é que o grupo de brancos funciona juntos. Foi um impacto. Foi a primeira vez que eu conheci essa neta de imigrantes, essa coisa de profissional liberal, mas eu nunca tinha conhecido bilionário. Eu nunca tinha conhecido rico de verdade. Eu conhecia classe média, eu não sabia quem eram essas pessoas. Meus entrevistados eram classe média, quase todos. A supremacia econômica branca foi um choque.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Schucman afirma que essa mudança só ocorreu quando foi convidada por grandes empresas para realizar o trabalho de consultoria. Foi nesse momento que a autora percebeu uma “virada”: conhecer pessoalmente o funcionamento do branco rico, a chamada “supremacia econômica branca”. O que poderia ser apenas um trabalho de consultoria para reformar empresas e instituições para serem antirracistas, moldou uma percepção profunda do impacto do estudo sobre a branquitude no Brasil. Schucman se refere ao episódio como algo que a “impactou”, um “choque”. E, vejamos, estamos diante de uma pessoa que pesquisa branquitude há quase duas décadas e, ainda assim, a percepção do modo como a branquitude está imbrincada na estrutura da supremacia branca a impactou. Esse choque “exponencial de poder” só veio a partir da experiência pessoal.

É importante ressaltar que, assim como Cardoso, Schucman nutriu uma relação pessoal com Cida Bento, de trabalho e amizade. Como também é necessário salientar o trabalho feito por Bento ao lado do CEERT que, segundo o seu site:

Desde 1995, em parceria com diferentes organizações governamentais e da sociedade civil, desenvolvemos diagnósticos institucionais, produção de conhecimento e de materiais, bem como programas de capacitação de gestores públicos no campo das relações raciais e de gênero, buscando a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento e o exercício efetivo da cidadania.⁵¹

Desse modo, é possível afirmar que esse órgão, que tem Cida Bento como parte do conselho e co-fundadora, porta um histórico de promoção da equidade racial por meio de ações voltadas para organizações governamentais e civis. E, por meio da entrevista de Schucman, podemos perceber que ela também tomou parte em alguma dessas ações. A iniciativa do CEERT era voltada para promover a integração da população negra nas instituições em que não havia equidade racial, porém, como Schucman afirmou, qualquer tentativa de promover essa integração era extremamente racista, o que ajudou a pesquisadora a compreender mais sobre o funcionamento da branquitude.

*Foi um choque, entendeu? Foi um choque **exponencial de poder** entender a branquitude, como essa supremacia branca econômica mesmo, sabe? Que na minha tese eu tinha chamado de branquitude, mas que eu tinha pouco acesso, sabe. Eu me acho **ingênuo** quando eu escrevi a tese, sabe? Eu achava que tinha uma constituição das pessoas como brancas e **que isso poderia ser desconstruído**. Tanto que eu proponho a categoria de letramento racial. Essa categoria de letramento racial, eu a traduzo na minha tese. Quando começa a surgir, e que colou né. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Hoje, eu acho tudo isso **muito ingênuo**. Apesar de continuar trabalhando com isso, eu acho. Eu acho que essa supremacia econômica é um lugar muito **impossível** de quebrar assim qualquer tipo de letramento. E a branquitude, que é mesmo esse privilégio branco, que qualquer um branco tem, ela é sim algo possível de ser desconstruído, mas a supremacia branca **é impossível, dentro do capitalismo, é completamente impossível de ser desconstruída**. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Foi partir dessa compreensão que a autora começou a perceber o choque entre a sua produção em 2012 e o atual contexto das relações raciais. Não que as relações raciais ainda não já tivessem essa constituição naquela época, no começo da década de 2010. O fato é que, para a autora, essa constituição não tinha uma capilarização tão grande ao ponto de ser “impossível pensar” a sua destruição dentro do sistema capitalista. É nesse movimento que ela percebe que o seu pensamento era ingênuo, de modo que podemos perceber que o pensamento intelectual não é linear e é afetado pelas mudanças que ocorrem no decorrer da vida dos

⁵¹ Fonte: <https://www.ceert.org.br/esg>. Acesso em: 31/05/2025.

intelectuais e pelas próprias condições do momento. Assim, atualmente, para a autora, é impossível pensar na abolição da supremacia branca dentro do sistema capitalista: o que está de acordo com o pensamento de Cardoso, ou seja, ambos pensam que mudanças estruturais são necessárias para alterar o funcionamento da branquitude enquanto supremacia branca econômica.

Para as pesquisadoras brancas que estudam a branquitude, foi feita uma pergunta específica: como essas pesquisadoras costumam reagir quando são questionadas sobre ter legitimidade para falar sobre branquitude enquanto sendo uma mulher branca. A resposta de Schucman é elucidativa para muitos aspectos do modo como o campo se formatou até os dias atuais:

*Olha, para mim é muito evidente que a luta antirracista é uma luta de qualquer pessoa que lute por igualdade. E que é muito diferente você estar na luta antirracista do que estar no movimento negro. Eu não tenho a menor pretensão de fazer parte do movimento negro. Para mim o movimento negro é um movimento de pessoas negras. Ou seja, eu não tenho essa pretensão. **Uma certeza que eu tenho é que estou na luta antirracista, que é uma luta por igualdade.** E eu acho que eu tenho **respondido bem**, estou a tanto tempo nesse tema e com alguma certa legitimidade, **poucas pessoas consideram que não há uma legitimidade do meu trabalho porque eu sou branca.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Essa luta eu não faço pelos negros e pelos indígenas eu faço justamente porque eu acredito **porque que racismo é um problema maior do que o Brasil**, ele define também categorias de classe, de desumanidade etc. Eu não acho que é uma luta pelo outro. Eu acho que quando a pessoa acredita que é uma luta pelo outro ela fica em **um lugar muito de prioridade** - eu estou fazendo por causa do outro - eu acho que o racismo no Brasil não vai bem para ninguém. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Então, quando as pessoas perguntam me se eu tenho legitimidade eu acho que eu respondo de certa forma: entendendo o que a pessoa está me perguntando, eu entendo qual é o privilégio de ser branca, o fato de eu ser branca, **não é porque eu estudo a branquitude que a branquitude vai sumir, o fato de eu ser branca me beneficia como pesquisadora no campo. Tem gente que acha que meu estudo é mais sério que o outro é militante.** Eu entendo o que tem nesses lugares. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Então, acho que quando as pessoas me perguntam, **eu não tenho uma reação negativa**, eu acho legítimo a pessoa perguntar. Eu acho legítimo, inclusive, que seja questionado. **Então, ... eu escuto.** Eu escuto, mas, assim, eu sempre escutei até o ponto de entender de onde vem, **mas a luta antirracista, eu acredito, e eu não vou abrir mão dela.** Eu acredito nela. Ela não está fora de mim. Então, acho que para mim foi muito fácil entender que era uma **luta minha**. Eu acho que se eu estivesse pensando que eu estivesse fazendo pelos outros, talvez fosse mais difícil. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

A autora responde que não reage de maneira negativa quando questionada sobre ter legitimidade para falar sobre branquitude. Haja visto que, para ela, é evidente que a luta antirracista é uma luta dela, que ela não faz por outras pessoas: faz porque entende que o racismo prejudica a todos no Brasil, e que qualquer um que lute por igualdade nesse país está

em uma luta antirracista. Outros autores brancos aqui analisados (Dienstmann, 2023; Freitas, 2020; Golebembiewski, 2022, p. 84, Fonseca Neto, 2021, p. 16; Freitas, 2020, p. 25) também inserem a justificativa para o seu tema de pesquisa dentro da luta antirracista; ou seja, são pesquisadores para os quais o tema da branquitude contém potência para auxiliar na luta por igualdade no Brasil, assim como Schucman.

Contudo, a autora produz uma ressalva: quando o pesquisador acha que está em uma luta por outras pessoas, ele se coloca em lugar de prioridade. Isso aparece no trabalho de Soares (2020, p. 157), ao perceber que, quando os realizadores do filme *Também somos irmãos* (1949) tentaram criar um filme com intenções conciliatórias das relações raciais, e não intenção compensatória, repetiram velhos padrões de discriminação racial com a nova roupagem da época da democracia racial. O que nos leva a concluir que, para que haja uma luta antirracista, é preciso o comprometimento de todos, pois todos estão comprometidos de algum modo pelo racismo.

A partir da fala de Schucman, algumas conclusões podem ser tiradas de uma pesquisadora da branquitude. Ela afirma que poucas pessoas consideram que não há legitimidade no trabalho dela, ou seja, há pessoas que o consideram deslegitimado. A autora afirma que não é o simples estudo da branquitude que fará com que a mesma suma: inclusive, ela mesmo sabe que é privilegiada pela sua branquitude, por ter seu trabalho legitimado enquanto outros têm seus trabalhos considerado militância.

A autora refletiu sobre o impacto que o estudo da branquitude causa nas pessoas, em um estado constante de tensão. Apesar disso, afirmou nunca ter reagido, ela repete isso. O que explica o protagonismo da autora dentro do campo, haja visto que, mesmo se posicionando como branca, compreende seus privilégios (que também explicam o seu protagonismo) e respeita a reação dos outros que questionam sua legitimidade. É como se se tratasse de um constante mal-estar, pensando a quantidade de vezes que a pesquisadora usou a palavra “muito” antes de “tensão”:

*Eu já passei por muita **tensão** Tipo, falando em movimento, falando em vários lugares, muito **tensão**. Eu gosto muito das pessoas falarem em algum lugar. Eu vou sair e dizem: “tem uma branca falando”. **Eu nunca reagi**. Tipo, nunca. **Eu sempre respeitei a reação da pessoa**. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

***Inclusive se você não falar de branquitude no lugar e não tiver tenso no lugar, está dando errado.** [Risos]. Infelizmente, assim, tipo, outro dia uma pessoa falou assim: “Lia eu não sei como você consegue trabalhar com tanta tensão.” Não tem nenhum dia que não é tenso, assim, não, na aula, ou nas conferências, em palestras, **é sempre tenso. Sempre tenso.** É tenso com o branco e é tenso com o preto. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

A autora ensina para seus orientandos como lidar com o desconforto, que sempre irá existir (e que, inclusive, deve existir, pois como ela mesma afirma, se não estiver tenso, algo está errado):

Porque eu já vi pesquisadores, inclusive eu conheço muita gente que começou a pesquisar ou orientandos, quase chorava, “é porque eu não estou sendo reconhecida, é porque as pessoas estão me discriminando, porque eu sou branca, que não é o seu lugar.” (fala da pessoa que a questiona) E eu sempre olhei para o orientando que é pessoa nova, e eu falava assim: “você acredita? Eu respondi, você acredita que essa luta é sua?” Eu falo: “foca nela, as pessoas não precisam te amar”. E para mim estava muito evidente que ninguém precisava me amar. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

É preciso compreender muito bem de onde vem o intuito do pesquisador branco ao adentrar esse campo, saber quais suas intenções, haja visto que elas serão questionadas. É preciso saber que é uma luta de todos, e que o pesquisador branco precisa se posicionar dentro do debate. Por fim, saber que nem sempre o pesquisador será bem-visto, como Schucman afirma ao dizer que “ninguém precisava me amar”.

Além disso, outro fator explica o protagonismo da autora dentro do campo. Além do seu posicionamento, da sua identidade racial branca, há também o modo como age: a pesquisadora se coloca em posição de defesa: participa de eventos para os quais é convidada. De modo que a responsabilidade de ser chamada para falar sobre branquitude parte do outro, e não dela:

*E eu acho que é meio uma estratégia também. **Eu nunca fui em um lugar que eu não fui chamada.** Ou seja, uma certa segurança que eu fui adquirindo, que é, bom, o pesquisador me chamou, porque eles querem brigar, não fui eu que organizei o evento, né? Já que também, certo ou contrário, que eu nunca organizei um evento para eu voltar lá, né? Então, dá um certo tom, quando as pessoas perguntam o que a pessoa branca tá fazendo aqui, quem tem que responder é quem me chamou, né? (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Mas ela reflete que isso ocorre por causa da sua personalidade, por se sentir insegura e ter vergonha, em alguns momentos, o que traz a reflexão acerca do modo como o campo está sendo constituído. A personalidade, a racialidade e os meios impactam no modo como as ideias da pesquisadora são ecoadas:

*Então, acho que tem esse lugar que tem a ver não muito com uma estratégia de racialidade, mas um lugar que talvez o tipo da **minha personalidade** tenha me ajudado. Eu estou falando para você, não parece essa pesquisadora que tem esse nome falando, eu sou muito **insegura**, então meu sonho era que eu fizesse as pesquisas e tivesse alguém para apresentar para mim. [...]. Tipo, eu vou em palestra, hoje em dia, eu sou pesquisadora, eu sou professora, eu vou em palestra de alguém, eu tenho **vergonha** de perguntar. Tipo eu levantar a mão e fazer uma pergunta. Então, tem a ver com a minha personalidade, ela até me ajudou nesse ponto. (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Sobre as mudanças que ocorreram no campo, Schucman afirma que:

*Então, tem vários tipos de estudos de branquitude que eu tenho visto. Eu acho que têm aqueles estudos de branquitude que, obviamente, estão na agenda antirracista. Obviamente, por exemplo, são estudos que existem para estar na agenda antirracista, mas como eu sou **professora do tema, eu pego muita tese como bancas**. Tem um campo do estudo que parece que está nascendo, mas eu não sei se é da história, eu estudei na história também, mas no campo da psicologia, parece-me muito, que é as pessoas escrevendo sobre a **subjetividade branca**. É quase como a minha história de **sinhá**, que escreve sobre ser branco, constituir como ser branco. **Sem nenhuma tensão!** Se esse estudo não tem uma agenda antirracista, então qual é que é? Porque a **subjetividade branca já está na novela da Globo**, já está no Leblon, já está em todos os lugares. **O único propósito da branquitude é estar dentro da agenda antirracista.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

*Então, o que foi pensado nos Estados Unidos como terceira onda, segunda onda, que vai partir para os estudos de subjetividade branca, eles não pensam, não. Eles ficam falando da **culpa branca, do sentimento de ser branco, como ser antirracista branco e volta para o centro, o branco**. Eu sempre acho que isso de branquitude não é para falar de subjetividade para voltar para o centro do branco. **Só faz sentido estudar essas subjetividades, se for para pensar os privilégios do racismo. E pensar como ruí-los. Tipo assim, a tese onze de Marx, é importante entender o mundo para transformá-lo.** Agora esses estudos que são tipo uma narrativa do branco, eles não tensionam [...] **agora, essa narrativa branca, da culpa branca, da fragilidade branca, não tensiona.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Alguns pontos podem ser ressaltados acerca das principais mudanças no campo. Está em questão o crescimento dos estudos que se preocupam com a subjetividade do branco, que a pesquisadora ironiza chamando de “minha história de sinhá”. Para ela, esses estudos que se preocupam com a culpa branca ou a fragilidade branca não fazem sentido. É no alinhamento com os estudos marxistas que ela afirma que só faz sentido a pesquisa sobre branquitude se for para pensar os privilégios do branco e pensar como acabar com eles. A pesquisadora insere o questionamento como uma continuidade do trabalho de Cida Bento, de pensar os pactos narcísicos da branquitude. Haja visto que subjetividade branca está dada, dentro das produções hegemônicas nacionais. Isto é, o comum e o universal já é o estudo do branco.

Sobre a contribuição da branquitude para o campo das relações raciais e se seu crescimento é promissor, Schucman nos informa que:

*Eu acho que tem uma grande contribuição do campo que é **implicar o branco dentro da estrutura das relações raciais**. Porque esse olhar para o negro como se ele fosse o outro da raça, o indígena o outro da raça, e o branco como não estudado. O branco continuava como sendo a **norma** da categoria de representação da humanidade. Então, eu acho que quando eu vou ter tensão e falar, olha, vocês brancos estão nesse lugar por causa de privilégio, ou seja, **essa mediocridade, no sentido mediano**, de brancos que ocupam todos os lugares de poder, não é porque vocês estão como tesouros nacionais, quem te fez tão bom assim, não é porque vocês estão muito bons, é porque vocês correram uma corrida, só que correram sozinhos, **acharam que ganharam a corrida mas estavam correndo sozinhos. A gente tensiona esse lugar.** (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

Só que a branquitude era tão comum no sentido hegemônico, que o olhar do negro e do indígena sobre o branco, ele não capilarizava na cultura. Por que é isso que é o mais importante, não é o que quem classifica. Lembra da minha pergunta inicial?

Os brancos também estão classificados pelos negros como brancos, ou pelos indígenas como brancos, há muito tempo. Só que a classificação deles não capilarizava na cultura, pois eles não tinham o poder de capilarizar na cultura (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

A principal contribuição é implicar o branco nas relações raciais. O apontamento do branco racializado não foi possível por conta da sua constituição como norma da humanidade. A implicação do branco como detentor de privilégios mostra que a meritocracia é uma falácia, haja visto que os brancos estavam competindo sozinhos pelo poder e se mantendo sozinhos no poder por meio de um pacto que beneficia o seu grupo. Ou seja, mesmo que o negro e o indígena classifikassem o branco, eles não detinham o poder de transformar seus pensamentos em capilaridade dentro da cultura, o que lhes permitiria a produção de subjetividades. Isso só é possível através do poder e das estruturas. Por isso a autora insere o estudo da branquitude no campo das relações de poder, e não no campo identitário:

*Você precisa do poder econômico, do poder jurídico. Essa classificação não daria certo se fosse apenas uma classificação, **você precisa do poder econômico, jurídico e político para produzir subjetividade**. O objetivo disso é que os estudos de branquitude mostram que a identidade branca são uma categoria racial articulada para manter o privilégio e os recursos materiais dentro do próprio grupo. O mais interessante é quem que estuda branquitude é nomeado como identitário.* (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

*Mas se você pensar categoria de identidade, pensando em identidade, o que é identitário? **Identitário é um grupo que mantém o poder econômico, o poder político, distribui os benefícios dentro do próprio grupo e exclui os outros. Quem é que faz isso? Os brancos.** Entendeu? E aí, pode ver como a branquitude tem funcionado agora de uma outra forma. Ela nomeia, é um novo racismo, tanto da esquerda quanto da direita, um novo racismo que é chamar esses estudos, ou essas pessoas que devem ser um estudo identitário. E é um funcionamento exato de como a branquitude funciona.* (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).

A estratégia de funcionamento do dispositivo de branquitude, que chama todos os trabalhos de identitários e deslegitima essa produção de conhecimento, é a razão de Vainer Schucman não acreditar ser promissor o crescimento das produções sobre branquitude

***Eu não acho promissor**, eu não acho que vai. Eu acho que esse ataque, que a gente está vendo tanto da esquerda e da direita com os estudos de uma teoria crítica de raça e de branquitude, ele realmente tem perpetuado, as pessoas têm comprado esse discurso, de que esses estudos são identitários, de que esses estudos dividem, de que esses estudos produzem mimimi. Eu acho que a branquitude mesmo tem se articulado para deslegitimar esses discursos. Eu não acho que... **eu acho que a gente teve uma época de ouro 2020-2023.** Mas você vai vendo que vai caindo, talvez você vai vendo, não dá para ver, mas eu acredito que vai cair. **Com essa nova configuração da extrema direita e tem uma supremacia branca aumenta o clima de direita, se organiza, e aí tem uma supremacia branca.** [...] Eu, quer dizer, talvez eu seja pessimista, mas eu não acho que... vai depender dessas viradas, mas nesse momento de 2025.1, por que é isso que eu trato a tese, né? (Lia Vainer Schucman) (Grifo nosso).*

A autora indica que talvez ela seja pessimista, mas que o crescimento dos estudos sobre a branquitude no Brasil produziu o efeito de um novo mecanismo de funcionamento da supremacia branca. Essa supremacia branca está diretamente conectada com o fortalecimento da extrema direita, sendo localizada, justamente nesse ponto, a necessidade que há agora para a pesquisa sobre branquitude relacionado ao seu elemento de supremacia.

Sobre a relação entre branquitude e historiografia, Schucman indica que raça não é uma categoria dada *a priori*. As categorias raciais são formadas historicamente e geopoliticamente. De modo que as categorias raciais são produzidas pela nacionalidade e as nações, se não há uma compreensão histórica da branquitude, não é possível entendê-la:

Então, só dá para entender a branquitude entendendo as formações históricas e as relações de poder históricas na qual está inserido esse branco. Por isso que quando a gente fala da branquitude no período, a gente estuda muito em relação a negros e indígenas. [...] Então, se você não entende elas historicamente, você não entende a branquitude. (Lia Vainer Schucman)

E, por fim, sobre a branquitude chegar ao campo da História tardiamente:

E aí, eu vou arriscar, tá? Eu acho que dentro da história o campo das relações raciais, na história, focou os muito nos estudos da escravidão, o histórico do branco estudando um objeto negro. Brancos estudando a escravidão. Tardiamente, os historiadores negros entram no campo e começam a questionar isso dentro do campo, consolidados desde a história. Só que ainda assim, eu compreendo que para estudar a história relacionada à branquitude, teria que entender a escravidão olhando a partir do senhor, daquele cara que tem o chicote na mão. A partir do branco. (Lia Vainer Schucman)

Se a gente entender os estudos de branquitude dentro da história, a gente vai chegar na terra e nossas propriedades privadas e da riqueza dos brancos, porque ela vai sair do ponto da subjetividade, que é onde eu estou. [...] O outro estudo de branquitude é o estudo de subjetividade, a História não estuda subjetividade. Essa é a minha tese, que eu acho que teria que olhar o legado da escravidão para o branco, e é isso a novidade na história. (Lia Vainer Schucman)

A autora reflete que, caso os historiadores reflitam sobre os privilégios que são heranças do passado, não vai ser possível fugir do campo da reparação histórica. E a partir disso se chega ao campo que, segundo a pesquisadora, é o mais polêmico: a questão de terra. Vai ser necessário pensar caminhos para mudar a questão fundiária no Brasil, de modo que os estudos da branquitude na história, se forem por esse caminho, irão focar nos privilégios materiais que foram herdados do passado.

Buscaremos ressaltar alguns pontos da entrevista com a pesquisadora por meio de um balanço geral: 1) a dificuldade que a autora teve para se consolidar como referência após a defesa da tese; 2) o perfil didático e intencional da intelectual, o que justifica seu papel de protagonista; 3) a questão de ser uma pesquisadora branca que estuda a branquitude, e sua

justificativa em prol de uma luta antirracista; 4) a questão estrutural que envolve a branquitude, e não questões pontuais e individuais; 5) a chegada tardia da História e a importância de pensar a branquitude estruturalmente na historiografia, sem reproduzir as mesmas hegemonias.

3.4 Willian Luiz da Conceição

A entrevista com Willian Luiz da Conceição ocorreu no dia vinte de janeiro de 2025, via *Google Meet*, e teve duração de uma hora e vinte e cinco minutos. O autor se autoidentifica como preto. Refletindo sobre sua trajetória acadêmica até chegar ao tema da branquitude, que começou em uma universidade particular em Joinville. em 2009, ele informa que as suas discussões, assim como sua formação inicial, eram basicamente marxistas. Conceição entrou na UDESC em História e, nesse momento, em 2013/2014 entrou em contato com os estudos sobre a branquitude por meio do trabalho de Lia Vainer Schucman e decidiu fazer seu TCC sobre Jorge Amado, a partir da perspectiva crítica da branquitude. Sobre Schucman e o contato com ela, afirmou:

*E aí eu, enfim, fiz esse, realizei esse, defendi esse texto assim, em 2014, com um tema sobre Jorge Amado, mestiçagem, branquitude. E foi um pouco aí que eu começo a ter contato com **Lia Vainer Schucman** que me orienta nesse trabalho. Então, é o primeiro contato também com uma pesquisadora mais, enfim, que é a referência ali até então para mim, pelo menos, de um **debate também mais público**, né? Porque isso é importante te dizer, obviamente, que já existiu um trabalho da professora **Cida Bento**, mas não alcançava o debate público. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

*O primeiro trabalho que se apresentou num **debate muito mais amplo**, dos jornais, como Folha de São Paulo, que adentra esse âmbito mais do debate acadêmico e público, é o trabalho da Lia Vainer Schucman. Enfim, acho que aí tem uma série de questões que a gente pode também discutir em relação ao próprio papel importante, mas também disputa da **sociedade brasileira em ouvir uma mulher branca** falar de racialidade. Mas é uma questão também que eu acho que tem aí um olhar importante que é dessa mulher que, de alguma forma, **expõe a uma certa lógica do seu próprio privilégio**. E isso acho que de alguma forma, enfim, cria um certo movimento de interesse na sociedade brasileira sobre o tema. Mas como eu falo, na entrevista da Guilhotina. Nesse período, o debate era muito **nebuloso**. Ninguém discutia basicamente o tema e eu falar de branquitude as **pessoas não compreendiam o que era**. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

O autor denuncia o fato de as pessoas na sociedade brasileira serem mais propensas a escutar uma pessoa branca falando de racialidade do que uma pessoa negra. Mesmo assim, ele afirma que o movimento de Schucman produziu um momento de interesse, sendo ela uma pessoa expondo a lógica do próprio privilégio, mas que, ainda em 2014, o debate era muito nebuloso. Esse trecho da entrevista de Conceição apresenta o cenário do campo de estudo

para aqueles que estavam de fora, haja visto que Schucman já havia defendido sua tese e Cardoso a sua dissertação.

Além disso, se cruzarmos com as informações que temos até agora, Schucman informou que apenas participava de eventos para os quais era chamada, como foi dito na sua entrevista. Conceição cita grandes veículos de informação que chamavam Schucman naquele momento para falar sobre branquitude, o que sabemos é que não houve esse mesmo movimento quando a pesquisa de Bento foi finalizada. Porém, há limites para colocar esses argumentos, tendo em vista que não temos informações sobre como se deu o mesmo processo para Bento, haja visto que a própria Schucman relata inúmeras dificuldades no pós-defesa, incluindo o esforço para conseguir a publicação.

A percepção era do protagonismo de Schucman e do papel importante de Bento, mas de um debate ainda nebuloso:

Eu defino como nebuloso porque ainda tinha uma má interpretação do que era esse debate sobre branquitude, inclusive no meio acadêmico. Por exemplo, se tinha os trabalhos, trabalhos de intelectuais brasileiros ou brasileiristas, existia. A professora Cida Bento, tinha ali a Vainer Schucman, o Lorenzo Cardoso, e um dos trabalhos que eu vi foi o da professora da Faculdade de Comunicação, Liv Sovik, [...] e vi os trabalhos, por exemplo, da Frankenberg, mas, assim, muitas coisas eram... estavam em inglês também.

*Eu acho que aí tem uma questão da dificuldade ainda do tema entrar uma grande influência dos estudos críticos sobre branquitude nos Estados Unidos, e um pouco essas pessoas faziam um pouco a introdução, uma apresentação, digamos, uma introdução sobre esse debate em outras partes do mundo. **Então, assim, era nebuloso também porque as pessoas não entendiam exatamente essa virada epistemológica em relação, olha, por que estudar o branco?** E esses textos, eles colocavam isso explicitamente, mas eu acho que as pessoas liam mal, ou não liam, liam um pouco pela perspectiva mais do discurso, olha, o foco da questão racial deve ser o branco, **e isso assustava, obviamente**, porque a academia brasileira é produzida, inicialmente, ou em grande medida até, principalmente nesse momento, por intelectuais brancos, assim. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

*Esse debate, em 2017, eu tinha algumas discussões **com militantes do Movimento Negro, da velha guarda que eu já sei. E eles também não entendiam:** por que a ideia era, não, nós temos que privilegiar as nossas experiências, as nossas expertises, falar exatamente de como nós estamos dando respostas significativas, estamos, ao racismo estrutural da sociedade brasileira, como nós elaboramos experiências, formas de, enfim. Então o palco era muito assim, nós temos que falar sobre os quilombos, nós temos que falar sobre as mulheres negras. E não viam como algo importante, até mesmo um olhar... com uma certa concepção de... **você está enviesando a ótica de importância que deve ter um estudo acadêmico que privilegie, digamos assim, que contribua para a nossa emancipação, digamos assim. Como assim focar nos brancos?** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

O motivo do entendimento como algo nebuloso era que as pessoas não entendiam a virada epistemológica que os estudos da branquitude provocavam, ao pensar as relações raciais a partir do branco dentro do meio acadêmico, iniciativa que reagia e assustava a maior parte dos intelectuais brancos; assim como assustava dentro do meio do movimento negro,

que acreditava que os trabalhos sobre branquitude não iriam contribuir para a emancipação dos negros no Brasil, mas colocaria no centro o branco, local que ele nunca perdeu.

É importante apontar que Conceição e Cardoso nos oferecem o olhar de dentro do movimento negro, assim como as primeiras percepções. Em ambos os casos, o primeiro olhar para os estudos sobre a branquitude guardava certa desconfiança sobre qual seria o intuito desses e a quais grupos iria servir. Já argumentamos, em outros momentos, que a desconfiança é válida e que o intuito precisa explicado, haja visto que se trata de uma pesquisa extremamente política.

*Então, só para fechar, o debate era nebuloso. mal compreendido, tanto academicamente como no âmbito dos movimentos sociais negros. Só que, em algum momento, eu não sei explicar o porquê, isso toma mais o debate público, de alguma forma, fura uma bolha. Eu acho que talvez a Lia tenha uma percepção muito mais privilegiada, até porque ela, eu me lembro, da Lia sendo chamada para fazer debate na Folha de São Paulo, em vários programas. Isso começa a invadir, digamos assim, o debate público, e um âmbito também de um debate com intelectuais negros. Por exemplo, a da cultura, um debate com Elicida e tal. Isso começa a furar uma bolha mais no âmbito de um debate público e isso aí **obriga a academia a também se abrir um pouco mais sobre esse debate, porque passa a ser um debate em que é incorporado aí, sim, os movimentos sociais negros.** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

A abertura é ressaltada por Mello Freitas (2020, p. 299), quando ela afirma que, a partir de meados da década de 2010, principalmente por meio das redes sociais, que contribuiu para o aumento da maior visibilidade e popularização do tema, aspecto que foi ressaltado por Cardoso na sua entrevista. Mas que isso produziu uma problemática, pois, segundo Conceição, o debate acerca da branquitude ficou muito no âmbito do discurso e as pessoas não conseguiram distinguir o conceito, que passou a englobar diversos elementos. Porém, ele ressalta que a ausência de consenso se perpetua na atualidade:

*E hoje eu acho que aí é um grande problema também, porque as pessoas utilizam o termo de grande influência, um conceito, uma categoria muito aberta, com definições distintas para cada intelectual. **Acho que também ela é um pouco o que o Marcel Mauss chama de fato social total.** Ela está nas sociedades coloniais como parte estrutural do sistema capitalista, dessa constituição de um sistema de modernidade e de... e do eurocentrismo, então acho que ele faz parte desse fato social total que abrange várias, a gente pode olhar por vários pontos de vista que a gente está olhando sobre o branquitude. **Então o debate público ao mesmo tempo ele popularizou o termo branquitude.** Tinha na época discussões, é **branquidade** que se deve usar, é **branquitude.** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

Porém, apesar do crescimento exponencial das produções sobre a branquitude, o autor informa que ainda tem dificuldade de perceber a existência de um campo de pesquisa sobre a branquitude no Brasil. Tem-se diálogo entre os autores, mas não existem movimentos para uma institucionalização do campo. O máximo que ele informa sobre organização coletiva,

para falar sobre branquitude, foi a coletânea organizada por Vainer Schucman (2023) e publicada pela Fósforo.

Eu acho que a bolha foi estourada, digamos assim, a partir de inserções muito individuais. e menos como campo. Muito pela incidência da professora Lia Vainer Schucman e não por uma... Vamos nos organizar, vamos fazer um debate aqui, suscitar aqui uma articulação e explicitar de forma coletiva esse debate. E eu acho que é a característica da academia também, é altamente individualista. Hoje eu acho que eu vejo menos um campo do que na época. porque hoje a gente, nós tivemos alguns seminários pontuais, tá sendo discutido por intelectuais em várias universidades brasileiras, mas eles não se reúnem, a gente não se reúne, a gente não... não tem um diálogo, é isso. Eu tenho um contato com a Lia. A gente tem feito algumas coisas juntos. O Lourenço com a Lia, tem pessoas que ela orienta, a Cida Bento também, provavelmente uns contatos dela. Mas não tem, eu acho que um ensaio para um debate mais de campo sobre o branquitude é aquele seminário que suscitou nesse livro que a Lia produziu, que é aquele último da Fósforo. Eu acho que ali tem, digamos, um germe de um possível campo da branquitude, que é chamar as pessoas que estão discutindo sobre branquitude de várias perspectivas. Por exemplo, ele não sabe como os intelectuais indígenas pensam sobre branquitude. (Willian Luiz da Conceição).

O autor reflete sobre a recepção do tema e ilustra que, até a sua defesa, havia a necessidade de convencer os seus pares acerca da legitimidade do seu tema para o campo da antropologia, haja visto a tradição da antropologia de ter como foco principalmente os grupos subalternos:

E até a defesa basicamente do texto, a minha orientadora não estava tão convencida sobre o tema. Enfim, acho que de uma certa característica da antropologia, de focar mais nas questões étnicas do que raciais, no debate também, com foco também no sujeito de pesquisa ser geralmente os grupos marginalizados e não o campo hegemônico da produção do racismo e tudo mais. O debate sobre o desenvolvimento da dissertação teve um processo meio que de intenso debate e de um certo... “Olha, me convença sobre essa abordagem, sobre o tema.” Era algo novo que ainda carecia de uma certa confiança no que vai dar, principalmente no âmbito da antropologia, que tem uma tradição em discutir os grupos subalternizados, digamos assim.

A questão da legitimidade da pesquisa é algo recorrente nos diversos campos, como podemos perceber nas entrevistas que foram expostas até esse momento. Mas parece ser característica de um campo de pesquisa que surge e se apresenta como tensionador de paradigmas. Além disso, a reflexão do campo aparece como um gerador de tensão por denunciar privilégios dentro da própria academia.

Sobre a dificuldade em transformar o tema da branquitude em pesquisa, o autor referencia Lia Vainer:

*eu acho que até hoje os estudos de branquitude, e esses dias eu também ouvi da professora Lia Vainer falar sobre ela explicitar isso, que era uma preocupação minha também. **Quando a gente geralmente vai desenvolver uma abordagem sobre a branquitude, a gente acaba recaindo novamente nas pessoas negras ou indígenas.** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

A gente tem ainda uma dificuldade de estender o foco, olhar ainda, sobre as práticas. É claro, é um jogo de relação, né? Nós estamos falando de um jogo de

*relação, mas a gente..., e eu percebo muito que eu faço isso e que outros pesquisadores sozinhos **vão falar de branquitude, mas parte sempre dos dados da população negra**. Claro, ali está exposto o sintoma da produção dessa racialidade desigual e dos aspectos da branquitude, mas eu acho que a gente tem essa dificuldade de capturar, digamos assim, a prática da branquitude, né?* (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*E aí, uma das questões que me foi feita, inclusive, na defesa da qualificação, na apresentação do texto de qualificação, foi uma das propostas, por exemplo, olha, você precisa, então, já que o teu sujeito à branquitude, aí muito assentado na ideia de que a branquitude é o branco também, eu acho que aí a gente precisa, né? Inclusive essa minha fala é como a gente olhar só para o branco, né? **Também eu acho que é um problema**, mas a proposta era assim: olha, então, você tem que ir para o norte da ilha, que é a parte mais rica, onde tem resorts, onde tem os metros quadrados mais caros do país etc. e tal, ou para a beira-mar norte e tal, e trabalhar, entrevistar as pessoas brancas, como ali a Vainer Schucman fez. **Só que aí eu acho que tem uma questão de dificuldade metodológica para um pesquisador negro. como um pesquisador negro se apresenta como um interlocutor, digamos assim.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Conceição afirma que há uma dificuldade nos estudos sobre a branquitude em focalizar o branco e a tendência de pensar o branco apenas em relação ao negro ou ao indígena. Mesmo se tratando de relações raciais, há uma dificuldade em capturar as práticas da branquitude, fato que se relaciona com a conclusão da sua dissertação (Conceição, 2017, p. 196), que a define como um feixe de luz que não se deixa ser capturado com facilidade. Porém, o antropólogo também afirma que focalizar unicamente o branco é um problema — em outro segmento da entrevista ele aprofundará esse aspecto.

A dificuldade metodológica é apontada como um dos aspectos da recepção do seu trabalho, pois, a banca da qualificação do mestrado apresentou como proposta a pesquisa com indivíduos brancos críticos, semelhante ao trabalho de Lia Vainer. Porém, o autor contrapôs a barreira de ser um pesquisador negro, o que apresenta um aspecto dos estudos sobre a branquitude: isto é, o fato de a racialidade dos pesquisadores afetar diretamente a produção do conhecimento, assim como Schucman (2012, p. 51) apontou que havia facilidades por ser branca e as pessoas se identificarem com ela. Isso reafirma o que a pesquisadora apontou na sua entrevista: não é porque estamos pesquisando a branquitude que ela irá sumir. O autor aponta como resolveu solucionar esse empecilho, o que explica sua conexão com a antropologia e a história:

*Eu me voltei, obviamente, à ideia, à tentativa, pelo menos, era de reler alguns textos clássicos, observando exatamente como esses textos, esses intelectuais do século XIX, principalmente, [...] como eles estão produzindo uma certa concepção sobre a negritude, sobre a população indígena, eles também estão produzindo um olhar sobre si próprios, ou sobre o que é esse branco. Porque a minha ideia, apesar de a gente falar que o branco não tem raça, o branco invisibilizou-se da raça, das concepções... **O branco não se vê como uma raça, mas se vê como um sujeito universal.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*Quando eu entrei para a antropologia, eu acho que os recursos que eu tinha para discutir branquitude eram um pouco da história ao mesmo tempo. Era isso, eu não encontrei uma entrada possível [...]. **E, ao mesmo tempo, eu queria fazer um processo de rastreamento da categoria branquitude e sobre como o branco aparecia na literatura brasileira.** Então, a minha perspectiva foi muito de fazer uma certa antropologia histórica. Na verdade, na época, eu nem pensava nisso. O que surgiu da verdade do trabalho foi uma perspectiva de antropologia histórica. Onde entra a antropologia? Eu acho que o olhar sobre essas fontes e a bibliografia foi um olhar muito de inscrição da antropologia, que é meio essa ideia de... Essa concepção, por exemplo, olha, se está falando sobre o negro aqui, o foco desses textos são os negros, mas como que eu vou inverter essa lógica, ou o que eu chamo, né, enfim, até na história a gente chama de ver a contrapelo. **Eu acho que a antropologia que tem, e seguiu até na história, eu acho que é essa perspectiva de olhar para além daquilo que está explícito.** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

*Então, acho que até muita gente me fala assim, ah, **mas isso não é o trabalho da antropologia.** Pelo tipo de lugar, pela topologia histórica, fiquei com isso. Eu acho que a inspiração estava nas topologias. Eu acho que a banca não questionou tanto as perspectivas. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

Assim, apesar de ter concluído o mestrado na área da antropologia, o autor sempre teve formação interdisciplinar, na qual havia uma tendência histórica nos seus trabalhos. Podemos perceber que sua preocupação era voltada para o rastreamento da categoria de branquitude, porém, em relação à sua metodologia, a assume como herança da antropologia — a de rastrear aquilo que não está explícito. Sobre a recepção do texto, afirma que houve críticas sobre a produção da área da antropologia, o que se relaciona com a dificuldade de fazer um trabalho de campo de antropologia com brancos, sendo um pesquisador negro. Assim, a saída do pesquisador foi buscar a branquitude dentro do discurso sobre o outro.

Quando questionado sobre a percepção do campo de estudo na atualidade, Conceição refletiu acerca dos privilégios que envolvem a branquitude. A noção de privilégio é apontada pelo autor como um grande ponto de virada nos estudos sobre a branquitude, ao provocar no branco a realização de si como um sujeito detentor de privilégios materiais e simbólicos. Nesse ponto, há uma aproximação com o exposto na entrevista por Lia Vainer: ambos atribuem à branquitude a capacidade de expor que a meritocracia é baseada em uma ideia inventada para perpetuar a desigualdade racial, a corrida que os brancos correm sozinhos. Contudo, Conceição problematizou essa compreensão dos privilégios pelos brancos, que, segundo ele, pode acabar gerando apenas um discurso de como não ser antirracista e ficar no campo do discurso apenas, assemelhando-se ao exposto por Cardoso na sua entrevista. Ademais, o autor adiciona que há um limite no campo de ação de abdicação dos privilégios brancos:

*Cara, isso eu acho que é de uma riqueza, de um salto na sociedade brasileira gigantesco, que é, de fato, **o branco se colocar...** Eu acho que é, com os estudos de branquidade, possibilitarão que os brancos passassem a se ver nas relações raciais.*

*[...] Então, colocar o branco sobre a evidência fez com que o branco se movimentasse numa posição de que, olha, eu estou **ligado a essa produção da desigualdade social e racial** que tem no Brasil e isso é fundamental.* (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*Então, ele passa a ser só um discurso, mas um discurso um tanto árido. Um discurso sem um grande poder de ação na sociedade. Parece que o poder é afirmar que eu tenho um privilégio. Todo mundo, aí... A pessoa, tipo, ah, eu sei que eu sou dotado de privilégios e tudo mais, mas o que você faz com isso? **As pessoas não estão dando o segundo passo, que é uma ação prática antirracista.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*E aí é outro debate que eu acho que é difícil, que é possível em uma sociedade estruturada com racismo, com um tipo de privilégio da raça, abrir mão de privilégios, talvez em algum âmbito sim, mas nem em todos, porque é uma questão estrutural que você nem enxerga muitas vezes. **A porta se abre antes do sujeito chegar, quase.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*Eu acho que essa é a questão, a grande contribuição dos estudos, um grande ponto. colocar essa palavra na pauta da sociedade brasileira e com que as pessoas se questionam, e aí o privilégio como um questionamento da ideia de meritocracia. De que, olha, eu não estou aqui sozinho, eu venho de uma série de caminhos, de trajetórias que de alguma forma foram beneficiadas por mesmo pequenas vantagens do raciocínio brasileiro. Só que é isso, a gente está longe de que isso seja uma resposta mais estrutural, **digamos assim, ao raciocínio estrutural. Não sei se isso é possível.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Sobre essa porta que se abre antes do sujeito chegar, podemos citar como exemplo direto do nosso estudo a fala de Vainer Schucman, quando a mesma percebeu que sua racialidade impactou no modo como suas pesquisas foram aceitas, bem como pelo papel de protagonismo assumido pela pesquisadora nos estudos sobre a branquitude no Brasil. Citamos também a própria apreensão de Conceição de conseguir realizar pesquisa de campo com pessoas brancas, sendo um pesquisador negro. A porta que abre é a mesma que se fecha para o sujeito antes dele chegar. Por isso, concordamos com Dienstmann (2023) quando aproxima o racismo estrutural da branquitude estrutural: certos privilégios são impossíveis de serem abdicados dentro da estrutura do capitalismo.

Por fim, sobre as aproximações entre branquitude e História, o pesquisador informa:

*Eu acho que a Beatriz Nascimento diz que a história do nosso país foi escrita pelos brancos. Enfim, talvez o Guilherme Botão ou o Abdias também tenham explicitado algo semelhante, a Lélia também. E, portanto, é uma história, mesmo que fale de outros grupos, essa história é vista pelos brancos. [...] **Então, acho que a história sempre está um tanto... Ela é um tanto conservadora.*** (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Mas é isso, há uma total invisibilidade do tema na história. Eu não conheço, de fato, os historiadores que tenham tido como tema central o debate sobre o branquitude. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Então, eu não vejo muitos avanços no campo da história, mas eu acho que tem aí um certo conservadorismo que é próprio da disciplina histórica. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

O autor denuncia o conservadorismo da História, apontado tanto por Vainer quanto por Cardoso em suas entrevistas. Conceição afirma que existe na História o predomínio da escrita feita por pessoas brancas. Ou seja, em outras áreas tem-se o desenvolvimento do debate acerca desses temas, tem-se uma busca por atualização de acadêmicos que estão dentro das instituições e precisam se adaptar ao atual cenário de discussões que surgem na sociedade. Porém, a escolha da História, com a entrada tardia no campo de estudos sobre branquitude, tem relação com seu conservadorismo.

Ou, nos apoiando na tese de Dienstmann (2023), vemos o racismo institucional daqueles que fazem parte da História. Importante ressaltar que, aqui, como é debatido na tese de Bento (2002a), a intencionalidade da ação discriminatório não importa: o que importa são os efeitos dessas ações nas vidas das pessoas. De modo que o exemplo do curso de História e do programa em pós-graduação em História UFRGS para Dienstmann serve para muitas instituições no Brasil. Qual seja, o de existir casos de racismos no cotidiano que expõem seus alunos não brancos; de se ter profissionais que têm dificuldades para perceber seus próprios privilégios e atualizar suas epistemologias.

A partir dessa conclusão, Conceição utiliza um exemplo dentro da sua vivência como professor de História na UFSC:

Por exemplo, eu atuei como professor de História da América, na UFSC. E assim, enquanto... a antropologia, as ciências sociais, está lendo essa série de literaturas novas, ou não tão novas assim, mas que estão discutindo a história do Brasil, ou perspectiva de gênero, racismos, atualizando ou retomando intelectuais que foram deixados do nosso racismo, eu me surpreendi muito em que eu estava introduzindo boa parte desses intelectuais no curso de História. Era a primeira vez que meus alunos, muitos dos meus alunos estavam lendo Lélia Gonzalez, que, sim, a gente poderia dizer, enfim, a Lélia é uma historiadora, inclusive de formação, se não me engano. E eles nunca leram Lélia, nunca leram Beatriz do Nascimento. Então, esse olhar, boa parte da bibliografia sobre história do Brasil, história da América Latina, são histórias produzidas por brancos, numa perspectiva hegemônica disso que estamos chamando de branquitude, um olhar a partir dessa ótica, da racialidade branca, assim. Então, eu acho que hoje, ainda eu, particularmente, conheço poucos intelectuais que estão... Na verdade, sim, eu vou te falar que eu não conheço nenhum outro intelectual que seja da história que esteja trabalhando num departamento de história. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Ele fica surpreso por estar sendo a pessoa a introduzir tardiamente esses textos que problematizam questões raciais e de gênero na História do Brasil. O caso da UFSC se aproxima das conclusões de Dienstmann acerca do curso de História na UFRGS, onde há uma cota quase exclusiva para a perspectiva branca europeia da História, de modo que a literatura abordada nesses cursos privilegia completamente a epistemologia branca.

É interessante que Conceição, ainda na entrevista, citou o livro de Lilia Schwarcz (2024), e contou que, durante a época de produção da dissertação, a autora:

E também, eu me lembro da própria Lília Schwarcz, nessa época de 2017, 2018, sendo inquerida sobre os estudos de branquitude, ela dá umas respostas muito fugidias, dizendo que não via como um grande tema, como um tema importante (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

A percepção de Conceição serve como termômetro para avaliarmos o crescimento do tema dentro do campo da História e nos ajuda a entender a entrada tardia da História nesse campo. Ao mesmo tempo, o antropólogo aponta que há um grande repositório dentro da História que tornaria possível pensar a branquitude, mas que, como se tem uma hegemonia de pesquisadores brancos pensando a história no Brasil, não existe o comprometimento desses intelectuais brancos com a percepção de si, já que eles sempre apreenderam a realidade histórica a partir da noção da brancura, ou, como Conceição afirma, do véu:

A história tem um grande arsenal para discutir branquitude. Aqui nós podemos, o nosso papel é um pouco rastrear no tempo e no espaço, digamos também, né? Como essas narrativas sobre identidade branca, sobre o papel do branco na sociedade brasileira ou da ideologia da branquitude se constituem. [...] Isso é uma perspectiva histórica e é uma perspectiva hegemônica na sociedade brasileira, só que, ao mesmo tempo, ela está invisibilizada, ela está coberta por esse véu da brancura. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Então, somos nós, eu acho, que temos exatamente a capacidade de reler os textos, reler a documentação que foi produzida na formação sócio-histórica do Brasil, e olhar uma perspectiva de que, olha, aqui há uma produção de hegemonia, inclusive dos historiadores. Eu acho que olhar para a história da historiografia, de como nós, historiadores, produzimos sobre escravidão, em que perspectiva, que tipo de perspectiva hegemônica sobre a história da escravidão se hegemonizou na academia brasileira, deixando de fora uma série de intelectuais super interessantes, como Clóvis Moura, que nunca se qualificou, para adentrar para a academia, talvez não fosse também a intenção, enfim, ele tinha outras atividades importantes, jornalístico e por mais, mas como o trabalho desses Lélia Gonzales ficaram de fora de trabalhos considerados clássicos e que a gente hoje está retomando. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Sobre as dificuldades metodológicas para lidar com as fontes, Conceição afirma:

*Então, eu acho que o tipo de constituição do raciocínio brasileiro **dificultou** para quem está investigando ter essas fontes. E até porque a gente sabe que os arquivos têm intencionalidade, são carregados de intenção, de perspectivas de organização, de nomeação, do que se tem interesse e de como classificar esses arquivos. Então, os arquivos em uma sociedade hegemonicamente, com um certo olhar sobre o que é importante, onde não enxerga racismo, onde a injúria é um elemento. [...] Então, uma sociedade que não vê discriminação, que não vê racismo, não produz arquivos e fontes. A nossa função é ler a contrapelo esses arquivos, porque eles estão ali. Mas a gente vai ter muita dificuldade.* (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

Acho que a questão talvez seja, de fato, reler a historiografia brasileira a partir de um olhar sobre branquitude e reler as fontes que esses intelectuais produziram. Porque, se eles produziram um certo olhar empesado sobre as relações sociais, sobre a história do Brasil, a gente voltar nessas fontes, observando quem produziu, com qual intencionalidade produziu, quais os efeitos desse olhar sobre a sociedade brasileira, eu acho que a gente pode indicar a branquitude sendo produzida ali. (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).

*Mas eu acho que a grande questão é como a gente tá lendo esses arquivos e eu acho que apontar que a **ausência** desse... dessas informações, dessas nomeações também eu acho que são importantes, né? (Willian Luiz da Conceição). (Grifo nosso).*

O pesquisador indica que há dificuldades no trato com as fontes históricas, por causa da própria constituição da memória brasileira que não se assume enquanto sociedade racista e, ao contrário, nega esse traço em todas as suas instâncias. Desse modo, Conceição reflete que a própria produção do arquivo reside nesse patamar de buscar negar as discriminações, logo, isso produz uma dificuldade para os pesquisadores que estão em busca da branquitude no passado. Mas que um caminho possível seja, talvez, a releitura de fontes e a busca por indícios dentro daquilo que está explícito.

Buscaremos ressaltar alguns pontos da entrevista com o pesquisador por meio de um balanço geral: 1) com o relato do intelectual, foi possível reconstruir a capilarização das pesquisas de Vainer, Bento e Cardoso, em meados de 2010, e entender como estava se dando a aceitação do tema; 2) entender como foi a percepção do tema dentro da academia e do movimento negro; 3) a noção da história como conservadora, que reproduz uma lógica hegemônica; 4) a dificuldade em lidar com fontes por causa do apagamento da questão racial, em virtude da lógica do racismo no Brasil.

3.5 Lilia M. Schwarcz

A entrevista com Lilia Schwarcz ocorreu no dia quatorze de janeiro de 2025 e teve duração de aproximadamente 40 minutos. Seguindo o roteiro da entrevista, a autora afirma se autoidentificar como pessoa branca de ascendência europeia dos dois lados familiares. Ela respondeu sobre o processo de reconhecer o tema como uma problemática seguindo um caminho de longo prazo, afirmando que desde o mestrado já trabalhava com a questão racial. A intelectual revelou que acompanha a virada epistemológica de “não estudar tanto os outros, mas estudar a si mesmo” e, em adição, ao final da entrevista, ela informou que:

É um livro de vida. Porque é o seguinte, eu tinha muito receio de escrever esse livro, porque eu ia me colocar, é o livro que eu me coloco mais pessoalmente. Mas é um livro de vida, porque se você pensar, eu dou aula na Universidade de São Paulo desde 89. Desde 89 eu tenho esse curso de leitura de imagens, que foi mudando, passou por um letramento[...]. Esse foi um livro que, na verdade, quando ele saiu, era um livro que eu fazia, que eu fui fazendo, que eu fui me criticando e me reinventando também. Porque eu acho que o trabalho intelectual primeiro é sempre coletivo, como diz o Kabenguele Munanga. Não há trabalho intelectual que não seja coletivo e ele é sempre, quando você falou em revisitar, o trabalho intelectual para valer é sempre uma revisitação. Eu acho. (Lilia M. Schwarcz).

Podemos realizar uma leitura pensando que a intelectual apresenta o livro como o trabalho de uma vida inteira, que passou por um processo de revisitação pessoal, esse posicionamento é notável quando constatamos que se trata de: 1) uma intelectual influente no ramo da historiografia e fora dela; 2) de uma empresária que possui uma das editoras mais consagradas e populares no Brasil. Schwarcz afirma que o processo de longo prazo de escrever o livro surgiu de um questionamento interno como pessoa branca que se pergunta sobre o lugar de onde narra. Reflexão que começou desde a sua produção de *Lima Barreto: Triste Visionário* (2017) e na escrita e publicação de seus trabalhos acadêmicos desde 1989. Ela também adiciona o impacto de outros processos, como o trabalho de curadoria no MASP (a construção do museu como um perfil decolonial, como afirmou a entrevistada), a disciplina ministrada na USP, nomeada “Lendo Imagens”, e o grupo do qual ela faz parte, também na USP, chamado NUMAS — Núcleo dos Marcadores Sociais da Diferença.

O aprofundamento pessoal de Schwarcz não parece ser um episódio pontual dentro da historiografia, nem mesmo da academia. Como apontamos anteriormente, a exigência de uma tomada de posição política, aliada ao reconhecimento de privilégios, parece ser um fenômeno recorrente dentro do campo da branquitude, assim como em outros campos de produção do conhecimento. Essa requisição assume a categorização de “lugar de fala”, que desde meados dos anos 2015 adquiriu cada vez mais visibilidade e se consolidou, em 2017, com a publicação do livro de Djamila Ribeiro, intitulado *O que é lugar de fala?*.

Esse livro nos ajuda a posicionar o conceito dentro de um espectro maior de forças que povoam o debate intelectual. Já na apresentação do livro, é notável o interesse em transformar o tema em algo que alcance o grande público de maneira didática e acessível (Ribeiro, 2019, p. 9). Intuito semelhante àquele que presumimos ser o da publicação do livro *O pacto da branquitude* (2022). Isto é, introduzir para mais pessoas, que não estejam na academia, o debate atual de uma maneira que seja facilmente absorvível, como já citado anteriormente. O debate se inicia dentro do campo do Feminismo Negro, da Teoria Crítica Racial e do Decolonialismo, de modo que a reflexão se baseia na estruturação da realidade a partir de forças que oprimem e daquelas que são oprimidas. Ou, dito de forma resumida: aqueles que detêm lugar para ecoar seus discursos e aqueles que são impedidos pela estrutura de terem suas vozes ecoadas na mesma medida.

A relação do conceito “lugar de fala” com a fala da entrevistada se insere nesse debate sobre a questão da responsabilização, isto é, a percepção de si mesmo como alguém que conserva privilégios garantidos pela estrutura que beneficia alguns enquanto outros são penalizados pela mesma estrutura. De modo que é necessário que o sujeito se implique dentro

do seu discurso, se colocando nas dinâmicas de poder — o que não é uma novidade do conceito em si, mas a nova roupagem de um debate já dado no campo do pós-estruturalismo (Foucault, 1999). O que entra em jogo, aqui, é a chamada neutralidade: o que antes era um pressuposto do fazer científico, agora questiona o véu que colocava essa ciência como universal. Assim, nessa parte da entrevista, e em outros momentos, como também no seu livro (Schwarcz, 2024), a intelectual insere seu posicionamento político e social. Quando ela afirma, nessa parte e em outros momentos da entrevista, que “[...] questiona o seu ponto de vista, o lugar de onde você narra. Ou seja, não faz só uma reflexão teórica, mas passa a fazer essa reflexão incidir na sua própria pesquisa.”

Esse posicionamento toma uma proporção histórica em outra fala da pesquisadora, quando insere sua produção dentro de uma perspectiva global.

Então, acho que esse é um espaço importante e eu devo te dizer, como você quer que a gente traga a entrevista para o presente, daqui a pouco, no dia 20 de janeiro, teremos a posse de Donald Trump, um presidente muito racista, muito misógino, muito contra imigrantes (seja lá quem ele chama de imigrante, porque ele também é um imigrante) mas, enfim, eu temo, eu e uma série de pessoas temos temido um certo backlash, ou seja, um certo retrocesso nessa pauta. O que seria muito ruim, porque quer me parecer que a evidência desses teóricos e a evidência do conceito de branquitude tem a ver com um movimento de reivindicações do movimento negro (um movimento político muito importante) e que eu temo que a gente vá conhecer uma virada, uma virada não só nacional, como internacional. A gente viu agora as declarações do proprietário da Meta, e justamente vão incidir sobre questões de diversidade, que eram questões que estavam muito em pauta, que estavam tensionando as empresas privadas, as empresas públicas, as políticas de Estado e as políticas mais privadas... e vamos ver o que vai acontecer. Mas eu acho que a evidência do conceito de branquitude tem a ver com a conquista de espaço para as políticas de diversidade no clube. (Lília M. Schwarcz)

Desde meados dos anos 2015, é notável o crescimento da extrema direita no mundo, assim como a polarização mundial. Não é segredo, muito menos uma questão não publicizada, o viés discriminatório da extrema direita; e o seu crescimento impacta os estudos acadêmicos em todo o mundo, seja através de ataques diretos, seja por meio da deslegitimação do debate.

Autores das ciências sociais apontam para a necessidade do entrelaçamento de pesquisadores que se aprofundam sobre a temática das relações étnico-raciais para a compreensão do fenômeno do expansionismo da extrema direita. Ampliar a exclusividade desse ramo, para além daqueles especialistas, se baseia nas conexões que existem do crescimento desse polo com a questão racial em todo o mundo. O ponto central para a nossa análise é a especificidade do caso brasileiro, que se apresenta como de difícil compreensão e comparação com os outros casos nacionais.

Os autores em questão, Rebecca Lemos e Camilo Negri, em artigo publicado em 2020 (p. 13), afirmam que o processo de negação do outro pela extrema-direita tem como base o contexto global de afirmação de políticas públicas com fundamentação étnico-cultural, a partir dos anos 90. O artigo em questão compara o processo brasileiro com o de outros países, e o que levantamos é a singularidade brasileira para compreender a questão do multiculturalismo e do avanço neoliberal.

O ponto que inserimos no debate sobre a branquitude, apontado pela nossa intelectual entrevistada, é o seguinte: de que modo o avanço no debate sobre pauta identitária pode estar sofrendo um retrocesso relacionando com o avançar da extrema-direita? O que a autora percebe, do momento atual, é que a branquitude aparece como um ponto de não retorno do debate, haja visto que está relacionado com reivindicações do movimento negro de requisição de mais espaço em locais de poder. Ao nosso ver, o entrelaçamento dos fenômenos históricos atuais, de avanço da extrema-direita e recuo da esquerda e da ampliação dos estudos sobre a branquitude no Brasil, tem mais pontos de encontros.

Como debatido anteriormente na entrevista de Schucman, o avançar dos ataques aos estudos que detêm viés crítico das relações raciais, e que às relacionam com a questão de classe, está diretamente relacionado à reorganização da extrema-direita e do grupo social que podemos chamar de supremacia branca. O desmembramento da pauta da esquerda, para englobar outros pontos para além da questão de classe, aliado a outros fatores econômicos e sociais, criou um espaço propício para a organização de grupos que se sentiram lesados com a conquista de direitos de grupos minorizados. A organização da supremacia branca é global e intencional, e como Cida Bento (2024) afirma, não é como se eles se organizassem para fazer uma reunião de noite, mas é como se assim o fosse.

Ainda sobre o avançar do campo da branquitude no Brasil, Lilia Schwarcz comentou sobre o pioneirismo da psicologia, atentando para ser o “assento da clínica para refletir sobre um país de maioria negra”. A intelectual, durante diversas partes das entrevistas, apontou os nomes dos pesquisadores da branquitude já citados: Cida Bento, Edith Piza, Lia Vainer Schucman, Lourenço Cardoso, Guerreiros Ramos, etc., afirmando que a percepção da branquitude enquanto tema demorou para chegar no Brasil, comparando com a produção estadunidense. Apontando para a questão da produção historiográfica sobre branquitude, ela afirma que:

Eu diria que é mais aqui no Brasil e acho que a gente tem que juntar com os estudos de colonialidade e de coloniais. Eu acho que a historiografia foi mais refratária a entrada desses estudos. Eu penso que a história, todas as nossas

disciplinas, mas a história é um braço importante do imperialismo e do eurocentrismo [...]. (Lília M. Schwarcz)

E se nós pensarmos na história, na história enquanto disciplina, ela também se forma, vira uma episteme no final do XIX e muito pautada por um modelo europeu e eurocêntrico de produzir história. Tanto que até pouco tempo nós chamávamos de história universal, o que era uma história exclusivamente europeia, no máximo norte-americana. (Lília M. Schwarcz)

Nesse primeiro ponto, assim como todos os nossos outros entrevistados, a pesquisadora apontou como característica primordial da História a produção imperialista e eurocêntrica. Desse modo, a percepção da História como sendo conservadora não foge da regra que vimos nos outros entrevistados, assim como a percepção da dificuldade da historiografia em lidar com o tema da decolonialidade. No trecho a seguir, a autora formula uma hipótese para o crescimento da pesquisa sobre outras populações, que não apenas a branca:

Então acho que essa entrada, e eu penso que políticas de cotas que abriram as universidades muito mais para outras populações, tiveram um papel fundamental para que intelectuais negros chegassem não só ao mestrado, ao doutorado, mas chegassem as posições de docência e de pesquisa, e que vem revolucionando a nossa historiografia no que ela tem de mais básico, mais estrutural, que é uma historiografia eminentemente branca, sudestina, palaciana e masculina. Então, eu acho que essas são mudanças bem-fazejas e mudanças que demoraram na história. Impressionante. (Lília M. Schwarcz)

Assim como o eurocentrismo histórico, a questão das cotas é apontada na entrevista de Schwarcz. Outros entrevistados trazem esse ponto, o que podemos relacionar também com as dissertações e teses analisadas no capítulo anterior. A lei de cotas, assim como as leis 10.639/03 e 11.645/08, alteraram o perfil das universidades brasileiras, não apenas no seu perfil demográfico, mas também na composição do pensamento brasileiro, o tornando mais plural. De modo que é preciso ressaltar que a temática da branquitude, como apontado por Lourenço Cardoso, é uma demanda que surge a partir do movimento negro, ou seja, uma reivindicação que se apresenta e se legitima com a entrada dessas pessoas na academia, mas que ressoa apenas anos mais tarde. Como a própria entrevistada traz em momentos anteriores, se pensarmos a publicação de Ramos, que foi em 1957 e Cida Bento que defendeu sua tese em 2002, observamos como o atraso é de mais de cinquenta anos.

Reforçando a conexão já realizada por Gabriel Dienstmann (2023), há um entrelaçamento com a maior entrada de pessoas não brancas no ensino superior e, na mesma medida, o questionamento sobre pautas chamadas universais, ou, dito de outro modo, pautas brancas. Lembremos quando o citado autor apontou a decisão de um aluno indígena de abandonar o curso de História por não se perceber dentro do currículo; ou quando, utilizando

o caso da UFRGS, informou que, apesar da alta entrada de alunos indígenas no curso, nenhum se formou (Dienstmann, 2023, p. 239).

Podemos recorrer à tese de Geni Núñez (2022, p. 83), na qual ela afirma que a entrada indígena na universidade é um marco para a produção de outras epistemologias, o que provoca impactos na própria estrutura da academia — inclusive provocando a visão que se há da branquitude, de como esse conceito é construído. Núñez critica a percepção dos estudos da branquitude que separam a condição de pele branca da branquitude; na visão guarani, por exemplo, a percepção de branquitude é muito mais centrada no modo de vida colonial, isto é, no modo de pensar da branquitude (Núñez, 2022, p. 90).

Em seguida, Lilia Schwarcz tece uma análise sobre o pioneirismo da psicologia:

Talvez porque a psicologia já lidava com o tema há mais tempo, na clínica, no cotidiano. Talvez porque a antropologia do Brasil foi, como diz a Manuela Carneiro da Cunha, era uma antropologia do Brasil e sobre o Brasil, no Brasil e do Brasil. E a questão negra no Brasil é uma questão incontornável, é a grande contradição da sociedade brasileira. Talvez por isso a antropologia já lidava com esses temas há um tempo maior. E a historiografia vai entrando, ou seja, vai se abrindo para essas questões muito recentemente. (Lilia M. Schwarcz)

É interessante pensar sobre a psicologia a partir da clínica, como Schwarcz aponta, tendo em vista o pioneirismo da psicologia nos estudos sobre a branquitude no Brasil. Contudo, ressaltamos que Bento, por exemplo, escreveu a partir da experiência como recrutadora de RH, que não deixa de ser um ramo mais aplicado da psicologia clínica, mas que diverge da análise isolada de indivíduos. Contudo, como foi explorado por Schucman, ela afirma que o interesse prioritário da psicologia é a subjetividade: e por esse viés a entrevistada tece uma análise do protagonismo desse ramo nos estudos sobre a branquitude no país.

Sobre o posicionamento no debate das abordagens e a questão da inserção no campo das relações raciais, Lilia Schwarcz afirma que insere dentro do campo dos estudos sobre os marcadores sociais da diferença; e que, a partir das diversas abordagens sobre a branquitude, é possível trabalhar o tema a partir de diversos pontos que ajudam na construção do conceito. Ao ser questionada sobre a legitimidade de falar sobre a branquitude enquanto mulher branca, respondeu:

Eu acho que é como eu falei para você, é isso que eu estou mais legitimada, porque eu estou falando de um espaço de produção da branquitude. Tudo aqui no meu livro, a não ser os artistas negros que aparecem com a permissão deles (isso é muito importante) [utilizados] para inverter as imagens da branquitude, tudo aqui no meu livro são imagens da branquitude, portanto, produzidas por pessoas brancas. Então, eu estou falando de discursos de pessoas brancas, como eu, da produção imagética feita por artistas, homens, mulheres, brancos. Então, eu acho que eu estou falando no meu lugar de produção. Pelo menos é assim que eu vejo. (Lilia M. Schwarcz)

Assim, observamos que a autora se sente legitimada para falar sobre a branquitude, pois se encontra no seu lugar de fala. O posicionamento não é algo muito comum dentro dos estudos sobre a branquitude, haja visto aqueles tomados por Lia Vainer e Gabriel Dienstmann; os posicionamentos desses intelectuais, quando levantados sobre a sua legitimidade, buscaram atrelar uma justificativa na luta antirracista e no posicionamento do branco como produtor e protagonista das desigualdades estruturais. O posicionamento de Schwarcz conserva esses elementos em outros trechos da entrevista, mas a escolha de se apoiar no “lugar de fala”, é algo que aparece pouco nos outros intelectuais.

Pensando enquanto uma pessoa branca que pesquisa branquitude, é necessário refletir sobre como o campo está sendo construído e ter cautela ao assumir alguns discursos. É preciso valorizar o papel do movimento na construção do debate sobre a branquitude (refletido no trabalho de Ramos e de Bento), como também entender que os tensionamentos frutos da inserção da branquitude no campo das relações raciais são os resultados de problemas estruturais que se refletem em problemáticas no cotidiano da população brasileira. Logo, faz-se necessário entender que o questionamento da legitimidade parte de uma desconfiança sobre a intencionalidade do campo e qual o seu objetivo com as pesquisas. É preciso destacar que a finalidade do campo deve estar aliado com a perspectiva antirracista e crítica à estrutura capitalista.

Ademais, ao responder sobre a dificuldade para lidar com fontes que abordam a branquitude, Schwarcz apresenta a perspectiva de revisitar fontes consolidadas e canonizadas da historiografia, de modo que se torne evidente para o leitor a questão de como o olhar é moldado culturalmente. Ela afirma, por exemplo:

Mas enxergar é uma opção cultural. Eu me pauto muito num antropólogo alemão, radicado nos Estados Unidos, chamado Franz Boas, que tem a seguinte frase: o olho que vê é órgão da tradição. Então nós costumamos pensar que a gente consegue ver livremente, mas a gente não vê livremente, a gente não enxerga livremente. porque a gente enxerga a partir das lentes corretoras da cultura, que são lentes corretoras muito poderosas, que produzem uma miopia cultural muito grande, uma cegueira cultural. Então, a primeira etapa foi rever obras por demais vistas, mas que talvez as pessoas não vejam. (Lília M. Schwarcz)

Desse modo, a intelectual buscou a releitura de imagens consagradas, aliando-a à perspectiva trazida pelos estudos da branquitude, estudos decoloniais e pela historiografia negra. O processo de revisitação apareceu em outros entrevistados como solução para a dificuldade historiográfica de lidar com as fontes e serve, de modo ilustrativo, para futuros(as) historiadores(as) que pesquisarão o tema.

Como também encaminha a perspectiva que querem os estudos sobre a branquitude, a de colocar em debate o discurso universalizador. Isto é, a característica dos estudos sobre a

branquitude, e de todos àqueles de que é devedor, é o questionamento daquilo que é dado como certo e/ou verdadeiro e das perspectivas consagradas na academia. Por fim, o entrecruzamento com outras metodologias, no caso de Schwarcz, da antropologia e da história da arte, é algo comum dentro da historiografia desde os Annales.

Buscaremos ressaltar alguns pontos da entrevista com a historiadora por meio de um balanço geral: 1) o caráter de longo prazo que a autora apresenta para o seu estudo sobre a branquitude, o retratando até o começo da sua pesquisa sobre raça no Brasil e apontando quais pontos específicos da sua pesquisa a levaram até esse momento; 2) o posicionamento de legitimidade no qual a autora se coloca, enquanto pesquisadora branca sobre o tema; 3) a importância do trabalho da autora dentro do campo historiográfico e do campo de estudos sobre a branquitude, dando a amplitude que o seu trabalho detém; 4) a crítica à História como perpetuadora de uma matriz eurocêntrica; 5) por fim, a questão de mostrar caminhos para revisitar fontes para trabalhar a branquitude no Brasil e na historiografia.

3.6 Marcus Vinícius Freitas Rosa

A entrevista com Marcus Rosa ocorreu no dia dezenove de março de 2025 e teve duração de pouco mais de uma hora. Ele se autodeclarou preto e abordou o processo de reconhecimento da branquitude como tema de pesquisa. Rosa afirmou que desde sua pesquisa de doutorado, na qual abordou a invisibilidade da população negra no RS, e evidenciou a inspiração nas obras E. P. Thompson, sobretudo da perspectiva relacional e processual do autor, que impactou sua visão sobre as relações raciais.

Desse modo, para Rosa, o que se constituiu como pergunta foi: quem era esse outro do campo nomeado das relações raciais. Percebendo, a partir do seu estudo de caso do Rio Grande do Sul, que muito foi pesquisado sobre o branco a partir de uma perspectiva étnica, mas nada havia sido feito partindo de uma perspectiva racial:

E sempre me incomodou muito que os estudos de relações raciais no Brasil não radicalizassem a perspectiva relacional, que era algo que eu trazia lá das discussões da história social mais clássica, a história social de inspiração thompsoniana, com ênfase sobre a ação do sujeito, e que olhava para o critério classe para uma perspectiva relacional. (Marcus V. F. Rosa)

Além disso, o autor comentou como os cursos de formação que ele ministrava impactaram na sua visão. Quando em contato com outras pessoas, Rosa percebia a limitação de algumas teorias dentro do universo gaúcho, como por exemplo a penetrabilidade que as teorias de branqueamento tinham dentro dos imigrantes europeus que chegaram no Brasil. A partir do contato com a prática, o autor começou a refletir sobre a teoria.

O autor afirmou que, por parte dos seus alunos e orientandos, há uma dificuldade de trabalhar o tema a partir de uma análise que focaliza nos brancos e os coloca no centro, sendo tendência inclinar as pesquisas para a análise dos negros. Além disso, o pesquisador percebeu uma resistência e uma constante necessidade de estar se justificando, como também explicando dois fatores: a diferença entre branquitude e branqueamento; e a concepção binária das relações étnico-raciais no Brasil, com os polos branco e negro.

Temos que pensar uma perspectiva relacional, a identidade branca tem uma história de longa duração, mas as pessoas pensam sempre que essa identidade se construiu unicamente e exclusivamente por oposição aos negros, porque estão acostumados com essa concepção. (Marcus V. F. Rosa)

A questão central na entrevista do autor, a construção do campo das relações raciais, também aparece nos outros intelectuais entrevistados e nas pesquisas aqui ressaltadas. Em vários momentos da entrevista Rosa aponta o déficit do modo de funcionamento do campo das relações raciais — inclusive, ele apontará a necessidade de uma radicalização desse campo. Já em Guerreiro Ramos percebemos que há uma crítica para a produção acadêmica daquele momento de produção, nos anos 1950, que se centralizava as relações raciais unicamente na problematização do sujeito negro. Ademais, os outros entrevistados também apontam para esse déficit, enfatizando a importância dos estudos sobre a branquitude para preencher essa ausência.

Em outro momento da entrevista, quando abordou as dificuldades que teve para desenvolver o tema, o intelectual informa que teve uma demora para ter artigos aceitos em revistas e que era pedido que ele se voltasse a produções que versava sobre as relações raciais focalizando nos negros.

Talvez eles tenham uma resistência maior, mas a resistência é nesse sentido, é na temática, de você se consolidar, conseguir colocar esse debate no interior do campo historiográfico. É uma resistência muito forte. Os meus colegas meus aqui no programa de pós-graduação dizem que não existe campo de estudos da branquitude, isso não existe, a invenção não tá na cabeça. Eles dizem isso. Então assim, isso cria resistência, porque se uma pessoa que pensa assim, tá numa revista, ela vai avaliar um capítulo, ela vai avaliar um livro, ela acha que isso é uma grande bobagem, A pessoa que está lá submetendo o estudo, que passou 10 anos estudando, essa pessoa não vai ter o mesmo espaço de uma outra pessoa que aborda a temática tradicionalmente, que aborda a temática de um modo tradicional, você entende? (Marcus V. F. Rosa)

Vamos pensar que estamos entrevistando um único historiador, que exerce uma função em um departamento de história de uma universidade federal no Brasil, que está abordando a temática da branquitude e tomando esse campo como prioridade na sua produção acadêmica. Então, quando Rosa afirma que existe uma resistência para se consolidar, ele está afirmando

que, na historiografia brasileira, tem-se dificuldades para o campo de estudos da branquitude se consolidar.

Além disso, a caracterização como “bobagem” ou como algo que “não existe” por seus pares qualifica (ou desqualifica) o estado atual do estudo sobre a branquitude no Brasil pela historiografia. Segundo Rosa, isso não se trata de uma questão de legitimidade: mas de “hábito e de costume”, já que se tornou comum aprender a falar de raça e de racismo a partir de uma determinada forma, que é focada no binarismo e nos negros.

É oportuno abordar como o autor observa o atraso da historiografia em estudar a branquitude, para que seja possível analisar a desqualificação do campo por seus pares. Assim, quando foi questionado sobre o atraso, o autor abordou a questão da evasão indígena do curso de história na UFRGS (como já havíamos mencionado no capítulo sobre a tese de Dienstmann e na sessão anterior da entrevista de Schwarcz). Ele também oferece algumas hipóteses para explicar o atraso:

A primeira, diz respeito à concepção de temporalidade eurocêntrica. Aspecto já ressaltado por outros entrevistados, como também abordado em muitas das teses e dissertações.

[...] essa formação dos historiadores é muito eurocêntrica. E ao mesmo tempo em que ela é eurocêntrica e que ela reconhece a Europa, reconhece os referenciais, os conceitos, os autores europeus, [a História] não problematiza isso. Por que um autor europeu é reconhecido sempre como autoridade? (Marcus V. F. Rosa)

Segundo, argumenta que os historiadores são resistentes à inovação e conservadores; o conservadorismo histórico foi explicitado de algum modo por todos os nossos entrevistados, apontando um senso comum sobre aqueles que produzem a historiografia no Brasil.

Estou tentando entender por que o indígena não fica aqui [na graduação em História da UFRGS]. Então, tem algo para eles de muito violento e de muito resistente a outras concepções que não sejam aquelas concepções tradicionais de tempo que os historiadores [europeus] impuseram. Os historiadores são muito resistentes à inovação. Os historiadores são muito conservadores nesse sentido. (Marcus V. F. Rosa)

Em seguida, menciona a formação marxista dos historiadores, que cria uma resistência em aceitar que existem outras formas de desigualdade que não a de classe.

Os historiadores sempre tiveram resistência ao debate racial, porque os historiadores têm uma formação que ainda é, até hoje, uma formação que segue uma tradição, vamos dizer assim, marxista. em que o reconhecimento das desigualdades de classe é predominante. Então qualquer debate racial, seja aquele que coloca os negros no campeonato, seja aquele que coloca os indígenas ou que coloca os brancos, vai encontrar resistência. Porque mostra que existem outras formas de construção de desigualdade para além das desigualdades de classe. (Marcus V. F. Rosa)

Por fim, Rosa indica que a historiografia é dominada por pessoas brancas que se sentem “ofendidas” quando têm seus privilégios apontados.

E a última questão pela qual eu acho que a historiografia é resistente é o fato de que o campo de branquitude veio problematizar o que significa ser branco. E eu acho que aí, sem dúvida, são pessoas brancas que dominam o campo historiográfico. São pessoas brancas, os grandes autores, os historiadores com prestígio, os historiadores com reconhecimento público, os historiadores com reconhecimento dentro da academia e fora da academia, são majoritariamente pessoas brancas. E eu acho que essas pessoas brancas, elas se sentem, às vezes, pessoalmente ofendidas quando a gente diz: “olha, vocês, brancos, precisam valer isso por serem brancos, vocês têm privilégio, privilégio no sentido de que vocês recebem um tratamento que os negros não recebem.” (Marcus V. F. Rosa)

A teia tecida pelo nosso entrevistado serve de fio condutor para entrelaçar alguns dos argumentos que foram elaborados no decorrer dessa pesquisa. Começamos com o fato de que a produção historiográfica sobre a branquitude é incipiente, algo que destacamos desde o primeiro capítulo com o quantitativo de produções. A pergunta que nos guiou foi a razão desse atraso e dessa resistência. Uma das nossas principais respostas é que a historiografia tem uma natureza eurocêntrica na sua epistemologia, na sua metodologia e no seu paradigma. Essa característica apareceu em todas as fontes consultadas, tanto nas produções acadêmicas, de quantitativo reduzido, quanto no discurso dos nossos agentes sociais.

Problematizando as fontes, observamos que se trata de pessoas que estão na linha de frente de um campo que não está bem aceito dentro da academia: logo, poderíamos afirmar que elas estão criando uma narrativa para se beneficiar. Porém, precisamos ressaltar que a crítica aos estudos sobre a branquitude não é novidade, e os estudos decoloniais já se apresentaram com essa crítica. Ana Carolina Barbosa Pereira, professora da cadeira Teoria e Metodologia da História na UFBA, publicou, em 2018, um artigo sobre a geopolítica da produção intelectual e o foco da produção teórica historiográfica em se apoiar em autores europeus e estadunidenses. Ela analisou uma série de livros introdutórios de Teoria da História e apresentou que boa parte dessas produções seguem a mesma linha de abordagem desses autores, sem questionar seus lugares de enunciação e sem fazer alusão ao papel dessas obras no contexto imperialistas dessas nações (Pereira, 2018, p. 100-101).

A dificuldade de quebrar a hegemonia das produções eurocêntricas, ou até mesmo de questionar, não é algo comum apenas para os estudos sobre a branquitude. A questão que se apresenta, e que o entrevistado evidenciou, é que ao trazer a branquitude e o questionamento dos privilégios, atinge-se diretamente aqueles que produzem a hegemonia na historiografia brasileira — que irão intitular esses estudos como “bobagem”, já que isso questiona a posição de poder que eles assumem ou demanda que tomem responsabilidade por seus privilégios.

E, nesse ponto, faz-se uma ressalva importante. Os estudos sobre a branquitude têm um viés estrutural, isto é, as ações dos indivíduos são importantes, mas o que centraliza a crítica são as estruturas e os locais de poder. Desse modo, o que se pretende com a crítica é propor o questionamento da ordem que garante privilégios para alguns e prejudica outros, como também, pensar que outro ordenamento é necessário. Por fim, para fechar esse parêntesis, a dificuldade de reconhecer as desigualdades raciais não é algo novo para o campo das relações raciais, mas é algo característico do modo de funcionamento da historiografia brasileira.

Dando continuidade a entrevista, Rosa analisou que há uma disputa sobre a definição do conceito de branquitude e não afirma que há um consenso. Também apresentou que o debate se tornou público, principalmente nas redes sociais. E concluiu sobre as limitações e inovações que:

A gente continua muito apegado a uma concepção binária de relações étnico-raciais que está se demonstrando bem problemática. E a gente continua muito apegado à ideia de só colocar os negros no centro da análise racial. A gente não faz isso nem com os brancos, nem com os indígenas. (Marcus V. F. Rosa)

A branquitude como debate público foi apresentado principalmente com os resultados encontrados na tese de Larissa Freitas (2020), quando abordou, a partir das redes sociais, a repercussão que o tema tomou com o protagonismo de ativistas negras. Como também é preciso refletir sobre a rapidez com que o tema se tornou reconhecido por pessoas de fora da academia, pois isso afeta o modo como ocorre o processo de debate. Na internet, a discussão ocorre normalmente nas redes sociais e nos antigos *blogs* (plataforma que entrou em desuso com o crescimento das redes sociais), em um formato cuja função não é teorizar ou construir categorias de análise de fenômenos da realidade brasileira, pelo menos não de maneira aprofundada.

Em seguida, ao refletir sobre o debate acadêmico sobre a branquitude no Brasil, Rosa afirmou que ainda observa uma discussão muito “pobre”, isto é, ainda marcada pelos mesmos autores de quando ele começou a pesquisa, e afirmou existir um padrão de revisão bibliográfica: “a bibliografia brasileira não está discutindo com a bibliografia norte-americana”. Assim, o intelectual informa a dificuldade que isso cria:

E o problema daí é que a capacidade de criticar os brancos, de atribuir adjetivos para eles desqualificando, dizendo que os brancos são racistas, que os brancos são colonizadores, que os brancos são privilegiados, a capacidade de atribuir adjetivos críticos aos brancos é muito maior que a capacidade de fazer análise. Isso é gritante no campo de estudos. Então, tem uma dificuldade metodológica de colocar os brancos no centro da análise e tem uma capacidade metodológica de aprofundar a análise para além da mera classificação dos brancos como racistas. A gente ainda não conseguiu discutir teoricamente e dar corpo teórico para o conceito de

privilegio racial branco. Ninguém fez isso ainda. Estamos devendo esse debate teórico. O conceito de racismo demorou décadas para se tornar um referencial teórico como é agora. (Marcus V. F. Rosa)

Os autores citados pelo entrevistado seguem a mesma trilha que foi apontada no capítulo anterior daquelas que são feitas nas dissertações e teses historiográficas, de percorrer de Ramos até os autores estrangeiros, como DuBois, Memmi e Fanon, seguindo para a produção nacional, com Bento, Schucman e Cardoso. O que o autor aponta é que é essa pobreza de articulação teórica que impede o campo de criar autonomia, tendo em vista as suas dificuldades teóricas.

A ausência de um debate acadêmico com as produções historiográficas estadunidenses aparece na fonte; e cruzando informações com as analisadas no capítulo anterior, sobre as teses e dissertações historiográficas que versam sobre branquitude, vemos que não constam citações de autores como Roediger (2007), Ignatiev (2015) ou Allen (1994), por exemplo. Com exceção do livro *Branquidade* (2014), que conta com textos de pesquisadores estadunidenses, não há um debate aprofundado com a discussão estadunidense. Uma explicação que nos auxilia é a ausência de tradução desses livros, alguns deles publicados há mais de 30 anos.

Isso retoma um ponto anterior: se esses livros não foram traduzidos é porque não havia um mercado editorial interessado na sua publicação, visto que não havia um grande público consumidor que reconhecesse essa temática como interessante. Como destacamos na entrevista anterior, essa perspectiva está em mudança e cada vez mais os estudos sobre branquitude tomam espaço nas livrarias. Porém, a questão que permanece é se essa mudança está atingindo de algum modo a historiografia. Com o crescimento que tivemos nos últimos dez anos, observamos que a temática está recebendo um certo nível de atenção por seus pares.

A questão que se impõe dentro do campo em construção é a ausência de um debate teórico mais volumoso que se proponha a discutir categorias essenciais para o campo, tais como a noção de privilégio branco e a própria noção de branquitude, que sofre com a lacuna de uma conceituação aprofundada. Assim como é perceptível a ausência de discussão com os outros estudos que são feitos dentro do campo das relações raciais, e com debates de outras linhas de pensamento e conceitos, como poder, pensando em uma linha foucaultiana, ou classe, pensando em uma linha marxista.

Estamos abordando a produção historiográfica e o modo como ela está se apropriando da temática e a tentativa de criar um campo de estudo sobre a branquitude na historiografia. Assim, quando estamos enfatizando a ausência de uma discussão teórica mais aprofundada, apontamos a dificuldade metodológica de oferecer um corpo mais denso para a discussão. Há

uma lacuna que se expressa em uma dificuldade prática para se consolidar dentro da área, para além, importante ser ressaltado, das consequências políticas de se apontar os efeitos da reprodução da estrutura racista.

Daremos um exemplo. Se não há consenso sobre a conceituação do que é branquitude, e essa palavra passa englobar fenômenos, estruturas e identidades, como será feita a aplicação da categoria para a fonte histórica analisada? A teorização se apresenta como necessária, desde que parta da prática. Isto é, é preciso construir o conceito de branquitude a partir da realidade brasileira.

Encaminhando para outros posicionamentos de Marcos Rosa na entrevista, temos alguns pontos importante para destacar:

Se a gente tiver uma concepção ampla de relações raciais e radicalizar, que a gente precisa entender efetivamente os grupos sociais e como eles se relacionam e entender com o mesmo esforço de pesquisa, dar a todos os grupos, aos brancos, aos negros e aos indígenas, o mesmo esforço de compreendê-los a partir do critério racial, e se a gente chamar isso de relações raciais, então sim, o campo de estudos faz parte das relações raciais. Mas agora, se a gente continuar aplicando aquela concepção clássica de que relações raciais é colocar os negros no centro da análise e tomar os negros como objeto de estudo, não. O campo de estudos é outro campo, é diferente. É diferente. (Marcus V. F. Rosa)

Esse ponto, já abordado anteriormente, foi enfatizado em diversos momentos da entrevista. O intelectual argumenta que para haver a inserção dentro do campo das relações raciais, é preciso haver a análise de outros grupos étnico-raciais que não apenas o negro. A crítica de Rosa visa, inclusive, refletir se há cabimento nos estudos sobre a branquitude dentro do campo das relações raciais, haja visto seu déficit em captar outras problemática para além do negro. Ramos já havia exposto essa lacuna do campo das relações raciais. Além dele, a produção de Fanon já apontava esse problema, ao refletir sobre como sujeitos brancos também são atingidos pelo mesmo processo que racializa o Outro; Fanon indica que o processo que desumaniza os negros, é o mesmo processo que desumaniza os brancos, haja vista que a violência atinge os dois polos de maneiras distintas.

Deivison Faustino (2023), pesquisador de Franz Fanon, entrelaçou sua pesquisa com o campo da branquitude numa série de entrevistas organizadas por Schucman e o Instituto Ibirapitanga, onde refletiu que o processo, iniciado em meados do século XV, que transforma os sujeitos não brancos em monstros para justificar o processo de colonização, e as violências decorrentes desse processo, é o mesmo “monstrifica” os brancos. Pois, não é possível que no processo que justificou a morte do outro pela desumanização, não se projete naquele que desumaniza o mesmo processo.

Em seguida, o intelectual reflete sobre o seu posicionamento:

Então, como eu me posiciono nesse debate? Eu continuo apegado às concepções, vamos dizer assim, clássicas da história social. A gente tem que olhar para o processo. Então eu acho que, se eu tiver que me posicionar no debate, eu não estou preocupado somente com a branquitude no presente, mas com o processo histórico de formação da branquitude, o que já me dá um distanciamento bastante grande em relação aos estudos de branquitude no Brasil que estão muito focados no branco contemporâneo. Politicamente é importante. Sem dúvida. Mas essa identidade branca que a gente tem hoje não nasceu do dia para a noite. Ela é resultado de processos históricos muito antigos. E ela tem experiências que a gente não imagina. A pesquisa histórica revela muita coisa para a gente. (Marcus V. F. Rosa)

Rosa se insere numa produção que busca historicizar a categoria “branco”. Isto é, compreender como se deu a formação da identidade branca, focalizando em seus processos outros grupos, mas mantendo como foco de análise o sujeito branco. Como, por exemplo, ele cita o artigo, que segundo ele é o de melhor repercussão, sobre a existência de escravos brancos e como isso era visto pela população (Rosa, 2021). A partir dessa produção, e lidando com algumas demandas do campo, como por exemplo, a aplicação do que é branquitude dentro da produção de Rosa e da produção de Schwarcz, iremos abordar a branquitude como a identidade branca no Brasil. Se sim, como pensar essa dinâmica dentro de outras questões que o campo produz — seja as noções de privilégio, seja as noções de poder e estrutura que o conceito parece carregar.

Ambos os historiadores carregam em suas obras a intencionalidade de analisar a branquitude e têm em comum o fato de trabalharem em relação, isto é, por meio da relação do grupo branco com os outros grupos não brancos, ressaltando os componentes que estruturam o primeiro. Isso se relaciona com outro ponto colocado por Rosa, que iremos utilizar para entrelaçar um fio:

E outra questão que eu acho, que eu me posiciono muito no debate, eu acho que a gente faz uma concepção, a gente tem uma concepção do que significa identidade branca, que é uma concepção muito caricatural. A gente imagina que todo branco é rico, poderoso e com muito prestígio, mas não é. Nós temos distinções dentro da branquitude. Eu acho que assim é uma forma de me posicionar no debate e falar coisas que são polêmicas, que podem gerar desentendimentos entre os pares. A branquitude não é um bloco monolítico. (Marcus V. F. Rosa)

A gente faz uma caricatura, essa caricatura que os movimentos sociais e que boa parte dos estudos sobre branquitude reproduzem, que é essa ideia de que todo branco é rico, poderoso, tem riqueza, tem retenção de poder político e tem prestígio, reconhecimento social, essa ideia é uma caricatura a respeito dos brancos. (Marcus V. F. Rosa)

A generalização é um perigo para qualquer forma de produzir uma análise. A questão da branquitude se apresenta como polêmica, como afirma o entrevistado, principalmente por causa do perfil político que o conceito carrega na contemporaneidade. Apesar de todos os conceitos conservarem vieses políticos, argumentamos que a branquitude tem uma trajetória

atrelada ao movimento negro e ao movimento antirracista; ele surge com o intuito de ser a denúncia de uma estrutura de concessão de privilégios para um certo grupo.

Logo, compreendemos a questão polêmica ao indicar que “a branquitude não é um bloco monolítico”. A lógica que aqui aparece é como trabalhar com indivíduo e com estrutura, o que se impõe no momento de fazer a análise de modo a orientar a leitura e a interpretação da fonte. Um exemplo que consegue realizar um balanceamento de fora da historiografia é o livro de Schucman, *Famílias Inter-raciais* (2018). O livro, que analisa entrevistas de famílias compostas por pessoas brancas e não brancas, consegue apontar de que maneira fenômenos estruturais incidem sobre casos individuais. É por meio do estudo individual de cada caso dessas famílias brasileiras que a autora consegue rastrear como fenômenos do racismo podem aparecer mesmo em casos de proximidade afetiva entre indivíduos brancos e não brancos, como também a identidade branca e traços da branquitude podem ser perpetuados no cotidiano.

Assim, pensando a branquitude como um bloco não monolítico, é preciso ressaltar que a estrutura se impõe rotineiramente dentro das relações raciais brasileiras e cria comportamentos, exclusões, pertencimentos, afetos, privilégios, etc. Todas essas questões, quando buscamos realizar interpretações para as relações raciais brasileiras, precisam estar em jogo: senão acabaríamos por tratar supremacia branca como branquitude ou minimizar efeitos estruturantes de um grupo de poder que domina o funcionamento das principais máquinas de poder.

O que se impõe pela estrutura, e que não queremos negar, é o funcionamento da branquitude. Não se trata de retratar a historiografia dos indivíduos brancos, pois isso já foi feito durante muito tempo sob o reconhecimento da História Universal ou História Geral, cujo foco durante anos foram apenas os sujeitos brancos. Se visamos uma postura crítica e política, a visão da branquitude como um bloco não monolítico, enxergando as diversas matizes que podem atingir os indivíduos dentro das suas próprias realidades de classe, região, idade, gênero, sexualidade etc., porém, sem perder de vista que a estrutura da branquitude impõe e precisa ser denunciado o seu funcionamento.

Esse ponto se relaciona com outro momento da fala de Rosa, quando refletiu sobre a categoria de privilégio branco, teorizada e importada da reflexão da estadunidense branca de Peggy McIntosh (1989):

Eu tenho formulado na minha cabeça já uma proposta de definição mais conceitual a respeito do que seja privilégio. Privilégio é aquilo que um branco em situação de poder faz por um outro branco que não está na mesma situação. [...] (Marcus V. F. Rosa)

Então, pode estar tensionando, mas acho que pode e deve tensionar mais, mas precisa fazer essa virada. Olhar para esse conjunto de relações sociais para os quais a gente não está olhando, que é uma relação branco-branco. É uma relação que os brancos estabelecem entre eles mesmos. (Marcus V. F. Rosa)

Na proposta de conceituação do historiador, o privilégio da branquitude aparece como categoria relacional, quando se tem dois indivíduos e a concessão das mesmas condições com o intuito de recriar estrutura. E que incide sobre um tópico que Rosa afirma que provocaria mais tensão dentro do campo de relações raciais, que é o de observar a relação do sujeito branco com seus pares brancos.

O último ponto abordado por Rosa foi a dificuldade metodológica de lidar com fontes dentro dos estudos sobre a branquitude:

As formas como as racializações foram feitas são distintas. Não é ausência de racialização. Porque a gente não vai perceber que determinadas pessoas são identificadas pela cor; que são atributos negativos. E existe um outro tipo de pessoa que não é identificada pela cor que recebe atributos positivos E aí, de tanto isso se reproduzir na documentação, das queixas crime, dos processos crimes, dos registros de ocorrência. Você começa a se perguntar: quem as pessoas que não são identificadas pela cor, mas são classificadas como inteligentes, como trabalhadoras, como organizadas, como ordeiras, como disciplinadas? Você percebe que existe sim um processo de construção de significados para essas pessoas, que é o oposto ao processo de racialização das pessoas negras. Então, você começa a desconfiar que é aqui que os brancos estão, eles não estão marcados na documentação, mas racializados eles foram, de outra forma. Essa é a sacada e essa é a grande dificuldade do campo de estudos sobre a branquitude, você não consegue perceber e você não consegue treinar o seu olhar para enxergar isso. São anos de pesquisa e são anos refletindo, e lá pelas tantas, você nota que há um outro grupo social aqui. Não é fácil! E eu não disse que era fácil, inclusive. (Marcus V. F. Rosa)

Escolhemos encerrar com esse ponto que pode ser útil para os próximos pesquisadores que estejam com dificuldades metodológicas para trabalhar com a branquitude na historiografia e de rastreá-la nas fontes. A grande dificuldade é o próprio processo de racialização no Brasil, que se entrelaça com as estruturas do racismo e da branquitude; o processo difícil de lidar com a fonte no pós-abolição brasileiro foi abordado por outros autores que apresentam a mesma dificuldade metodológica, como é o caso de Hebe Mattos com *Das cores do silêncio* (2013). Como ela afirmou, ao lidar com fontes do século XIX, em declarações semelhantes àsquelas de Rosa, que após a abolição se tornou cada vez mais difícil encontrar a cor discriminada nos arquivos. A historiadora afirmou que o silêncio sobre a cor está relacionado aos significados atrelados à ideia de liberdade (Mattos, 2013, p. 31).

A estratégia trilhada por Rosa é a de buscar, indiretamente, os atributos sociais que são dados para um grupo em detrimento de outros. Isto é, relativamente procurar, em grupos que não são nomeados a partir de sua cor e/ou etnia, atributos que não são adjetivados nos grupos nomeados a partir de cor e/ou etnia. O grupo branco/imigrante europeu pode não estar

nomeado como tal, mas recebe adjetivos como organizado, calmo, inteligente, ordenado etc. Essa adjetivação aparece como marca do grupo e serve como uma maneira de localizá-los dentro da documentação.

O que se ressalta é que Rosa lida com documentação principalmente da região Sul do Brasil. O que implica em uma dinâmica das relações raciais que não é a mesma existente na região Nordeste do Brasil. Essa variabilidade também aparece na documentação, dificultando o processo de localização/identificação dos sujeitos dentro dos grupos raciais. De modo que a identificação por meio de elementos comuns que delimitem alguns grupos não seja possível.

Para finalizar com o balanço geral da entrevista, iremos ressaltar alguns pontos centrais e importantes para a nossa pesquisa: 1) o caráter central que tem a crítica do campo de relações raciais, que se centraliza unicamente nos sujeitos negros, e que tem dificuldade de abandonar esse foco; 2) a dificuldade metodológica dos estudos sobre a branquitude de enfatizar o sujeito branco na pesquisa; 3) os caminhos metodológicos possíveis para lidar com as fontes na historiografia e construir caminhos para a produção dos estudos sobre a branquitude na História; 4) os entrelaçamentos necessários com a produção historiográfica estadunidense, que ainda tem pouca influência no Brasil; 5) e, por fim, a dificuldade de aprofundamento teórico que ainda caracteriza os estudos sobre a branquitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o tema dos estudos sobre branquitude no Brasil. O seu objetivo foi o de apresentar o estado da arte, ou o mapeamento, dos estudos sobre esse tema no período entre 2017 e 2024. Podemos concluir, a partir do trabalho feito, que o tema se encontra consolidado dentro da academia brasileira e em crescente popularização na sociedade.

Assim, a partir dos dados levantados, vê-se que o tema está em crescimento exponencial, de modo que nunca a branquitude foi tão pesquisada como agora dentro da academia. A partir disso, observamos os efeitos desse crescimento para aqueles que fazem parte do meio, marcado por um clima de tensão e desconforto em quaisquer cenários nos quais o tema é abordado. O que explica o fato de ser este um tema político que busca promover viradas epistemológicas e questionamentos do *status quo* da academia.

Dentro desse crescimento, retomamos a questão apresentada logo no primeiro capítulo a partir da oposição com o cenário de produção sobre a branquitude nos Estados Unidos. Havia o debate sobre em qual campo a branquitude se encontraria; pensando a partir das entrevistas que nos foram concedidas, podemos chegar a algumas conclusões: a) não há uma consolidação da branquitude enquanto um campo de produção de conhecimento independente, o que há um crescimento exponencial do conceito; b) o campo está diretamente relacionado ao campo de relações raciais e/ou antirracista; c) essa relação precisa ser problematizada na medida em que há a necessidade de definições sobre o que é branquitude, para que não seja um mero sinônimo de “privilégio”.

Também concluímos que, dentro das produções historiográficas, é possível perceber um tímido crescimento, mas com avanços importantes, haja visto que é possível delimitar um maior interesse pelo tema. Todavia, a timidez e o atraso da História se dá em razão de se tratar de um campo de conhecimento de caráter conservador e com dificuldade de se adaptar às mudanças. Destacamos o protagonismo dos pesquisadores Lilia M. Schwarcz e Marcus V. F. Rosa na produção historiográfica e no pioneirismo ao buscar formas para rastrear a branquitude no passado.

Porém, é importante destacar que esse trabalho apresentou algumas dificuldades. Entre elas, é evidente o processo delicado de fazer a leitura das fontes com as perguntas que orientem para uma análise do passado focalizada naquilo que se nomeia branquitude. Nesse momento, observa-se uma dificuldade de realizar um aprofundamento teórico maior no que se conceitua como branquitude para os autores, e não unicamente os historiadores. Mas focalizando nestes, a dificuldade de adensamento teórico aparece como dificuldade metodológico no momento de lidar com a fonte, sendo rarefeita a busca por uma análise

diacrônica, sendo as produções de Rosa e Schwarcz as que têm maior destaque ao permitir um mergulho profundo no passado.

As teses e dissertações, em sua larga maioria (com a exceção da produção de Dias (2020) e de Orson (2020)), não realizam uma busca por fontes de grande recuo no passado. Além da tese de Dias, as produções de Dienstmann (2023) e de Mello Freitas (2020) utilizam como recorte um passado relativamente próximo. Respectivamente, suas fontes são: entrevistas para agentes do presente (professores e estudantes da UFRGS) e fontes digitais, tais como recortes de *blogs*. O que demonstra que, talvez, haja uma dificuldade de empregar o conceito para o passado, como a entrevista com o pesquisador Marcus Rosa nos esclareceu.

A dificuldade se apresenta frente ao desafio de trabalhar o campo das relações raciais a partir da ótica do polo que nunca foi problematizado. A problematização e construção do polo como objeto de estudo sempre foi relegada para os sujeitos negros dentro do campo das relações raciais. O campo não foi construído a partir de uma reflexão sobre as relações que existem, ao contrário, se tratou de uma problematização do chamado negro, como apontou Guerreiros Ramos, em 1957, argumentando a falta de uma problematização do branco-objeto.

Outra dificuldade é o enquadramento do conceito branquitude para operacionalizá-lo dentro da produção historiográfica. Essa é uma demanda que atinge todas as produções atuais que versam sobre a branquitude no Brasil, da qual a historiografia não fica à parte. A dificuldade se insere no debate sobre como tratar o que é branquitude, e aqui cabe o posicionamento final acerca dos cuidados teóricos que precisam ser tomados. Haja visto o caráter político que o estudo toma, é preciso que as produções historiográficas assumam o papel de questionar o *status quo* e não se limitem a apenas reproduzi-lo.

Dito isto, caso os estudos sobre a branquitude na historiografia queiram recontar os passados possíveis a partir do olhar do branco, sem o problematizar ou inserir uma crítica dele, essa história já foi contada. Essa história é aquela que foi reproduzida durante décadas nos livros didáticos e em grandes enciclopédias. É a história dos chamados grandes personagens, em sua maioria brancos. O dilema se apresenta para a historiografia como uma demanda para lidar com as fontes, a partir de um olhar cuidadoso que busque abalar as estruturas e não reproduzir aquilo que já detém uma capilaridade.

Por fim, esperamos que esse trabalho seja elucidativo para aqueles que buscam se aprofundar sobre o campo de estudo da branquitude e sirva de incentivo para que mais historiadores busquem esse caminho.

Fontes:

- DIAS, Fabiana Rodrigues. **A retórica racialista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)**. Rio de Janeiro, 2020. 198 p. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- DIENSTMANN, G. **Branquitude e Racismo nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História** –construindo diálogos a partir do caso da UFRGS. 2023, 486 f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258062/001168450.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- ACESSO: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1613033_2020_completo.pdf
- FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **Experiências feministas no espaço virtual: debates sobre interseccionalidade, colonialidade e branquitude em blogueiras negras e blogueiras feministas**, (2010 - 2019).2020, 369 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- FONSECA NETO, Syllas Moreira da. **A cor do ensino de história no Brasil: reflexões sobre relações étnico-raciais e branquitude nos livros didáticos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 149 f. 2021
- GOLEMBIEWSKI, Fernanda de Amorim. **Ensino de História, educação das relações étnico-raciais e branquitude: proposições para os currículos dos anos finais do Ensino Fundamental**. Orientador: Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira. 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEÃO, Cleber Teixeira. **Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de Ensino de História**. Porto Alegre, 2020. 107 p. Dissertação de Mestrado Profissional - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- QUEIROZ, João Luiz Damasceno de. **Entre imagem e narrativa: a branquitude representada no livro didático de história do 9º ano da coleção Araribá Mais (MARABÁ-PA)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Xinguara, 105 f. 2023
- RODRIGUES, Irailton Brabo. **Branquitude na escola: percepções, relações, poder e resistências**. Orientador: Luiz Augusto Pinheiro Leal. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15543>. Acesso em: 07/08/2024
- SOARES, Orson. **“A bondade do Branco”**: Olhar da branquitude sobre a questão racial no filme Também somos Irmãos. Porto Alegre, 2020. 168 p. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós Graduação em História - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Referências

- BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio 2013.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- _____. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002a.
- _____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b, p. (25-58).
- CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, Araraquara, 2014.
- _____. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- _____. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 8, p. 607-630, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- CÉSAIRE, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo**. Trad. Carlos S. Pereira, Porto: Ed. Poveira, 1971.
- CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2017.
- DU BOIS, W. E. B. **Darkwater Voices from within the Veil**. (NY: Harcourt, Brace & Co.) Electronic Text Center, University of Virginia Library(HTML), 1920.
- _____. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta. 2021
- FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. 2ª ed., Trad. José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Pele Negra Máscaras Brancas**. (Coleção Outra Gente: vol. 1) Tradução: Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.
- FRANKENBERG, Ruth. **White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1993.
- FERES JÚNIOR, J. A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS: branquidade e nação. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 28, n. 73, 2015. DOI: 10.9771/ccrh.v28i73.19861. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19861>. Acesso em: 2 jun. 2025.

- JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. In: Anais do III EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012.
- GALLAGHER, Charles; TWINE, France W.. “From Wave to Tsunami: The Growth of Third Wave Whiteness.” **Ethnic and Racial Studies** 40 (9): 1598–1603. 2017. doi:10.1080/01419870.2017.1308535
- _____. “The Future of Whiteness: A Map of the ‘Third Wave.’” **Ethnic and Racial Studies** 31 (1): 4–24. 2008. doi:10.1080/01419870701538836.
- GARNER, Steve.. “Surfing the Third Wave of Whiteness Studies: Reflections on Twine and Gallagher.” **Ethnic and Racial Studies** 40 (9):1582–97.2017. doi:10.1080/01419870.2017.1300301.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- INSTITUTO IBIRAPITANGA (Rio de Janeiro); SCHUCMAN, Lia Vainer (org.). **Branquitude: Diálogos sobre o racismo e antirracismo**. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2023.
- JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude x Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco**. In: Anais do III EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio : os significados da liberdade no Sudeste escravista : Brasil, século XIX**. Campinas, Sp, Brasil: Editora Unicamp, 2013.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3ª ed., Trad. Roland Corbizer e Mariza Pinto, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Zahar: São Paulo, 2023.
- MORRISON, TONI. **Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil**. Tempo Social (online). 2007, v. 19, n 1, p. 287-308.
- NÚÑEZ, Geni Daniela Núñez Longhini. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 2022. 132 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2022.
- PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext
- _____. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002
- RACHLEFF, Peter. “Branquidade”: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 97-114.
- RAMOS, Alberto Guerreiro (1995[1957]). Patologia social do ‘branco’ brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 215-240.
- ROEDIGER, DAVID R. **The Wages of Whiteness**, New York and London: Verso, 1991.
- _____. **Black on White: Black Writers on What It Means to Be White**. New York: Schocken Books, 1998.

_____. **Working Toward Whiteness: How America's Immigrants Became White**. New York: Basic Books, 2005.

ROSA, M. V. de F. Escravos brancos no Brasil oitocentista:: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 64, p. 51–94, 2021. DOI: 10.9771/aa.v0i64.42469. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/42469>. Acesso em: 23 fev. 2026.

_____. “Entre nós, o branco quer logo ser nobre”: significados da branquitude no Brasil escravista. **História, histórias**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 07–45, 2024. DOI: 10.26512/rhh.v11i21.51739. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/51739>. Acesso em: 23 fev. 2026.

SAID, Edward W. **Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente**. Trad. Pedro Serra, Lisboa: Edições Cotovia, 2004 [1978].

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 118 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: A presença da ausência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron.

Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, (org.) 2004, p. 363-386.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

WARE, V. (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WARE, V. Introdução: O poder duradouro da branquidade “um problema a solucionar”. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

ROEDIGER, David R. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 41-62.

ANEXO

Instituição	Nº de produções
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA	9
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	1
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)	2
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ)	1
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	3
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	2
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	17
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	20
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	4
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	7
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	3
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	1
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	1
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	18
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	5
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	32
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	4
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	7
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	19
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	3
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	4
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	2
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	7
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	9
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	2
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	23
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	10
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	16
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	40
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	11
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	2
UNIVERSIDADE LA SALLE	1
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	9
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	6
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	6
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	11
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	18
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	9
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	17
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	7
Soma	455

Tabela 1 – tabela contendo os dados referentes a produção por instituição retirados da base de dados do CAPES.

Quadro 2: Teses e dissertações com "branquitude" nas palavras-chave e no resumo

Ano	Tipo	Autor	Título	Instituição
2017	Dissertação	Silva, Rafael Filter Santos da	O nacionalismo preto da Nação do Islã: entre Pretos divinos e negros fragmentados	UFRGS
2021	Tese	Barrero Junior, Roger Camacho	Entre lágrimas, sorrisos e muita luta: a inserção das mulheres nos espaços políticos do Brasil por meio das trajetórias de três militantes de esquerda – Lélia Abramo (1911 –2004)	UFRGS
2021	Dissertação	Schio, Priscila Carboneri	Poesia "Das Minas" e autoestima: ensino de história contra a discriminação de raça e de gênero	UNICAMP
2022	Dissertação	Pacheco, Henrique Melati	As cores da devoção: um trabalho histórico relacional com as irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul - RS, séc. XIX)	UNISINOS
2022	Dissertação	Moreira, Roberta Ribeiro	O medo de Camila: o Grotesco a partir da <i>colonialidade</i> no filme <i>Praça Paris</i> (2018)	UERJ

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 30/12/24

Quadro 3: Teses e dissertações com "branquitude" no resumo

Ano	Tipo	Autor	Título	Instituição
2019	Dissertação	Schütz, Kerollainy Rosa	A Lei 11.645/2008 e a História Indígena no contexto dos cursos de graduação em História das universidades públicas em Florianópolis (2006-2018): reflexões e perspectivas	UFSC
2021	Dissertação	Pereira, Leila Maria de Jesus	“Mulheres modernas” na imprensa baiana: ideal de feminilidade na Revista Renascença (1910-1928)	UEFS
2021	Dissertação	Donini, Bárbara Brognoli	O cinema interseccional de Adelia Sampaio	UFSC
2021	Dissertação	Santos, Ronaldo Jorge dos	Representação sem protagonismo: o movimento negro nos livros de história do PNLD 2020	UERJ
2022	Dissertação	Ohlweiler, Romulo	Tempos de diferença: ludicidade e tolerância ensino de história através de jogos sobre mitos origem	UFRGS

Fonte.: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 30/12/24